OBRA COMPLETA

MONSENHOR CHÁVES

Esta terceira edição da Obra Completa de Monsenhor Chaves, que a rigor trata-se de uma reimpressão das edições anteriores, traz como novidade sua capa, no crivo do nosso artista plástico Gabriel Archanjo. Esta nova edição se justifica pelo que a obra traz de conhecimento da história do Piauí, dotada da profundidade e da honestidade que Monsenhor Chaves imprimiu às suas pesquisas iniciadas em meados da década de 50. Com a sensibilidade e a humildade que o distinguiam no exercício de seu sacerdócio, trouxe para a historiografia piauiense personagens como o índio, o vaqueiro, o escravo, os mais humildes, registrando suas participações decisivas na luta e construção da nossa história. A prefeitura de Teresina, na gestão do prefeito Wall Ferraz, outorgou-lhe justa homenagem, concedendo o seu nome à instituição de Teresina responsável pela política cultural da cidade, a Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves.

Joaquim Raimundo Ferreira Chaves nasceu em nove de março de 1913, na cidade de Campo maior, e faleceu em oito de maio de 2007, em Teresina, aos 94 anos. Licenciado em Filosofia, professor e historiador, pertenceu a Academia Piauiense de Letras, onde ocupou a cadeira de número 23. Foi Reitor e professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus, vigário da Matriz de Nossa Senhora do Amparo e vigário-geral da Arquidiocese de Teresina.

Sua produção historiográfica consta das obras: Subsídio para a História do Piauí, 1952; O Índio no solo piauiense, 1952; Como nasceu Teresina, 1971; Campo Maior nas lutas pela independência, 1971; O Piauí na Guerra do Paraguai, 1972; O Piauí nas lutas da independência do Brasil, 1975; Monumento do Jenipapo, 1983; Apontamentos biográficos e outros, 1981; A escravidão no Piauí, 1998.

A presente edição vem também homenageá-lo neste ano em que se comemora o centenário do seu nascimento.

Lázaro José da Silva
Presidente da Fundação Municipal de Cultura
Monsenhor Chaves

OBRA COMPLETA

MONSENHOR CHÁVES

Digitação
Magnólia Belarmino de Sousa Barbosa
Karine Belarmino

Revisão
Magnólia Belarmino de Sousa Barbosa
Maria Elisabeth Paiva Sousa Medeiros

Programação Visual, Paginação e Arte-final
Eclética!

Capa
ALG publicidade

Ilustração capa
Gabriel Archanjo

Impressão
Gráfica Cidade Verde

Monsenhor Chaves.

Obra Completa; Prefácio de Teresinha Queiroz - Teresina: Fundação Municipal de Cultura Mons. Chaves, 2013.

639 p.

1. HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE - COLETÂNEA. I - Título.

CDD - PI 869.908

ISBN - 85-86510-03-3

Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves
Rua Félix Pachêco, 1430, Centro/Sul
Teresina - PI. CEP: 64001-160
Fone: (086) 3215-7815

Sumário

Prefácio – *11*

Teresina - Subsídios para a história do Piauí

TERESINA

Mudanças da Capital – *23*
Edifícios Públicos Primitivos – *27*
Festas no Passado – *30*
Instrução Primária (1852 a 1872) – *33*
Instrução Secundária (1852 a 1872) – *35*
Posturas Municipais de 1867 – *37*
Ruas e Portos da Cidade – *39*
Comércio – *42*
Problemas de Saúde Pública – *44*
Representações Teatrais – *47*
Vida Cultural – *50*
Vida Religiosa – *53*
Teresina Pitoresca – *55*

FASES HISTÓRICAS NA VIDA DA CIDADE

Primeiros Passos – *60*
Coluna do Saraiva – *62*
Imagens Antigas – *64*
Companhia de Navegação do Rio Parnaíba – *66*
Primeiro Barco a Vapor – *68*
Primeira Visita Pastoral – *70*
Eleição em 1860 – *72*
Questão Christie – *74*
Seca de 1877 – *76*
Telégrafo – *78*
Fábrica de Fiação e Tecidos Piauienses – *81*

Libertação dos Escravos – *84*
Proclamação da República – *86*
Primícias da Intervenção Republicana – *88*
Guarda Republicana – *92*
Crise Político-Partidária de 1890 a 1892 – *95*

GUERRA DO PARAGUAI – 100

Embarque dos Corpos de Guarnição e de Polícia – *100*
1º de Voluntários da Pátria – *102*
2º de Voluntários da Pátria – *104*
Valor Piauiense na Guerra – *106*
Problemas de Guerra – *109*
Festas da Vitória – *111*
Volta dos Heróis – *113*

35º BATALHÃO DE INFANTARIA

Campanha Federalista – *116*
Campanha de Canudos – *118*

O índio no solo piauiense

O Piauí no Século XVII – *125*

Piauí, corredor de migração – *126*

Índios do Solo Piauiense – *127*

Hostilidades de Domingos Jorge Velho – *129*

As Guerras da Conquista – *136*

Última fase da conquista – *139*

Conclusão – *145*

Bibliografia – *146*

Cadernos Históricos

CAMPO MAIOR LUTA PELA INDEPENDÊNCIA - A BATALHA DO JENIPAPO

Antecedentes da Batalha – *149*
Batalha do Jenipapo – *152*
Depois da Batalha – *154*
Fontes consultadas – *160*

COMO NASCEU TERESINA

Primórdios – *161*
Vila Nova do Poti – *163*
Teresina – *177*

A ESCRAVIDÃO NO PIAUÍ

O escravo no Brasil – *182*
O escravo no Piauí – *190*

O PIAUÍ NA GUERRA DO PARAGUAI

Causa imediata da guerra – *203*
Seguem os contingentes – *206*
Nos campos avançados do exército – *227*
Os que se sacrificaram ou se distinguiram – *228*
Recepção aos voluntários – *232*
Dissolução do corpo – *236*
Frustração – *237*
O voluntário antes e depois da campanha – *238*
Jovita Alves Feitosa – *240*

EVANGELIZAÇÃO NO PIAUÍ

(Perspectiva histórica de sua implantação e estruturação) – *244*

O Piauí nas lutas da independência do Brasil

Situação no Brasil às vésperas da Independência – *257*
Situação no Piauí às vésperas da Independência – *264*
Parnaíba abre caminho para a independência no Piauí – *270*
Fidié marcha sobre Campo Maior – *274*
Debandada em Parnaíba – *278*
Levanta-se Oeiras – *283*
Entram os cearenses – *290*
Preocupação de Oeiras com as Passagens do Parnaíba – *294*

Começam as desordens – *298*
Vai começar a luta – *302*
O combate do Jenipapo – *306*
Depois do combate – *313*
Marcha para Campo Maior o Tenente Simplício – *321*
Ação do Tenente Simplício no Estanhado – *326*
Aclamação em Manga e Pastos Bons – *330*
A Junta da Comissão Militar do Poti – *336*
Repressão ao banditismo – *341*
Queda de Repartição e do Brejo – *347*
A Junta Militar do Poti passa para o Maranhão – *352*
Alecrim, o herói aloucado – *366*
Cai Carnaubeira e fecha-se o cerco de Caxias – *372*
Capitulação do Itapecuru-Mirim – *377*
Chega Filgueiras à Capital do Piauí – *384*
Recrudesce a luta em torno de Caxias – *392*
A Capitulação – *396*
Após a luta, a restauração da Província – *405*
Conclusão – *411*

Apontamentos Biográficos e Outros

Jesuítas no Piauí – *415*
Miguel de Carvalho – *418*
João Pereira Caldas – *422*
João do Amorim Pereira (dom) – *427*
Leonardo de Carvalho Castelo Branco – *432*
Manuel de Sousa Martins – *435*
Marcos de Araújo Costa – *438*
João da Costa Alecrim – *442*
Simplício José da Silva – *447*
José Francisco de Miranda Osório – *451*
Francisco de Sousa Martins – *456*
Lívio Lopes Castelo Branco e Silva – *461*
Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco – *466*
David Moreira Caldas – *469*
Francisco Parentes – *473*
Deolindo Mendes da Silva Moura – *477*
Licurgo José Henrique de Paiva – *480*
Napoleão Ribeiro Soares – *485*
João do Rego Monteiro – *489*
Francisco José Furtado – *493*
Raimundo de Arêa Leão – *498*
José Antônio Saraiva – *504*
Simplício de Sousa Mendes – *513*
Franklin Américo de Menezes Dória – *516*
José Lustosa da Cunha – *521*
Antônio Coelho Rodrigues – *524*
Amélia de Freitas Bevilácqua – 527
Augusto da Cunha Castelo Branco – *531*
Firmino Pires Ferreira – *534*
Luísa Amélia de Queirós Brandão – *538*
Hermínio Castelo Branco – *540*
Gervásio de Brito Passos – *545*
Álvaro de Assis Osório Mendes – *548*
Clodoaldo Severo Conrado de Freitas – *552*
Anísio Auto de Abreu – *556*
Lisandro Francisco Nogueira – *560*
Coriolano de Carvalho e Silva – *563*
Gregório Taumaturgo de Azevedo – *567*
Leônidas Benício Mariz e Sá – *571*
Arlindo Francisco Nogueira – *575*
Raimundo Artur de Vasconcelos – *577*
Antonino Freire – *581*
João Luís Ferreira – *591*
Higino Cícero da Cunha – *594*
Lucídio Freitas – *600*
Abdias da Costa Neves – *607*
Miguel de Paiva Rosa – *614*
João Pinheiro – *622*
João Henrique de Sousa Gayoso e Almendra – *627*
Joaquim de Oliveira Lopes – *631*
Vaqueiros e Roceiros – *634*

Prefácio

De amor e de livros

Teresinha Queiroz

Quando, no início da década de cinquenta, Padre Chaves começou a produzir sua obra, ela já vinha revestida de um novo sabor, que lhe conferia não só leveza e graça, como abria novas possibilidades para a compreensão da história de Teresina e do Estado. Ela enunciava uma outra forma de registro dos eventos históricos, alargando esse registro para a inclusão das classes subalternas. Vinham à cena, em *Teresina - Subsídios para a história do Piauí* e logo mais em *O índio no solo piauiense,* na vivência de seus dramas cotidianos - os pobres, as mulheres, as crianças, os escravos, os trabalhadores urbanos, os índios subjugados e esquecidos. Mais adiante, já historiador maduro e experimentado, os vaqueiros, os roceiros e outros segmentos da invisível arraia-miúda dos rincões nortistas do Brasil seriam exibidos nas cenas epopéicas de que foram os arautos.

O conjunto de sua obra dá voz às pessoas anônimas que aparentemente nada fizeram de grandioso. Tal enfoque pode ser explicado a partir de dois elementos básicos. Primeiro, o uso intensivo das fontes hemerográficas. Os jornais do século XIX e início deste século registram de forma detalhada e minuciosa o dia a dia da cidade, a faina constante de seus habitantes. A cidade se constitui, ela própria, desde que é a materialização do então novo fenômeno urbano, em personagem singular. Tudo que nela ocorre se transforma em espetáculo digno de nota. E a imprensa, em larga expansão no período, torna-se o *locus* privilegiado da construção e da sedimentação dos fatos. Seus relatos em grande medida escapam ao olhar oficial característico da documentação pública e realçam o cotidiano para além do mundo da política, da administração e mesmo da vida das elites. O segundo elemento tem o estatuto de uma hipótese de trabalho e contempla a aprendizagem e atuação do autor: sua formação teológica, aliada ao contato diário com os fiéis de sua igreja e ao lidar constante com o drama cotidiano da população permitem que ele realize uma inflexão na obra, talvez derivada de sua leitura do real. Seu novo olhar não se atrela, necessariamente, à influência da

discussão teórica no campo historiográfico. Acredito que a natureza de seu trabalho expresse um percurso que vem do empírico ao teórico e não o contrário, até porque, no Brasil do início da década de 50 a historiografia ainda não se caracterizava por essa mudança de foco analítico. Os grandes personagens eram ainda os processos políticos, econômicos e sociais, estes começando a ganhar incipiente versão marxista, a partir das produções pioneiras de Caio Prado Júnior. Em outros termos, essa nova sensibilidade de que se reveste o autor não derivaria de um aprendizado formal e sim do diuturno treino espiritual transposto para a missão pastoral, e daí para o relato histórico.

Essa colagem vida prática-expressão escrita foi apontada por ele próprio em entrevista concedida a R. N. Monteiro de Santana, em março de 1994, tendo em vista a apresentação de um de seus livros, e de que nos valemos aqui.[1] No início da década de 50, Santana, Pe. Chaves e Olímpio Castro (e outros) fundaram o Centro de Estudos Piauienses (CEP), realizando, a partir do Centro, o Movimento de Renovação Cultural. Nesse contexto, despontava o pesquisador, que, mais tarde, avalia Santana, se consagraria como escritor. A adoção do ofício de historiador ocorreu em 1951, quando estava empenhado na construção das torres da Igreja do Amparo, preparando-a para o centenário. Nesta tarefa foi contemplado com o irrestrito apoio da população de Teresina, e como retribuição, resolveu escrever um livro que falasse da vida da cidade, o *Teresina - Subsídios...*, publicado pela Prefeitura em 1952.

O aprendiz já se revela neste primeiro livro, em relação ao qual afirma que "sem experiência no campo da pesquisa histórica, lança-o sem a requerida alusão às fontes". Naqueles tempos, ingressara no CEP, onde encontrou Odilon Nunes, "que passou a ser para ele um orientador no campo da pesquisa histórica". Desse aprendizado resultou imediatamente a monografia *O índio no solo piauiense*. Associava-se assim ao plano de trabalho elaborado segundo os objetivos do CEP: "pesquisar e escrever sobre assuntos piauienses, de modo a revelar o que ainda era inédito ou aprofundando aquilo que já se sabia". Desse esforço também nasceu a série *Cadernos Históricos*, com 4 volumes.

A obra de Monsenhor Chaves é tão importante para a historiografia piauiense quanto a de Odilon Nunes e a de Abdias Neves. Em minha opinião, o somatório das obras dos dois primeiros corresponde à maior contribuição à área entre as décadas de 1950 e 1970. Eles constituem a marca do período. No caso da obra chaviana, ela atravessou maiores problemas para chegar aos leitores e às salas de aula, em virtude da natureza de suas primeiras edições, dificuldade que foi solucionada parcialmente quando a Fundação Cultural Monsenhor Chaves, a partir de 1993, patrocinou a reedição de todo o conjunto. Odilon Nunes, ao contrário, teve suas reedições da década de 70 amplamente divulgadas.

O que diferencia basicamente os dois autores? Odilon Nunes é mais tradicional, no conjunto é mais erudito, bastante apegado às fontes e bem mais enquadrado na tradição que marca as décadas de cinquenta e seguintes.

Monsenhor Chaves, em seus primeiros escritos, rompe com aquele padrão e provoca uma verdadeira ampliação nos aportes da história do Piauí ao antecipar um tipo de historiografia voltada para a questão do social, da pobreza, da opressão.

Assim, em *Teresina - Subsídios* (1952) a cidade retratada é especialmente a cidade em sua feição cotidiana, ora engalanada e festiva, ora nervosa e ensombrecida, ora trabalhadora, ora ociosa. Mas a matéria de que trata é sempre a vida real, em suas múltiplas e inumeráveis facetas, é a invenção da cidade e sua autocontemplação enquanto novidade, como atração.[2] Esse olhar para si própria é flagrado com sensibilidade pelo autor, que percebe Teresina com vistas de filho amante e agradecido.

Essa nova sensibilidade está igualmente patente em seu livro seguinte, *O índio no solo piauiense*: ensaio de monografia histórica, que teve duas edições na década de 50, a de 1953, patrocinada pelo Centro de Estudos Piauienses, de que constitui o nº 2 da série A.[3] A terceira edição, de 1995, teve como prefaciador o poeta Paulo Machado, que a caracterizou, com muito acerto, como "desencadea(dora) de um processo de revisão da história do extermínio dos índios piauienses".[4]

O livro, considerado inovador, não aborda a colonização meramente do ponto de vista do colonizador. Incorpora informações preciosas sobre as relações que se estabeleceram entre o conquistador, apresentado como vilão, e o índio, vítima daquele processo. O livro confere espaço ao índio e expressa a sua angústia e a sua dor frente à dominação. O rompimento básico é, pois, quanto ao sentido da história, sentido agora construído na ótica do vencido e não do vencedor. A despeito da historiografia marxista, desde a década de 30, por exemplo Walter Benjamim, já tratar a história nestes termos, não creio que o autor se tenha beneficiado dessas leituras, dificilmente acessíveis no Brasil. Nesse livro, o realce é certamente conferido aos nossos heróis sacrificados à luta incruenta visando a implantar o projeto civilizador ocidental, representados pelo esperto Manu Ladino e pelo infelicitado Bruenque.

Um dos traços marcantes da historiografia tradicional é o voltar-se para os feitos grandiosos, para os personagens de destaque nas esferas da política e da guerra. Na tradição historiográfica, a maioria dos profissionais olhava o processo social dessa maneira, e muitos continuam a vê-lo desse modo. Essa forma de história, vinda do século XIX, porém ainda tão presente, tinha como objetos de investigação o Estado, a política, os grandes personagens e eventos ligados à constituição do processo das nacionalidades, conferindo ênfase às dimensões diversas da política. Olhava-se e tentava-se compreender o fenômeno da emergência e consolidação do Estado-Nação.

No Brasil, na década de 50, quando se iniciava Padre Chaves no ofício da palavra escrita, observava-se discretíssima mudança de direção no *modus jaciendi* da história e em suas temáticas. Porém, o povo ainda não era

personagem principal. Assim sendo, é possível afirmar com segurança que no caso deste livro o autor passava à frente de muitos historiadores brasileiros. As investidas no sentido de privilegiar a história dos vencidos, acompanhando alguns movimentos europeus, eram de fato ainda pouco presentes. Aqui começava-se a olhar para as classes subalternas, mas a partir de categorias abstratas, de conceitos herméticos como os colocados na obra de Nelson Werneck Sodré.[5] Não era ainda este o diapasão do fazer historiográfico nacional. Nosso historiador avança nesse sentido. Retomando a hipótese já aventada, ele teria inovado não por se apropriar do conhecimento teórico advindo da evolução da disciplina, mas em virtude de uma prática pessoal que lhe permitia olhar com agudeza para as coisas do povo, para o cotidiano denso de sofrimentos, para dificuldades individuais e sociais.

A despeito da trajetória pessoal do Padre Chaves, essas sensibilidades emergentes no campo historiográfico tendiam a conquistar maior espaço nas décadas subsequentes. Mas não se tratava necessariamente de um movimento novo, ele tinha já seus antecedentes seculares. A partir da Revolução Francesa começa-se a perceber, em paralelo à historiografia dominante, a emergência no social de fatos e personagens novos. Entre outros, atentaram para esse novo cenário e para os novos sujeitos, Voltaire, no século XVIII; Karl Marx, no século XIX e ainda Jules Michelet, no mesmo século.[6] Este autor, ao estudar a Revolução Francesa a partir dos revolucionários, pôs em segundo plano os centros de decisão, passando a avaliá-la "de baixo", demarcando sensível mudança interpretativa. No século XX, na França especialmente, e após a terceira década, ocorre profundo questionamento a essa visão restrita da História, que considera como seus sujeitos os personagens poderosos e o Estado como centro privilegiado de análise. No Brasil, um relativo equilíbrio entre a história dos grandes personagens e a história dos subalternos demorou a acontecer e constitui herança tanto do Marxismo quanto da Escola dos Annales.[7]

Deve ser ressaltado, e tendo em vista sobretudo o público leigo, que, do ponto de vista da verdade histórica, tanto a história "vista de baixo" quanto a história "vista de cima" são igualmente parciais. O que está em questão é a natureza política dessa parcialidade, onde entram os juízos de valores dos interessados e leitores. Do ponto de vista do esforço por compreender mais profundamente a teia das relações sociais, tais perspectivas são necessariamente imbricadas e complementares. A história, pretensamente total, é construída de maneira relacional. Não é apenas relato das ações do Estado, da política, dos grandes personagens, dos processos vistos como responsáveis pelas grandes transformações, tampouco é compreensível apenas como expressão do cotidiano, da vida privada e das classes subalternas. A História é um conjunto de complexas relações, é a maneira como os mesmos eventos, vistos de baixo e vistos de cima, se articulam, é o modo como essa trama de relações se estabelece.

O comentário é oportuno para avaliar os ganhos e os limites da obra

em apreço e tentar responder à questão, às vezes posta, acerca dos prejuízos da ausência de formação acadêmica. No caso específico de Monsenhor Chaves não creio que ele pudesse fazer de outra maneira o seu trabalho, nas circunstâncias e no momento em que o fez. Apesar de ele já ter singelamente afirmado ser "um simples amador da história do Piauí", prefiro ler a palavra amador no sentido de ter vivido, por razões circunstanciais, fora do labor universitário. Um amador não é menos que um profissional. Aliás, se ele fosse historiador de carreira estaria submetido a uma série de cânones e restrições impostas pelo meio acadêmico e pela comunidade do ofício.

Ainda quanto a esse aspecto, me atreveria a sugerir significação mais adequada ao termo: amador é o que ama, é o amante, é o que se dedica ao ofício por prazer. E a emoção e a sensibilidade, corolários do amor e do prazer, são a tônica do trabalho em apreço. Não é ao acaso que sugiro a filiação dos interesses do autor à tradição de Michelet, cuja *História da Revolução Francesa* foi assim vista pela finíssima pena de Renato Janine Ribeiro:

"O povo, o camponês, é coração, é sensibilidade. (...) Michelet exulta. É o grande momento da Revolução, em que tudo é amor. Será por acaso que ele então exalta o velho, a mulher, a criança, quer dizer, justamente aqueles que estão fora das atividades sérias, respeitadas do trabalho cotidiano, e cuja própria forma de ser representa uma manifestação de exigências primordiais da humanidade?"[8]

Além da abordagem exemplar, o que realçar, pois, no seu amplo trabalho? Em primeiro lugar, todo o conjunto da obra, por seu peso enquanto conjunto. Em segundo lugar, a contribuição particular de cada livro.

Quanto à primeira esfera de contribuição, a do conjunto da obra, ela equilibra a reconstrução da história considerando as classes subalternas e também a história das elites. Onde encontrou seus principais subsídios documentais? Com exceção do livro *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*, fundado exaustivamente em documentos oficiais, sua fonte principal foram os jornais de época. A visão propiciada pela imprensa enquanto conjunto é mais larga, porque escapa justamente ao relato de natureza oficial, feito no gabinete do governador, na secretaria de governo, de finanças, etc. Ela dá voz inclusive aos sujeitos que se insurgem contra aqueles relatos, através de registros que se voltam sobretudo para a vida cotidiana - a luta pela sobrevivência diária, a seca, os imigrantes, os crimes, o lazer. Esse leque amplo de informações foi explorado intensivamente por Monsenhor Chaves, soube aliá-las à interpretação dos documentos originários do poder público, e com isso ampliando seu trato com a documentação arquivística.

Passemos para sucinta avaliação de seus livros. *Teresina - Subsídios para a história do Piauí* é o primeiro livro que aborda Teresina a partir da vivência da população. Ele informa como a estrutura urbana vai se definindo, as pessoas vão avançando na mata e a cidade vai se formando. Contempla a história de

Teresina desde a fundação até 1900. Ao tratar dos primeiros cinquenta anos da cidade, leva em conta a maneira como Teresina se organizou do ponto de vista espacial e das atividades econômicas e administrativas. O historiador não prioriza a administração dos intendentes e a situação dos governadores da Província e realça novos sujeitos do passado - crianças, escravos, soldados. Vê e nos leva a ver Teresina movimentando-se e construindo-se enquanto cidade.

O índio no solo piauiense, já brevemente comentado, é o livro que utiliza mais intensivamente o *corpus* historiográfico. É uma pesquisa bibliográfica com uma leitura singular do autor.

Os *Cadernos Históricos* inicialmente foram publicados como monografias autônomas, todos em 1971, com os seguintes títulos: *Campo Maior luta pela independência: a batalha do Jenipapo* (Cadernos Históricos, 1); *Como nasceu Teresina* (Cadernos Históricos, 2); *A escravidão no Piauí* (Cadernos Históricos, 3); *O Piauí na guerra do Paraguai* (Cadernos Históricos, 4). *Como nasceu Teresina* teve segunda edição patrocinada pela Prefeitura Municipal de Teresina, através da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, em 1987. A edição, comemorativa do 135º ano de fundação da cidade, foi apresentada pelo então Prefeito Wall Ferraz.[9] Aquelas quatro brochuras originais, acrescidas de um texto inédito denominado *Evangelização no Piauí*, de 1976, foram reunidas constituindo o livro *Cadernos Históricos*, editado pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves, em 1993.[10]

Com respeito a estes *Cadernos*, é necessário afirmar que eles estão na base da obra subsequente do autor, que os retoma e aprofunda em diferentes momentos.[11]

O Piauí nas lutas da independência do Brasil é o livro da predileção de Monsenhor Chaves e nasceu de sentimento de indignação do autor diante da imponência de monumentos como o do Ipiranga, ao constatar que o Piauí se tinha doado muito mais pela Independência que os outros estados do Brasil, sem que houvesse o reconhecimento nacional desse fato. Em sua avaliação, trata-se de seu livro mais significativo. E ao justificar sua escrita, afirma: "era preciso sanar uma injustiça histórica e destruir o véu de silêncio propositadamente levantado sobre a 'Batalha do Jenipapo' e a garra dos piauienses nas lutas pela independência do Brasil".[12] Com esta obra, Monsenhor Chaves filia-se à tradição historiográfica piauiense, que, ao longo deste século, tem realçado a temática da independência e em que sobressaem Abdias Neves, Odilon Nunes, Wilson Brandão e suas distintas contribuições.[13]

O livro é centrado na ação de vaqueiros, agricultores e da população diretamente envolvida na Batalha do Jenipapo, realçando a participação popular e trazendo aquele episódio dramático para a história do Brasil. Como toda a bibliografia sobre a independência do Piauí, reacende as dores da sociedade local, vindas ainda do século XIX, e que se manifestam nas

interpretações que valorizam ora os eventos ligados a Parnaíba, ora os de Campo Maior, ora os de Oeiras. Estas diferentes interpretações têm gerado polêmicas nos últimos cem anos da historiografia piauiense e revelado as feridas não cicatrizadas de nossa formação sociopolítica. No caso desse livro, a orelha do jornalista Deoclécio Dantas, em sua primeira edição, é bem um desses sintomas.[14]

Premiado pelo Governo do Estado do Piauí em concurso de âmbito nacional promovido quando das festas alusivas ao sesquicentenário da independência, foi publicado em primeira edição em 1975, no Plano Editorial do Estado, no governo de Dirceu Mendes Arcoverde, que assinou a apresentação. A segunda edição saiu em 1993, pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves, com apresentação do Padre Cláudio Melo. [15]

Deve ser lembrado que os primeiros anos da década de 1970 foram marcados, no âmbito cultural, pelo esforço de circulação de um conjunto de obras de autores piauienses no Plano Editorial do Estado desenvolvido nos governos de Alberto Silva e Dirceu Arcoverde, através da Secretaria de Cultura, saindo os livros dos prelos da COMEPI. No início desse projeto circulavam aqueles "volumezinhos enfezados", que logo foram substituídos pelas cuidadosas edições da Editora Artenova. Aquele plano teve como um de seus méritos trazer a lume notáveis trabalhos sobre a história e a literatura piauienses, reeditando, dentre outros autores de relevo, Odilon Nunes, F. A. Pereira da Costa e Carlos Eugênio Porto, além das importantes antologias organizadas e comentadas por A. Tito Filho, em torno dos nossos primeiros homens de letras. O seu significado editorial para a década de 70 tem correspondência no Projeto Petrônio Portella, dos anos 80, e no esforço editorial da Fundação Cultural Monsenhor Chaves nesta década de 90.

No início da década de 80 vieram a público os dois volumes originais dos *Apontamentos biográficos e outros*. O primeiro volume saiu em 1981 pela COMEPI, com revisão e apresentação de A. Tito Filho e capa de Delci Maria Tito, sob patrocínio da Academia Piauiense de Letras, do Ministério da Educação e Cultura, do Governo do Estado do Piauí e da Universidade Federal do Piauí. O segundo volume é de 1983. De acordo com explicação do autor, todas as biografias que os compõem haviam sido publicadas, no jornal *O Dia*, entre os anos de 1974 e 1975. Com isso, infere-se que sua elaboração é quase concomitante à do livro *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*.

Em minha opinião, os *Apontamentos* constituem o conjunto mais significativo da contribuição de Monsenhor Chaves à história do Piauí, pois retomam da maneira mais feliz o esforço iniciado, há mais de cem anos, por um dos nossos primeiros historiadores - Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, cujos *Apontamentos* datam de 1879 e contemplam dezenas de personagens da história local.[16] Dentro daquele espírito e trazendo esse conjunto até as primeiras décadas do século XX, Monsenhor Chaves o faz em profundidade, dado que se beneficiou do acúmulo de informações e da

experiência adquiridos no trato dos materiais e das interpretações históricas ao longo de mais de vinte anos de exercício desse labor. Aliás, a partir de *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*, Monsenhor Chaves já é um historiador maduro e completo no trato com as fontes, no domínio da interpretação, na apropriação da linguagem. Nas últimas obras é notável o amadurecimento de suas reflexões e o aperfeiçoamento do seu estilo narrativo e já nada tem a dever ao seu mestre, o extraordinário pesquisador que foi Odilon Nunes, não só seu mestre, como um dos seus maiores incentivadores.

Os *Apontamentos biográficos e outros*, segunda edição, assim como os *Cadernos Históricos*, resultam já de fusão dos dois volumes citados.[17] Elegem como personagens cerca de 40 biografados, entre os quais se encontram governadores, religiosos, escritores e educadores. Cada biografia traz informações sobre o contexto de atuação dos personagens e a construção desses contextos é o ponto mais forte do trabalho. O autor dedica parcela da obra aos vaqueiros e roceiros, propondo que a História seja reescrita considerando a ação desses sujeitos que não têm voz, sugerindo a metodologia que ele próprio já ensaiara em *O índio no solo piauiense*.

Os *Apontamentos*, segundo o autor, foram escritos "por sugestão do [...] mestre e amigo Professor Odilon Nunes", que para esta tarefa igualmente transferiu parte de suas próprias pesquisas.[18]

Além da avaliação livro a livro e do reconhecimento de seus significados particulares, um dos aspectos de maior importância desta agora Obra Completa reside exatamente na capacidade do autor comunicar-se com o leitor, condição que ele não perde ao longo de sua jornada com a escrita, mesmo quando os textos começam a ficar mais sofisticados e o seu domínio metodológico, mais firme. A leitura propicia prazer, em virtude de estar dirigida para o outro e de ter o cuidado de manter vivo o seu interesse. A narrativa é perfeitamente acessível a um público não necessariamente refinado e associa-se ao cuidado de cativar o leitor, seduzindo-o inclusive a compartilhar de suas às vezes mordazes e irreverentes opiniões e observações.

Apesar de sobejamente conhecido e apreciado, não resisto à tentação de também salientar a figura humana de Monsenhor Chaves, vista pela lente de Padre Cláudio Melo, um seu igual, no interesse pela história e na humildade da missão:

"Se me pedissem o resumo da ficha do autor deste(s) livro(s), eu diria apenas que ele é uma das mais preciosas relíquias do clero piauiense, pelas virtudes sacerdotais e pela cultura que armazena. Pertence à Academia Piauiense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico Piauiense exatamente porque é um pesquisador como poucos, de inteligência aprimorada, conhecimento profundo dos fatos históricos e da literatura, de estilo descritivo, ameno e claro. Sua cultura é tão merecedora do apreço que lhe temos, que Teresina honrou com seu nome a Fundação Cultural que tem".[19]

Que nós, seus leitores, saibamos apreciar e reconhecer esta dádiva de amor, na forma de livros que ajudam a construir nossa identidade de "povo sério, culto e livre".

NOTAS:

[1] MONTEIRO DE SANTANA, R.N. "A propósito de uma Apresentação". CHAVES, Joaquim (Mons.) *Apontamentos biográficos e outros*. 2ª ed. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. P. 6-7.

[2] Leitura particular deste livro foi realizada por Teresinha Queiroz em "O historiador e a cidade amada". Ver CHAVES, Joaquim (Mons.) *Teresina - Subsídios para a história do Piauí*. 2ª ed. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. P. 7-11.

[3] CHAVES, Joaquim (Pe.). *O índio no solo piauiense* (Ensaio de monografia histórica). Teresina, Centro de Estudos Piauienses, 1953. (Série A, Caderno n.º 2).

[4] MACHADO, Paulo. "Um diagnóstico precoce da farsa". CHAVES, Joaquim (Mons.). *O índio no solo piauiense (monografia histórica)*. 3ª ed. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. P. 9.

[5] Tenho em vista aqui especialmente *Formação histórica do Brasil*. 10ª ed.. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, que resulta das discussões da década de 50.

[6] MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1989.

[7] Sobre a Escola dos Annales, consultar Peter Burke. *A Escola dos Annales: 1929-1989. A revolução francesa da historiografia*. São Paulo, Ed. Unesp, 1991.

[8] RIBEIRO, Renato Janine. "Apresentação". MICHELET, obra citada, P. 10.

[9] CHAVES, Joaquim (Mons.). *Como nasceu Teresina*. 2ª ed. Teresina, Prefeitura Municipal de Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1987.

[10] CHAVES, Joaquim (Mons.) *Cadernos Históricos*. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

[11] Sobre a contribuição dos *Cadernos Históricos*, ver Teresinha Queiroz, "Apresentação", constante da edição conjunta citada na Nota 10.

[12] Citado em SANTANA. "A propósito de uma Apresentação", p. 6.

[13] NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 3ª ed. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1983; NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*: Volume II. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Artenova 1975; BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*: Teresina, COMEPI, 1971.

[14] DANTAS, Deoclécio. Orelha à primeira edição. CHAVES, Joaquim (Pe). *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. 1ª ed. Teresina: COMEPI, 1975.

[15] CHAVES, Joaquim (Mons.). *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. 2ª ed. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

[16] CASTELO BRANCO, Miguel do S. B. L. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres*. Teresina, Tipografia d'A Imprensa, 1879.

[17] Ver Nota 1 para referência completa.

[18] CHAVES, Joaquim (Mons.). *Apontamentos biográficos e outros*. 2º volume. 1ª ed. Teresina, Academia Piauiense de Letras: Ministério da Educação e Cultura, 1983. P. 9.

[19] MELO, Cláudio (Pe.). "Apresentação". CHAVES, Joaquim (Mons.). *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*, p. 9.

Teresina
Subsídios para a história do Piauí

Teresina

MUDANÇA DA CAPITAL

Oeiras, primeira capital do Piauí, apesar do ingente esforço de seus filhos, não conseguiu agradar a todos os governadores e presidentes que por ela passaram. Muitos deles, alegando razões diferentes, julgaram-na incapaz de sua missão, daí surgindo, mui cedo, a idéia de se mudar a capital para um outro local mais apropriado e que melhores vantagens oferecesse.

Em ofícios de 8 de abril e 19 de agosto de 1798 o governador D. João de Amorim Pereira apresentava à Metrópole considerações sobre a mudança da sede do governo de Oeiras para a Vila de Parnaíba. A 24 de janeiro de 1813 o governo central pedia ao ex-governador Carlos César Burlamaqui que o informasse devidamente sobre o pedido dos parnaibanos de transferência da capital para aquela vila. César Burlamaqui informou discutindo o assunto convenientemente.

Três anos mais tarde a Junta Provisória e o governador Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos insistiram na mesma idéia.

Tudo porém não passou de sugestões, que ficaram no papel.

Em 1844 voltou-se novamente ao assunto. O Presidente, Dr. José Ildefonso de Sousa Ramos, proclamando a impraticabilidade de se continuar com a capital em Oeiras, fez votar e sancionou a lei nº 174, de 27 de agosto daquele ano, "mandando mudar a capital para a margem do rio Parnaíba, na foz do riacho Mulato, ficando a nova cidade com o nome de Regeneração. A lei nº 191, de 30 de agosto, autorizou o Presidente a empregar os meios adequados para a mudança imediata da capital, passando as repartições públicas para S. Gonçalo, hoje Regeneração, onde deviam permanecer até a edificação da nova capital".

Zacarias de Gois e Vasconcelos também discutiu o problema da mudança. A capital deve estar situada em local salubre, aprazível, abundante d'água, fértil, que ofereça vantagens nas comunicações com toda a Província, principalmente com os pontos de maior comércio dela, assim como das Províncias vizinhas. Enumera os elementos próprios de uma capital e conclui negando que Oeiras os possua, ao menos em parte. Ela "não tem preponderância, achando-se sob a tutela de Caxias pelo comércio e pela indústria. Situada entre morros, é quase inabitável a cidade, porque o calor, que no clima do norte é tão intenso, torna-se aqui, por essa circunstância, ainda mais abrasador e insuportável: o local da cidade é tão pedregoso e, conseguintemente, estéril, que não consente vegetação, de maneira que na estação calmosa dir-se-á morta a natureza, a não ser o riacho da Mocha, em cujas margens sempre verdejam, bem que raras, algumas árvores". Mas impugna a mudança para a foz do riacho Mulato dizendo no mesmo relatório:

"Este lugar é completamente deserto e foi escolhido somente pelas supostas vantagens da situação. Com dizer isto tenho dado a razão por que não foi aquela lei executada por meu antecessor, não há de ser por mim, nem também, segundo todas as probabilidades, pelos meus sucessores. Construir todos os edifícios necessários ao serviço; erguer de repente uma cidade inteira é empresa possível a um homem de gênio, que disponha de inumeráveis braços e de uma riqueza imensa, mas é perfeita quimera para o governo constitucional de uma Província pobre. É verdade que a lei autorizou a presidência, pelo § 4º do art. 7, a contratar com a assembléia e governo gerais a emissão de 200.000$000 em notas, obrigando-se a Província a resgatá-las com 10 por cento de sua renda anual; mas esta medida, ainda quando obtivesse assentimento do poder competente, não sei se seria prudente pôr em prática, porque me parece que daria em resultado um grande empenho legado às gerações vindouras, sem proveito correspondente. É uma conjectura que faço com os olhos fitos na história do nosso país".

Parnaíba, porém, não dorme. Cada vez que se cogita de votar nova lei mudando a capital ela volta à carga julgando-se com direito de ter em si a administração da Província e alegando em seu favor as seguintes razões:

"1º – Estar quase à margem do oceano, pois, situada na margem direita do Parnaíba, dista apenas do mar duas léguas, e permitir, por isso, que o governo supremo faça sentir a sua ação na Província com muito maior rapidez do que agora, podendo a correspondência da Corte com a Província e vice-versa fazer-se diretamente e não por intermédio do Maranhão e Bahia. 2º – A grande probabilidade, estando lá a capital, de despertar-se o espírito de especulação para navegar-se o Parnaíba, o que é de uma utilidade imensa. 3º – Haver já suficiente número de edifícios cômodos para as repartições públicas e residências dos empregados. 4º – O exemplo das outras Províncias cujo território compreende alguma porção de costa, as quais têm sentido a vantagem de terem suas capitais junto ao mar e não no interior". Não convenceram, porém, as razões de Parnaíba.

Nesse vai e vem de escolha de local para a mudança, um nome surgiu em 1844 que teria influência decisiva no futuro. Refiro-me ao nome da Vila do Poti, escolhida pela lei de 3 de agosto daquele ano para sede da nova capital, logo que tivesse os cômodos necessários para as repartições públicas. Se bem que essa lei tenha sido revogada pela de 5 de agosto de 1850, imprimiu, no entanto, um sulco indelével no apaixonado e prolongado debate. A ela voltaria o homem talhado pela Providência para tirar a Oeiras o cetro de cabeça da Província. Este homem nos veio da Bahia, naquele ano de 1850, na pessoa do novo presidente, o Dr. José Antônio Saraiva.

Nascido a 1º de março de 1823 na freguesia de Bom Jardim, município de Sto. Amaro, Província da Bahia, José Antônio Saraiva era bacharel em Direito pela Faculdade de S. Paulo. Após a formatura, desempenhou em

sua terra natal os cargos de Juiz Municipal e de Procurador Fiscal da Fazenda. Iniciou-se na carreira política como deputado provincial, sob a chefia do Marquês de Olinda. Tinha apenas 27 anos quando foi nomeado presidente da Província do Piauí por Carta Imperial de 19 de junho de 1850. Chegou a Oeiras às 8 horas da noite do dia 5 de setembro daquele ano, tomando posse do governo no dia 7.

Partidário incondicional da mudança da capital de Oeiras para um lugar à margem do Parnaíba, o Dr. Saraiva voltou suas vistas para a resolução consignada na lei, já revogada, de 3 de agosto de 1844, isto é, transferência para a Vila do Poti. Empreendeu até lá, nesse mesmo ano, penosa viagem para se certificar das condições do lugar. Não se agradou do mesmo. "Chegando a Vila Velha do Poti, diz ele, fácil me foi compreender que sujeita a febres endêmicas, sempre arruinada pelas enchentes daquele rio, não podia aquela vila florescer, e que seus habitantes desejavam com ansiedade edificá-la em qualquer outro lugar que pudesse convir a seus interesses. Aproveitei esse ensejo, convidei-os a edificar no mais belo e agradável lugar da margem do Parnaíba; principiei a edificar, por meio de subscrições, uma matriz, e o resultado de tudo isto foi além de minhas esperanças, porque nunca acreditei que, em menos de seis meses, estivessem em construção perto de trinta habitações e, ainda mais, que os mesmos habitantes da Vila Velha, que ali tinham elegantes casas, se resolvessem a deixá-las para construir no novo local, hoje geralmente chamado Vila Nova do Poti, outros prédios".

O espírito tenaz e empreendedor dos potienses assombrou Saraiva. Positivamente aquele era um povo fadado a fundar a nova capital, tirando-a, por assim dizer, do nada. Na segunda visita que lhes fez em 1851 aconselhou-os a transferirem a Câmara Municipal para a Vila Nova: prometeu-lhes abertamente que em breve ali estaria com o governo da Província.

Em relatório à Assembléia Provincial, naquele ano, tenta convencer os irredutíveis adversários da mudança, apresentando-lhes as razões que o levaram a escolher a Vila Nova do Poti para sede do governo: "é ela bem situada e a mais salubre que é possível segundo a planta que mandou levantar; fica na posição de tirar a Caxias todo o seu comércio com o Piauí, conseguindo-se, assim, a maior vantagem da mudança; mais próxima da cidade de Parnaíba, pode servir melhor ao desenvolvimento da navegação e gozar a capital do grande benefício da facilidade de suas relações políticas e comerciais com a Corte e todos os centros de civilização do Império. Fica no município mais agrícola da Província e é preciso que o governo cuide seriamente de promover o aumento de sua agricultura, o melhoramento dos processos de que ela usa e dar conveniente direção aos seus produtos; é aquela localidade a única que promete florescer à margem do Parnaíba e habilitar-se em menos tempo para possuir a capital da Província".

Os adversários, porém, estavam a postos. Contra a expectativa de Saraiva, rejeitaram o projeto de lei de 1851 que mudava a capital para a Vila

Nova do Poti. Também eles tinham suas razões a apresentar: "1º – o lugar escolhido era insalubre: 2º – seus arredores eram estéreis; 3º – havia falta de prédios para a habitação dos funcionários públicos gerais e provinciais". Opinaram, porém, pela mudança para S. Gonçalo, que ficava mais perto de Oeiras.

Saraiva refutou essas objeções, uma a uma, e se preparou para obter a maioria na Assembléia de 1852, único meio que lhe permitiria realizar seus ideais. Abriu luta com os adversários, não se intimidando com a resistência ameaçadora dos mesmos. "Não recuou diante de consideração alguma, nem mesmo da sua salvação pessoal, pois era corrente haver entre os opositores e fanáticos a idéia de um atentado contra a sua existência, pensando que com sua morte morreria a idéia, por falta de quem quisesse arriscar-se à nova tentativa, abafada a primeira no sangue do seu mais ardente promotor".

Realiza-se a eleição para a Assembléia Provincial a 15 de janeiro de 1852. Seu resultado é conhecido em 15 de março. Venceu Saraiva: a maioria dos deputados é partidária da mudança. Instalam-se os trabalhos da Assembléia a 1º de julho e no dia 20 vai aprovada a lei da mudança conforme o desejo do Presidente. Por essa lei a Vila Nova do Poti ficava, desde já, elevada à categoria de cidade com a denominação de Teresina, e para essa cidade seria transferida a sede do governo da Província com todas as Repartições Públicas e a reunião da Assembléia Legislativa. A Presidência estava autorizada a levar a efeito a transferência logo que julgasse conveniente; a obter por aluguel ou pela forma que mais conveniente lhe parecesse os prédios necessários para as repartições públicas; a mandar construir estes prédios por administração, quando lhe parecesse conveniente; a mandar construir por administração ou arrematação, no local da nova cidade, uma cadeia, um cemitério e quaisquer outras obras que fossem necessárias e se harmonizassem com os recursos da Província; a proceder a desapropriação dos terrenos que julgasse preciso para o assento e crescimento da futura capital, os quais seriam aforados pela respectiva Câmara Municipal em proveito de suas rendas; a passar logo para a cidade de Teresina o Estabelecimento dos Educandos Artífices, que trabalhariam nas obras públicas compatíveis com os seus ofícios. Os empregados públicos vitalícios, ao se transferirem para a nova capital, teriam uma ajuda de custo para as despesas de viagem, arbitrada pelo presidente, levando-se em conta o número de pessoas de suas famílias e a categoria de seus empregos.

"Tendo tomado as medidas necessárias e as precauções exigidas para sua segurança individual, escreve Clodoaldo Freitas, o Dr. Saraiva retirou-se de Oeiras, deixando assinado o decreto da mudança da capital.

Quando a bomba explodiu, já o ilustre e pertinaz presidente estava distante. O golpe foi terrível. Se o Dr. Saraiva se não tivesse retirado prudentemente, em tempo, teria, com certeza, sido vítima de alguma agressão.

Os ânimos se irritaram e era um verdadeiro clamor público contra o Presidente, que os mais exaltados cobriam de injúrias e juraram tomar, mesmo no Poti, uma vingança estrondosa e sanguinária. Corria o boato que o povo não deixaria o cofre público sair de Oeiras e os agitadores gritavam pelas ruas que a senha da revolução era essa tentativa aviltante para os oeirenses, da retirada do cofre, sinal definitivo da realização da projetada mudança.

Muitos, até então, ainda ingenuamente, acreditavam na possibilidade da volta do governo para Oeiras, por deliberação da Assembléia, com a retirada do presidente ou por ordem expressa do governo imperial. Queriam, pois, que o erário público ficasse em Oeiras, como uma garantia da permanência da capital e um protesto contra o ato presidencial. Assim, no dia em que o cofre, colocado em carro puxado por bois, partiu de Oeiras, cercado de numerosa força armada, a população, desiludida, abandonada a idéia de revolta, que realmente nunca tivera, entregou-se a uma dolorosa desolação, acompanhando-o até ao lado oposto da grande ponte construída sobre o Mocha pelo Dr. Zacarias, soluçando. Foi um dia de luto geral".

Em Teresina, Saraiva tratou de instalar as repartições e fazer funcionar a máquina burocrática. Agiu com rapidez e precisão admiráveis. A 16 de agosto oficiava a cada presidente de Província: "Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que o corpo legislativo provincial autorizou pela lei nº 315, de 20 de julho do corrente ano, a transferir a capital desta Província para a nova cidade Teresina, e que dei já execução a essa lei, pelo que me acho residindo nesta cidade à disposição de V. Excia." O oficio de 21 de outubro dá por encerrada a mudança: "Comunico a V. Excia. que esta Província está em paz, e que se acha completamente transferida para esta cidade de Teresina a capital da Província e funcionando regularmente todas as repartições públicas".

A 24 de dezembro era trazida, em solene procissão, do Poti Velho, a imagem da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Amparo, e inaugurada, na missa do galo, a igrejinha do Amparo.

O terreno da cidade, tirado da data "Covas", compreendia de norte a sul um quarto de légua para cada lado, tendo a igreja de Nossa Senhora do Amparo por centro, e leste a oeste o espaço entre os rios Parnaíba e Poti.

EDIFÍCIOS PÚBLICOS PRIMITIVOS

Não é fácil tarefa determinar as condições e o local exato dos edifícios públicos da cidade nos dez primeiros anos.

Teresina, não obstante ter sido construída para capital da Província, cresceu com todos os defeitos inerentes a um desenvolvimento prematuro e apressado.

Embora em 52 alguns edifícios públicos já estivessem em construção, as repartições do Governo foram todas instaladas em casas alugadas.

O emprego de trabalho escravo e de material improvisado nas construções e a falta de uma assistência técnica apropriada imprimiram-lhes um não sei quê de precariedade de que se ressentiam todas elas ao completar a cidade os seus dez primeiros anos de existência.

Acompanhemos-lhe a história no período a que me reporto.

Dentre todos os edifícios públicos de Teresina cabe a primazia à Igreja do Amparo, cuja pedra fundamental foi lançada aos 25 de dezembro de 1850. Saraiva, na sua fala de 3 de julho de 1851, diz que "em dezembro retirou-se o mestre de obras para o Poti a fim de construir a nova Matriz, que por subscrições já se acha adiantada". Em dezembro de 52 foi inaugurada a igreja e elevada à categoria de Matriz da cidade. Tinha pronta apenas a Capela-Mor. Em 1854 já estavam "prontas a capela-mor, as duas sacristias, as duas capelas laterais, concluídas as paredes dos corredores e em andamento as do corpo da igreja". Apesar do ingente esforço dos presidentes da Província, não estava terminada em 62 e a construção já feita muito deixava a desejar. É um edifício cuja identificação hoje, decorridos cem anos, não oferece a menor dificuldade. A igreja do Amparo, com algumas modificações imprimidas no decorrer dos tempos, é hoje a mesma da pedra fundamental de 1850, no mesmo local da fundação.

Em julho de 1851, Saraiva anunciava o início da construção de um quartel para o Corpo de Polícia. "Estou edificando um quartel de polícia na Vila Nova do Poti e já se acha o madeiramento pronto". Este quartel não serviu aos soldados. Na parte pronta em 1854 foi instalado o Hospital de Caridade. Em 62 o Corpo de Polícia ainda se aquartelava "na casa particular sita à Rua da Estrela".

Do cemitério, já em julho de 1854, dizia o presidente Dr. Antônio Francisco Pereira de Vasconcelos: "Estará concluído até o meado do corrente mês, tendo sido feito com toda elegância e solidez". De fato só estará terminado em 62, com a capela ainda sem altar. É o nosso Cemitério Velho, no mesmo local, do tempo da fundação até hoje.

A construção da Cadeia em julho de 1854 "vai em bom andamento e contém em si quatro prisões, duas para o lado do Norte e outras duas para o Sul". Sempre sofrendo reformas e ameaçando ruína, chegou ao ano de 62 em condições, porém, terrivelmente precárias. Em 64 dela nos dá notícia um documento da época: "Começada em 1852 e já arruinada antes de concluída - afigura-se antes uma masmorra de tempos antigos e, estava quase dizendo, uma gaiola de feras. Ali o ar falece e a luz parece que receia entrar". Falou-se no lançamento dos alicerces da cadeia nova no ano de 1862, no mesmo local da velha. Como, porém, admitir o prosseguimento das obras da cadeia nova

já em 62, "no mesmo local da velha", se esta ainda está de pé e funcionando em 1864? A cadeia nova só estará concluída, mas ainda sem o muro, em 1866. Nada da cadeia primitiva chegou ao centenário.

Não há dúvida quanto ao local em que foi construído o Mercado. Sabemos com certeza que foi na Praça da Constituição, hoje Deodoro, no terreno cedido pela Câmara Municipal ao Cel. Jacob Manoel de Almendra, perto da margem do Parnaíba. Em 1862, porém, não estará terminado. É o nosso Mercado Velho de hoje.

O Liceu, no princípio, funcionou nas casas particulares dos professores. Para alojá-lo em prédio próprio, o Dr. Albuquerque iniciou em 56 a construção de um edifício "ao lado da Matriz". Mas, três anos depois, "o Liceu funciona com regularidade, porém em casa pequena, pouco própria e até pouco decente, por ser nuns pequenos quartos da insignificante casa comprada para o Palácio". Em 60 ainda é esta a sua situação. Em 62, ele estará em outra casa, porém não ao lado da Matriz.

A construção do Quartel de Linha teve início em 1853. No governo de Baldoíno José Coelho dirigia o serviço o tenente-coronel Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho. Em 1862 ainda não estava concluído. Infelizmente o Quartel Velho, como era conhecido ultimamente, não celebrou o centenário da cidade. Foi demolido recentemente.

Em 58 o Governo comprou uma casa na Praça da Constituição, modificando-a e nela instalando o Teatro "Santa Teresa". Esta casa estava no lugar onde está hoje a Assembléia.

A Tesouraria Provincial e a Secretaria do Governo em 58 estavam instaladas em um edifício construído no ano anterior para ser um colégio secundário ou um internato. Mas em 62 já a Tesouraria estava novamente em casa alugada.

Os Educandos Artífices, trazidos de Oeiras logo no ano da fundação da cidade, foram alojados numa casa pequena e muito insalubre. Para instalação das oficinas esta casa sofreu, posteriormente, muitas modificações. Mas em 1857 ainda não tinha sido adquirida por compra pelo Governo. Parece que em 62 perdurava a mesma situação.

Em 1860 o Governo se instala ainda em uma casa alugada, apesar de já possuir, por compra, uma casinha que, por imprópria para residência do Presidente, alojava o Liceu e a Assembléia Provincial. Em 62 esta casa ainda está passando por sérios reparos para melhor se adaptar ao fim para que foi comprada. "O terraço que ali havia" foi demolido naquele ano porque ameaçava ruir.

O Correio funcionou em casa alugada até que em 1862 passou a ocupar "dois quartos do lado nascente" da casa da Administração Provincial.

No ano da primeira década da cidade já estão concluídos os alicerces de um grande edifício para abrigar a Assembléia Provincial, a Câmara e o Júri.

FESTAS NO PASSADO

No ano de 1860 já os teresinenses celebravam regularmente suas festas. Podemos dividi-las em três grandes grupos: religiosas, cívico-patrióticas e populares propriamente ditas.

As festas religiosas eram muitas. Compreendiam as do culto público, celebradas na Matriz, e algumas novenas rezadas, às vezes, em casas particulares, para cumprimento de promessas. Tudo se fazia com muita ordem e respeito, como hoje.

Três destas festividades, porém, gozavam de uma preferência toda especial por parte da população, e eram: a Semana Santa, a festa da Padroeira e a da Imaculada Conceição.

A Semana Santa estava a cargo da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Muitos dias antes do Domingo de Ramos se reuniam os irmãos de opa, balanceavam os recursos de que dispunham, combinavam as funções com o arcipreste vigário Mamede Antônio de Lima, e nos dias da comemoração da Morte e Ressurreição do Senhor tudo se fazia dentro das possibilidades de uma cidade que ainda não era sede de bispado.

A procissão de Bom Jesus não se fez em Teresina antes de 1859, por uma razão muito simples: a Imagem do Senhor dos Passos só foi adquirida em dezembro de 1858 por subscrição popular. É a imagem que se venera ainda hoje na igreja do Amparo.

A festa de Nossa Senhora do Amparo, a padroeira, era do povo e se celebrava em setembro ou novembro.

A da Conceição era a festa religiosa do Exército. O Batalhão de Linha solenizava o novenário de sua padroeira. Havia mordomos. O ponto culminante da festa era a procissão, que se fazia no dia oito de dezembro, ao cair da tarde. As forças militares, em rígida formatura, ao som de salvas de artilharia e infantaria, prestavam continência à imagem na porta da igreja. Todo este aparato militar impressionava vivamente a multidão.

Foi na festa da Conceição do ano de 1858 que pela vez primeira se fez leilão em Teresina.

Das comemorações cívico-patrióticas três apenas gozavam das

preferências do público e, com as variantes que podemos naturalmente supor, se celebravam mais ou menos como passo a descrever.

No dia 25 de março, aniversário da Constituição política do Império, desde cedo se ouviam as salvas de artilharia no Quartel de Linha, acordando o povo para a festa. Nas primeiras horas da manhã tinha lugar o desfile militar pelas ruas ao som de fanfarras. Depois da parada o povo fazia cortejo em palácio diante da efígie de Sua Majestade o Imperador. À noite havia baile na Presidência.

A festa da Independência constava de parada militar pela manhã e grande passeata cívica, à noite, percorrendo quase todas as ruas da cidade; nela se faziam representar todas as classes sociais. O povo, precedido da banda dos Educandos, marchava em colunas, ao espocar de foguetes e vivas ao Brasil, a S. M. o Imperador e ao Piauí.

Mas a festa popular por excelência era a do aniversário do Imperador a 2 de dezembro. Descrevamos a do ano de 1858.

A cidade acordou ao troar das salvas da artilharia. Desde cedo o povo convergiu para a igreja do Amparo, onde seria entoado solene Te-Deum de Ação de Graças. À hora aprazada chegou o Presidente da Província, acompanhado de seu secretariado e demais autoridades. Fazia-se preceder de um piquete de cavalaria da polícia provincial, autêntica novidade naquele ano. Acabada a função religiosa, o povo formou a passeata até o palácio. Ali, autoridades e povo, com grande vibração, assistiram ao desfile das tropas.

À noite houve representação no teatro Sta. Teresa. Ponto alto na representação foi o aparecimento em cena da efígie imperial, saudada com o hino nacional. Do seu camarote o Presidente prorrompeu em vivas a S. M. o Imperador e ao povo piauiense, no que foi secundado por todos os presentes com grande entusiasmo.

Dois dias depois o jornal da oposição dá notícia pormenorizada das festividades, porém critica acerbamente o presidente Junqueira por se ter feito preceder na sua ida à igreja por um piquete de cavalaria "à guisa de guardas de arqueiros" e pelo fato de a banda militar ter tocado em continência à sua entrada no teatro e saída dele, continência que, diz o jornal, "só se dá ao Santíssimo Sacramento".

As festas populares eram muitas. O povo divertia-se a valer.

Os batuques eram comuns aos sábados. Isto se compreende pela regular percentagem de negros escravos na população da cidade. Quase dois mil naquela época.

Forrós, sambas, danças de São Gonçalo e demais festanças de subúrbio tinham o nome característico de *beleques*.

No São João, o boi, as fogueiras, os balões, os fogos, merecendo especial menção os terríveis busca-pés.

O carnaval até o ano de 1859 era muito modesto e consistia quase que exclusivamente no entrudo. Naquele ano, porém, a coisa mudou de feição. Logo em janeiro apareceu na imprensa o seguinte anúncio:

"*Carnaval* - José Gregório Perco, constando-lhe que haverá divertimento de carnaval este ano, à moda das grandes cidades do Império, oferece-se às pessoas que quiserem mandar fazer roupas para máscaras, de qualquer gosto, ou épocas, as quais prontificará com bom gosto e com o segredo, que é devido em tal regozijo".

De fato os Srs. capitão Sinfrônio, alferes Fonseca e Mesquita haviam fundado uma sociedade carnavalesca e tiveram a lembrança de promover, naquele ano, a primeira "mascarada" que se fez em Teresina. Foi um sucesso.

Acompanhemos o noticiário da época:

"Os dias 5, 6 e 8 do corrente (março) ofereceram algumas horas de entretenimentos aos habitantes de Teresina. A 5, às 8 horas da noite, ao melodioso som da música dos Educandos, teve lugar um grande baile de mascarados no teatro nacional Sta. Teresa. Cerca de 50 indivíduos apresentaram-se bela e variadamente vestidos, e perfeitamente caracterizados. A folia durou até as três horas da manhã quando, depois de muitas danças, passeios e decentes gracejos pelos camarotes e corredores, pôs termo a tudo um estouvado *Cancam*. No dia 6, às 4 horas da tarde, o terço da música do meio batalhão de 1ª linha percorreu as ruas da cidade, em frente de mais de 40 cavaleiros mascarados e diversamente vestidos. Finalmente no dia 8, às mesmas horas, um número talvez superior a 80 pessoas percorria a pé todas as ruas com máscaras e vestimentas de diferentes gostos, e muitas bastantemente apuradas. Às 8 horas da noite principiou no teatro outro baile, onde a concorrência foi superior à capacidade do edifício, notando-se aí grande variedade e diversas transformações, tendo dado muito nas vistas, entre outras caricaturas, a de um *Pelicano* e a que se intitulava *Mr. Laemmert, autor das folhinhas*, e a do *bifronte de cão* e *cavalo*. Durou a função até meia-noite.

A harmonia e decência presidiram a toda folgança. O respeito recíproco entre máscaras e espectadores foi bem notável. A pompa no vestuário sobressaiu no último dia, observando-se muitos rapazes perfeitamente vestidos de damas".

As representações no teatro Sta. Teresa eram exclusivas das classes abastadas, pois os preços de entrada eram elevados para a época. Basta dizer que um camarote custava 6 e 7 mil réis, e uma cadeira na platéia, 2 mil réis. A crítica dos jornais era muito severa para com as companhias teatrais que aqui se exibiam. Vez por outra surgia molecagem nas torrinhas, mas eram os rapazes da família que a faziam.

INSTRUÇÃO PRIMÁRIA (1852 A 1872)

Desde a fundação da cidade que o Governo da Província dedicou sérios cuidados à instrução primária, principalmente na capital. Os esforços dispendidos neste sentido nunca foram devidamente compensados O povo, em geral, não se interessava muito em que seus filhos aprendessem a ler e a escrever. Por seu lado, os meninos temiam a escola, que não era absolutamente risonha e franca. Mestres mal remunerados, manejando um aparelhamento pedagógico inadequado, compensavam as deficiências do método com um processo todo especial de intimidação que ia desde a humilhação premeditada do aluno, por meio de gritos e admoestações acrimoniosas, até a intervenção desapiedada e frequente da palmatória.

Havia quatro escolas públicas primárias em Teresina, pois, por regulamento, cada paróquia na Província devia possuir duas escolas, uma para cada sexo, e em 1866 já estava criada a paróquia das Dores. É possível que as escolas das Dores não tenham funcionado logo. A frequência nas escolas públicas primárias de Teresina no ano de 68 era apenas de 50 alunos; seria por demais ridículo distribuí-los por quatro escolas. Quase que só os meninos da classe média iam às aulas da Província. Os meninos ricos estudavam de preferência nas escolas particulares, onde o aproveitamento era mais rápido e sensível.

Porque havia também colégios para instrução primária em Teresina, e bons, dirigidos por particulares. Em 1862, um destes, o de Miguel de Sousa Leal Borges Castelo Branco, funcionava no prédio nº 30 da Rua da Glória e gozava de grande aceitação por parte do público. Era um externato misto que aceitava alunos mediante o pagamento de uma mensalidade fixa de 2$000. O estabelecimento, porém, mais afamado no estilo naqueles tempos era o "Colégio Nossa Senhora do Amparo", para meninos, dirigido pelo Dr. Jesuíno José de Freitas e o capitão Joaquim Luís da Silva. Sua fama transpôs os limites da cidade. Possuía anexo um internato com grande reputação em vasta zona da Província.

Para as meninas também havia um colégio particular muito conceituado, o da professora Rosina Augusta da Silva Conrado. Recebia meninas em sua casa "dando-lhes comida, roupa lavada e engomada e utensílios de mesa, mediante a módica quantia de 20$000 mensais, pagamento adiantado no dia 1º de cada mês". Aceitava, também, "meias pensionistas, dando-lhes somente jantar e ensino de trabalhos de agulha nas tardes dos dias úteis, mediante a quantia de 6$000 por mês".

Havia ainda algumas poucas aulas particulares de menor importância, e era tudo.

Houve um presidente de Província, o Dr. Franklin Américo de Menezes Dória, que muito se preocupou com o problema do ensino. Aliás,

sua atuação foi brilhante em todos os setores da administração pública. A ele se deve uma reforma no ensino que muito teria contribuído para a causa da instrução primária, não só em Teresina como em toda a Província, se tivesse havido uma correspondência adequada aos seus esforços por parte daqueles a quem mais de perto afetava o problema – os professores. Infelizmente, porém, a apatia, a incompreensão e a incompetência de muitos deles comprometeram seriamente os planos do ilustre presidente.

A reforma foi autorizada pela lei nº 537 de 2 de julho de 1864. De acordo com a lei, em 21 de novembro do mesmo ano foi expedido o regulamento orgânico de instrução primária. Vale a pena conhecer-lhe alguns tópicos.

As escolas públicas primárias que pelo regulamento antigo eram de 1ª, 2ª e 3ª classes, em atenção à sua distribuição por cidades, vilas ou simples povoados, de acordo com a reforma passaram a ser classificadas em escolas de 1º e 2º graus, conforme o maior número e a importância das disciplinas do programa. Isto se coadunava melhor às necessidades do ensino e à divisão administrativa da Província, oferecendo ainda a vantagem de proporcionar ordenado de professor menos à categoria local da escola do que à categoria do ensino. As escolas de 2ª e 3ª classes do regulamento antigo passaram a constituir o 1º grau no novo regulamento, percebendo os professores deste grau o ordenado anual de 600$000.

Recomendava a educação pelo amor; o professor se esforçaria por combinar o estímulo das forças morais com o das recompensas adequadas. Foram abolidos os castigos corporais, nomeadamente o da palmatória.

Restringia, no ensino, o uso dos livros aos que fossem previamente autorizados pelo governo, ou pelo bispo diocesano quanto aos religiosos, a garantia o seu fornecimento gratuito aos alunos reconhecidamente pobres.

O método de ensino era o de André Bell, perfilhado por Lancaster, vulgarmente denominado mútuo.

O regulamento estabelecia ainda condições rigorosas de idade, capacidade física, intelectual e moral para o exercício do magistério público, exigindo concurso dos candidatos. Do concurso só estariam excluídos os alunos mestres da escola normal que tivessem curso completo.

Uma coisa, porém, nos enche da mais viva admiração pelo espírito altamente avançado de alguns teresinenses daquelas priscas eras: é a constatação de que já em 1869 se fez em Teresina uma tentativa de alfabetização de adultos. Aos doze de novembro daquele ano, às sete horas da noite, em casa do Sr. Deolindo Mendes da Silva Moura, à Rua Barroso, inaugurou-se uma aula noturna para rapazes e homens feitos. A simpatia popular pelo ousado empreendimento foi tão intensa que de todos os lados

choveram auxílios em livros, cartilhas, cadernos, papel, tinta e até querosene para as lamparinas da escola. O curso era gratuito e seus alunos se distribuíam em três classes: a 1ª dos alfabetizandos, a 2ª dos que já possuíam alguns rudimentos de leitura e a 3ª dos mais adiantados, aos quais se ensinavam as operações fundamentais da aritmética. O corpo de professores era brilhante. Citemos alguns nomes: Deolindo Moura, Davi Moreira Caldas, Jesuíno José de Freitas, Juvêncio Tavares Sarmento e Silva, Cândido Alves de Noronha, Dionísio da Costa Romeu. No segundo mês de funcionamento o curso era frequentado por 53 alunos. Contavam-se entre eles aprendizes de tipógrafo, ourives, carpinteiros, pedreiros, barbeiros, alfaiates e roceiros.

INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA (1852 A 1872)

Até o ano de 1872 o ensino secundário em Teresina não compensou, absolutamente, os esforços de alguns abnegados que por ele se interessaram vivamente, nem as somas em dinheiro que a Província gastou para mantê-lo em funcionamento.

O Liceu, sempre em crise, nunca teve pouso certo nem frequência regular, até que foi extinto pela resolução nº 511 de 1º de agosto de 1861.

Estava a cidade sem um estabelecimento de ensino secundário quando, em boa hora, o Dr. Franklin Dória fundou a Escola Normal de Teresina. Havia ele feito uma reforma no ensino e viu que, se a Província não dispusesse de um corpo de professores primários à altura, a reforma ficaria letra morta, irremediavelmente. Urgia, pois, formá-los.

O projeto da fundação foi sancionado pela resolução nº 565 de 5 de agosto de 1864 e em 3 de fevereiro de 65 inaugurou-se a escola, solenemente, pronunciando, então, o Dr. Dória um belíssimo discurso no qual destaco o seguinte trecho, que muito bem diz das esperanças que nela depositava o presidente: "Na Escola Normal de Teresina esses jovens ajuntarão o cabedal de conhecimentos especiais de que precisa o professor de primeiras letras e se tornarão versados na pedagogia ou arte de ensinar. Fortificando-se na sublime doutrina da religião católica e familiarizando-se com os preceitos da moral, adquirirão com o hábito do estudo, que engrandece, e do trabalho, que alegra, o hábito das virtudes peculiares ao seu emprego. Quando soar a hora, com a inteligência polida pela verdade, com o coração moldado pelo bem, irão eles, mundo em fora, exercer o seu nobre apostolado. Em todo caso a sociedade ganhará com eles; porque, além dos mestres idôneos, terá cidadãos honrados e prestantes. Tal é o ideal que formo da Escola Normal de Teresina".

Funcionou a escola, como externato, na casa que havia servido à Assembléia Provincial. Estava provida de bons móveis, de material didático

apropriado e possuía uma pequena biblioteca. Entre os professores contavam-se muitos já consagrados nas lides do ensino, como os Drs. Constantino Luís da Silva Moura, Newton César Burlamaqui e o capitão Joaquim de Lima e Castro.

Matricularam-se no primeiro ano 23 alunos. Destes somente 16 chegaram ao fim do ano, pois quatro perderam o ano por falta de frequência, dois por terem marchado como voluntários da pátria para os campos do Sul e um por se ter retirado para a Europa. Três apenas foram julgados capazes de prestar exame nos dias 13 e 14 de dezembro daquele ano. A banca examinadora se compunha do diretor da escola, Dr. Constantino Moura, e dos professores Raimundo Mendes de Carvalho, Joaquim de Lima e Castro e Jesuíno José de Freitas.

O exame versou sobre as seguintes matérias: "Leitura simples, acentuada e raciocinada; caligrafia, gramática nacional com exercícios de leitura de prosadores e poetas, ligeira análise gramatical no sentido de firmar o conhecimento da etmologia e da sintaxe; catecismo; método de ensino elementar; aritmética e sua aplicação às operações fundamentais sobre inteiros e quadrados; sistema de pesos e medidas nacionais e métrico; noções gerais de geografia física e política, principalmente do Brasil; noções gerais de História Sagrada; elementos de moral e civilidade".

Os três alunos levados a exame e que foram aprovados plenamente foram os Srs. Hermenegildo Drumond de Macedo, José Joaquim Ferreira de Carvalho e João Augusto Rosa.

No ano seguinte retirou-se da presidência da Província o Dr. Franklin Dória. Sua saída determinou a morte da escola, que vivia exclusivamente do apoio incondicional que ele lhe prestava.

Em 9 de outubro de 1867 publicou-se a resolução nº 599 que suprimia a Escola Normal e restaurava o Liceu, aproveitando todos os professores daquela. Era presidente da Província o Dr. Adelino Antônio de Luna Freire.

Naquele ano cogitou-se da Fundação de um seminário menor em Teresina. Uma circular do Sr. Bispo diocesano datada de dezembro de 66, dirigida aos vigários do Piauí, recomendava-lhes que envidassem esforços no sentido de se abrir, com a máxima brevidade, em Teresina, um pequeno seminário. Ficaria encarregado de coordenar o movimento o Revmo. Pe. Raimundo Alves da Fonseca, vigário de Nossa Senhora das Dores. Sabedor do projeto, o Dr. Luna se dirigiu ao Sr. Bispo prometendo-lhe todo apoio, declarando mesmo que preferia a fundação de um pequeno seminário à restauração do antigo Liceu. Em ofício de 11 de fevereiro de 1867, D. Luís agradeceu ao presidente o oferecimento: "... empreenderei uma viagem até esta capital, onde pessoalmente renderei a V. Excia. os meus sinceros agradecimentos, e aproveitando-me dos auxílios que me promete e da caridade

pública, espero em Deus e em sua Mãe Maria Santíssima fundar tão útil instituição. E porque o tempo invernoso não me permite empreender já essa viagem, oportunamente terei a honra de comunicar a V. Excia. a época precisa para efetuá-la".

A viagem nunca se fez e, também, o seminário menor não se fundou naquele tempo. O único estabelecimento de ensino permanente e estável de Teresina era a Escola Profissional dos Educandos Artífices.

POSTURAS MUNICIPAIS DE 1867

As posturas municipais são uma espécie de retrato de uma cidade, ao mesmo tempo que revelam o esforço dos legisladores para soerguê-la a um plano mais civilizado, mais consentâneo com a dignidade humana. Denunciando-lhe as fraquezas, as lacunas, apontam-lhe um rumo melhor, mais alevantado.

Em 11 de abril de 1867 o Presidente da Província, Dr. Adelino Antônio de Luna Freire, usando das atribuições que lhe conferia o artigo 2º da resolução de 25 de outubro de 1831, aprovou provisoriamente as posturas da Câmara Municipal de Teresina.

Os primeiros artigos versavam sobre a concessão de terrenos por aforamento. Seriam concedidos: dentro da quadra da décima urbana a 100 réis (10 centavos) por cada braça de frente, anualmente; fora da quadra, a 50 réis.

Os terrenos cedidos na décima urbana seriam edificados no prazo de dois anos, findo o qual o dono começaria a pagar os foros no duplo por mais um ano. Se passado este prazo a obra não estivesse concluída, seria posta em praça, pela Câmara, para arrematação. Do preço da arrematação seriam deduzidas as despesas e o excedente, entregue ao dono da obra. O terreno seria, então, cedido, novamente, a requerimento. Note-se que se considerava como edificação somente a "conclusão completa do exterior da obra, além da calçada de seis palmos de frente, e nos lados, nos terrenos de esquina".

Os terrenos concedidos e não edificados deveriam ser limpos todos os meses do dia 27 ao último, pelos donos, sob pena de multa de 2$000, imposta no 1º do mês seguinte e cobrada imediatamente por via executiva. A falta de cumprimentos desta determinação por quatro vezes importaria na perda do terreno. As ruas seriam limpas todos os sábados, até as 7 horas da manhã, pelos respectivos habitantes e pelos donos de terrenos não edificados, sob pena de multa de 500 réis, por cada vez, e perda do terreno na quarta infração, em se tratando de terrenos não edificados.

Os donos das casas eram obrigados a caiá-las, exteriormente, uma vez no ano, no mês de junho, sob pena de multa de 3$000, e o duplo na reincidência.

Era proibida expressamente a escavação de barreiras ou outra qualquer, ainda mesmo no interior das casas, salvo se se tratasse de edificação de poços.

O artigo 42 era taxativo: "Não se permite edificação ou reedificação de casas de palha dentro dos limites da décima urbana".

A Câmara se encarregaria de plantar árvores frutíferas, de preferência a mangueira, tamarindeiro, jaqueira, pequi, bacuri, nas estradas, em terras de seu patrimônio, de um e outro lado, especialmente:

a) Desde o cemitério até o extremo do Campo de Marte.

b) Em todas as praças e quadros dos limites da décima urbana.

c) Em todos os portos e passagens públicas e nas proximidades das casas de passagens.

d) No matadouro público, em derredor do curral, e pelo menos quatro arruamentos de doze árvores cada um, na frente do mesmo matadouro".

Os edis primaram na proteção aos seus pobres escravos. O artigo 80 preceitua que qualquer pessoa que castigar seus escravos por meios de torturas, de qualquer natureza, além de ser denunciada pelo fiscal da Câmara às autoridades policiais, sofrerá a multa de 20$000 a 50$000 e dez dias de prisão nas reincidências. Os donos de escravos não poderão abandoná-los à caridade pública, quando doentes, inutilizados ou velhos, sob pena de multa de 30$000.

Às vezes as posturas desciam a pormenores que seriam gozados se não denunciassem costumes positivamente reprováveis nos habitantes da cidade. Está no caso aquele famigerado artigo 84 que rezava textualmente: "É proibido expressamente o uso de ceroulas a quaisquer pessoas que transitarem pelas ruas da cidade: usarão de calças e camisa por dentro, sob pena de multa de 1$000 por cada vez, pagos imediatamente, ou um dia de prisão. A infração deste artigo por qualquer menor de 8 anos para cima sujeita à multa seus pais, tutores, curadores e administradores".

O 144 preceituava: "É proibido dentro dos limites da décima urbana o guincho dos carros e carroças".

As casas de palha de Teresina sempre foram um pesadelo para todos aqueles que tiveram uma parcela de responsabilidade pelo bem público na cidade e no Estado. Em agosto de 1868, o deputado Davi Moreira Caldas apresentou em sessão da Assembléia Provincial um projeto de lei estabelecendo que o Governo gastasse anualmente uma verba de "um pouco mais de dois contos de réis" para a substituição paulatina das palhoças dos pobres por

outros tantos telheiros, "dando-se-lhes um auxílio equivalente a pouco mais ou menos à 5ª parte do valor da nova casa, se avaliarmos esta em 500$000". O projeto caiu em primeira discussão por ser julgado inexequível.

RUAS E PORTOS DA CIDADE

A primeira década marcou um ponto alto no desenvolvimento da capital. Partindo dos 49 habitantes que em junho de 1851 viviam na Chapada do Corisco, local escolhido para a edificação da cidade, Teresina se expandiu tão rapidamente que na segunda década já contava com 963 casas, sendo 433 sólidas e 530 frágeis (de palha) para mais de oito mil habitantes.

A Guerra do Paraguai determinou as primeiras modificações na nomenclatura das ruas. Reunida extraordinariamente em 28 de novembro de 1865, a Câmara Municipal mandou que "em comemoração de alguns gloriosos feitos das armas brasileiras na guerra em que se acha empenhado o Império, e em homenagem ao amor e veneração que os habitantes desta cidade consagram aos nossos augustos imperantes, sejam mudados os nomes das ruas: Bacuri para o "da Imperatriz"; de S. Joaquim para o "do Imperador"; da Trindade para "Riachuelo"; da Graça para "Barroso"; Praça do Comércio para "Praça Uruguaiana".

A Praça Uruguaiana é a atual Praça Rio Branco. Como acontecia há cem anos, ainda hoje é esta a zona comercial de maior importância da cidade.

Em junho de 1868 foi terminado o serviço de desobstrução da Rua da Glória, no ponto de intercepção da Rua Riachuelo. Ali se levantavam enormes rochas, à flor da terra, dificultando o trânsito.

Em sessão da Câmara de 29 de abril de 1870 ficou resolvido que a "Praça da Santa Casa" passaria a chamar-se "Praça Conde D'Eu" e a Praça dos Educandos (hoje Pedro II) teria o nome mudado para "Praça Aquidabã". Ainda por determinação da Câmara Municipal, em sessão de 8 de abril de 1874, a praça denominada "Campo de Marte" teve o nome mudado para "Praça 24 de Janeiro", em homenagem à grande data da independência da Província. A proposta foi apresentada pelo vereador Manoel da Paz. Posteriormente voltou o nome antigo.

A proclamação da República trouxe como consequência nova modificação nos nomes das ruas. Em reunião do Conselho Municipal, aos 4 de janeiro de 1890, Macário Lima propôs a seguinte resolução que foi aprovada: a Rua do Imperador passaria a chamar-se Rua Marechal Deodoro; a Rua da Imperatriz, Quintino Bocaiúva; Santa Luzia, Davi Caldas; Santo Antônio, 7 de Abril; Campinas, Benjamin Constant; Flores, Campos Sales; Boa Vista, Rui

Barbosa; Chapada, Tiradentes; São Bento, 13 de Maio; a Praça Conde D'Eu chamar-se-ia Praça 15 de Novembro; a avenida Maranhão passaria a denominar-se avenida Governador Taumaturgo. Pouco depois, aos 30 de maio do mesmo ano, o Dr. Coelho de Resende apresentou ao Conselho a seguinte indicação: "proponho que sejam mudados os nomes de diversas ruas desta capital pela forma seguinte: a rua Grande para rua do Dr. Portelada; a rua Bela para rua do Marquês de Paranaguá; a rua da Glória para rua do Desembargador Gil; a rua Augusta para rua do Dr. Anfrísio Fialho; a do Imperador para rua Cesário Alvim; a de São Benedito para rua do Pe. Marcos; a de São Pedro para rua do Padre Fonseca e a praça da Constituição para praça Marechal Deodoro". Esta indicação foi aprovada.

Visando uma melhoria no aspecto das ruas, o Conselho de Intendência baixou aos 15 de abril de 1890 o edital: "O Conselho de Intendência Municipal desta capital faz público que fica marcado o prazo improrrogável de noventa dias, a contar de 30 de junho vindouro, para os proprietários de terrenos dentro da décima urbana construírem muros para fechá-los e, não o fazendo, esta Intendência, de conta própria, mandará fazer as construções necessárias, cobrando as despesas dos proprietários remissos. Outrossim: chama de novo concorrência para o fornecimento de tijolos, telhas, adobes, cal, barro, areia e água, para aquelas construções, recebendo as propostas em cartas fechadas até o dia 29 de agosto do corrente ano".

Aos 15 de novembro de 1892 o Conselho mudou o nome do Campo de Marte (largo do Quartel de Linha) para Praça Floriano Peixoto e o da Rua da Glória para Benjamin Constant.

Em dezembro de 1894 foi dada por concluída a ponte de madeira sobre o Barrocão, na saída da cidade pela Estrada Nova, no seguimento da Rua Rui Barbosa. Construída pelo Governo do Estado, media 68,30 metros de comprimento por 8,12 de largura, sendo 23,80 de soalho de madeira e 22,25 de aterro em cada extremidade; amparava-se nos lados dos aterros em grossos paredões de pedra e cal e firmava-se no centro sobre fortes colunas de alvenaria e argamassa de cal.

A Estrada Nova foi aberta na seca de 77 e ia desde a entrada da Praça do Saraiva até o lugar Areias. Foi feita com verba de flagelado e custou quatrocentos mil réis.

Grande foi o esforço que se fez no passado para prover a capital de portos adequados e defender da erosão a margem do rio que confronta com a cidade. Antes de 88 já o serviço de proteção se estendia desde a Praça da Constituição até a Rua Bela. Em 25 de agosto de 1888 foi solenemente entregue ao público o arrampamento da Barrinha. Media 17,30 metros de comprimento por 7,35 de largura; possuía 27 degraus de três planos; protegiam-no dois paredões de 1,23 de altura, terminados por duas colunas de 2 metros de altura

cada uma. De um e outro lado se estendia um taludamento de 12 metros, sendo 5 para o lado do sul e 7 para o norte. Na direção da rua havia um calçamento a macadame de 2 metros de largura. Os trabalhos foram dirigidos pelo capitão Nelson Pereira do Nascimento. Em outubro de 1889 foi inaugurado um novo trecho que ligava o porto da Rua Bela à Barrinha. O serviço foi feito, sob contrato, pelo Sr. Joseph Meyer. Em abril desse mesmo ano o presidente, Dr. Vieira, autorizava as despesas necessárias para que se construísse uma rampa com talude em frente ao local escolhido para as instalações da Fábrica de Tecidos. Tudo isto, mal conservado, foi destruído pelas enchentes do rio, quase não restando mais indícios das obras primitivas.

Lá por volta do ano de 1860 Teresina cobria uma área de mais de um quilômetro de extensão na direção norte-sul: ia do Largo do Quartel do Meio-Batalhão até o Barrocão.

Na direção leste-oeste o desenvolvimento era menor. Para o lado do Poti as ruas propriamente ditas se findavam numa linha que corria irregularmente algumas dezenas de metros acima das duas praças principais - a Praça da Constituição (hoje Deodoro) e o Largo do Saraiva. Pontas de rua, naquela direção, quase tocavam as cercas das "Quintas" que ali se espalhavam numerosas.

Para o lado do Parnaíba nem todas as ruas chegavam ao rio. A Rua Grande, por exemplo, uma das principais, ainda em 1867 era interceptada por uma cerca da casa do ex-presidente Baldoíno José Coelho.

Uma determinação policial do ano de 1860, organizando um serviço de socorro nos casos frequentes de incêndios, divide a cidade em três distritos: "o 1°, desde as Covas até a Rua da Estrela, inclusive; o 2°, da Rua da Glória até a Rua Grande; o 3°, da Rua Bela até o Barrocão".

Neste 1° centenário da cidade é de se notar a persistência com que os teresinenses conservam alguns nomes tradicionais de ruas antigas de sua terra. No correr dos anos estas ruas foram rebatizadas várias vezes. Nem podia ser de outro modo. A vida prossegue, as gerações se sucedem e os homens precisam de homenagear, de qualquer forma, os seus heróis de um dia, precisam perpetuar datas históricas. E o recurso fácil é ir gravando estes nomes e datas nas ruas e praças de sua cidade. Tais nomes conseguem sobreviver, às vezes, dez, vinte, trinta, raramente porém mais de cinquenta anos.

Mas os teresinenses se aferram aos nomes velhos das ruas e se recusam obstinadamente a esquecê-los.

Hoje, como em 1860, se fala em Rua da Estrela, Rua da Glória, Rua Grande, Rua Bela, Rua do Amparo, Rua da Divisão, S. José, S. Pedro, Santo Antônio, Barrocão.

E a gente fica a pensar naqueles outros nomes que se perderam: Rua Larga, Rua do Oliveira, Rua Nova, Rua Augusta, Rua da Feira, das Flores, do Fogo, da Campina, da Boa-Vista, Rua da Graça, Rua da Palma, do Pequizeiro, Rua do Porto Dourado, Travessa do Bacuri.

Algumas delas, parece, nem tinham nome, como aquela a que alude o comerciante que anuncia sua bodega na "rua que vai para a cadeia...".

COMÉRCIO

Possivelmente as principais casas comerciais de certa importância vieram do Poti Velho, quando a vila começou a decair com o rápido desenvolvimento da capital. A expansão comercial acompanhou, em ritmo acelerado, o crescimento de Teresina e retratou-lhe, depois, a decadência no longo período de estacionamento e declínio que se seguiu à segunda década. Aquela proliferação abundante de lojas, e mercearias, e botecos cessou como por encanto; foram desaparecendo um a um os estabelecimentos menos firmes economicamente; fez-se a depuração; o que ficou resistiu impávido às vicissitudes que precederam e se seguiram à seca de 77.

Nos primeiros tempos não havia especialização no apresentar a mercadoria aos fregueses: as lojas eram verdadeiros bazares e algumas quitandas vendiam tecidos grosseiros. Aliás, para aqueles que só julgam avançada e moderna a última manifestação do sistema americano, e vivem embevecidos com as "SEARS" e quejandas, que vendem desde a agulha ao aeroplano, as lojas de Teresina, no passado, eram mais avançadas e modernas que as de agora. Empregada esta escala na aferição de valores, forçoso é confessar que regredimos.

Leiamos o anúncio de uma livraria, a única que havia na cidade em 1875:

"LIVRARIA ECONÔMICA – NOVIDADES

Coques enfeitados para senhoras.

Gravatas e colarinhos bordados.

Leques com plumas para senhoras.

Botinas, cano alto, idem.

Chapéus para homens e senhoras.

Popelinas, lãs e tarlatanas.

Chitas finíssimas, padrões novos.

Primoroso sortimento de livros, papel de diversas qualidades, pastas e outros objetos de fantasia.

Vinhos, licores, doces, biscoitos, passas, queijos e muitos outros artigos.

Livraria Econômica – Rua Paissandu – Teresina.

Por volta de 1880 os principais estabelecimentos comerciais de Teresina eram os seguintes: o "Mundo Elegante", a "Loja Francesa", a "Loja Brasileira", o "Bon Marché", o "Bazar do Luizinho", o "Bazar 24 de Janeiro", a "Loja do Macário", a "Loja da Viúva Santana", a "Livraria Econômica", a "Drogaria Imperial". Esta foi a mais antiga farmácia de Teresina, isto é, o mais antigo estabelecimento que vendia somente remédios. Ficava na Rua Grande, nº 29, esquina com a Rua da Imperatriz, e era de propriedade do farmacêutico Eugênio Marques de Holanda.

As principais lojas ofereciam brindes aos fregueses. A Livraria Econômica, por exemplo, durante muito tempo anunciou que ofereceria de graça um vestido de popelina cor de rosa ao freguês que lhe comprasse mais de cem mil réis de mercadorias.

Em 1886 José Pereira Lopes abriu na Praça Uruguaiana a "Botica do Povo". Era ele sócio efetivo e ex-secretário geral do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro. O novo estabelecimento firmou-se, logo, no conceito público e passou a fabricar drogas que gozavam de muita reputação nos meios populares. Esta farmácia chegou ao centenário da cidade no mesmo local em que foi fundada.

Outras muitas firmas, algumas bem poderosas, surgiram depois, merecendo especial menção a de Falcão e Feitosa, a de Manoel Tomás de Oliveira e a de João da Cruz e Irmãos. Esta última fazia transações bancárias para o próprio Governo do Estado. Quando em 1890 o Governador Gregório Taumaturgo de Azevedo providenciava o contrato de técnicos suíços para o Piauí, dirigiu-se em ofício a João da Cruz e Irmãos: "... necessitando por a disposição de nosso Cônsul em Genebra a quantia de 20 mil francos, peço-vos para servirdes de intermediários nesta operação, ordenando aos vossos correspondentes no Maranhão que dêem carta de crédito até aquela quantia, paga em ouro ao câmbio do dia do recebimento, a um banco ou casa comercial de Paris, a favor do citado Cônsul, ficando este Estado responsável pelo pagamento da importância adiantada e mais o juro razoável, até real reembolso".

Sérios obstáculos eram, às vezes, criados aos comerciantes de Teresina pela praça de S. Luís do Maranhão. Para conjurar esta ameaça que

vez por outra embaraçava seriamente nossas transações comerciais com as praças dos demais Estados da Federação, principalmente no que dizia respeito a gêneros de exportação, alguns comerciantes de Teresina idealizaram a criação de uma sociedade forte que os congregasse a todos, a exemplo do que já se fizera em Parnaíba, para responderem à praça de S. Luís com represálias, se preciso fosse, no caso de se repetirem os abusos já denunciados.

Na manhã de 25 de dezembro de 1900 foi profusamente distribuído na cidade o seguinte boletim: "Convidamos a todos os negociantes, os industriais, os capitalistas e mais cidadãos piauienses natos ou de residência nesta capital para uma reunião, hoje, ao meio-dia, no edifício do Fórum – salão onde funciona o júri, a fim de tratar-se de assunto de magna importância inerente ao desenvolvimento e autonomia do comércio e indústrias do Estado. É urgente e oportuno o assunto que se vai tratar. Teresina, 25 de dezembro de 1900. Manoel Raimundo da Paz, Gil Martins Gomes Ferreira, José João dos Santos, Collect Antônio da Fonseca, Manoel Tomás de Oliveira".

"Como era de se prever, em vista dos termos do convite e da importância comercial dos signatários, o salão do júri encheu-se ao meio-dia, de uma multidão curiosa de saber o de que se ia tratar, composta de todas as classes desta sociedade. Assumindo a presidência o Cel. Manoel Raimundo da Paz, chamou para servirem de secretários os negociantes Antônio Campos e Joaquim Santos. Fez em seguida a exposição do objeto da reunião.

Tratava-se de criar, nesta cidade, um centro comercial de convergência dos esforços comuns em bem dos interesses da classe que representava, com prestígio para todos e proteção para cada um que individualmente dele necessitasse. Instalado o centro, teria que promover as medidas conducentes ao desenvolvimento e autonomia do comércio e mais indústrias piauienses". Pronunciaram discursos adequados ao ato os Drs. Higino Cunha e Luís Evandro, Secretário de Polícia.

E assim nasceu a nossa Associação Comercial.

PROBLEMAS DE SAÚDE PÚBLICA

O estado sanitário de Teresina nunca foi muito lisonjeiro. As sezões, o sarampo, a tuberculose, o tifo tomavam conta da população da cidade e lhe cobravam pesado tributo todos os anos. Era relativamente elevado o índice de mortalidade. Em março de 80, por exemplo, quando não havia nenhum surto epidêmico de importância, o Cemitério de S. José registrou 72 sepultamentos. A população da cidade não ia muito além de nove mil almas.

A varíola chegou sorrateiramente em meados de 1865. Em outubro

daquele ano já o presidente se ocupa com o caso, mandando entregar ao tesoureiro da Santa Casa a importância de quatrocentos mil réis "para ser aplicada no tratamento de pobres desvalidos deste município atacados da epidemia variólica". Foi fundada uma enfermaria especial para os bexigosos. Procedeu-se à vacinação do povo; este, porém, não quis corresponder aos esforços das autoridades sanitárias para preservá-lo de tão terrível doença. Foi relativamente baixo o número dos que procuraram o recurso da vacina.

A dieta prescrita pelos médicos para os vacinados era de meter medo. Transcrevamo-la tal como foi publicada pelo Comissário vacinador provincial: "Enquanto não aparecerem as pústulas vacínicas ninguém se poderá lavar, nem apanhar muito sol, humidades, friezas, etc; assim como não comerá essas coisas carregadas, oleosas, misturadas e excitantes que por aí há, por exemplo: o feijão, peixe, panelada ou mocotó; caças do mato, criações, peru, pato, etc. Se aparecer febre, como é frequente, agasalha-se a pessoa, dá-se-lhe a beber chá de flor de sabugueiro, de macela, flores cordiais, chá de folhas de laranja, de avenca, erva de chumbo, betônica, chá da índia mesmo, café etc.; e se continuar a febre, purgantes de óleo de rícino, de maná, água vienense, ruibarbo, batata de ipecacuanha, resina de batata, le roi, etc. Caso apareçam tonturas, dor de cabeça, peso, delírios, etc, então ou se usará de escalda-pés, ou sinapismos, repetidos e volantes, se o incômodo for grave e durativo".

O primeiro surto variólico foi benigno. Em seis meses, que tal foi a sua duração, matou apenas 118 pessoas na cidade. A enfermaria de bexigosos aberta em 24 de outubro de 65 e extinta a 18 de janeiro de 66 registrou o seguinte movimento: "Entradas – 60; curados – 46; morreram – 14".

Em 1875 a peste volta a assolar Teresina. O novo ataque é mais extenso quanto ao número de vítimas e quanto ao tempo de sua duração. A varíola parece zombar dos esforços da saúde pública vitimando, às centenas, os próprios vacinados. Descobriu-se que a vacina que nos fora enviada ou era velha demais ou estava deteriorada, não produzindo mais efeito. O povo perdeu a fé na vacinação. A varíola então campeia impune por todos os recantos da cidade e do município. A imprensa brada pedindo providências mais enérgicas. Insiste sobretudo no isolamento dos bexigosos e na limpeza pública. Era preciso acabar com o abuso de se jogar o lixo nas ruas, transformando-o em focos de imundície. Mais asseio nos açougues, sobretudo nos da Rua Paissandu. Além da incrível sujeira em muitos deles, jaziam bexigosos separados da carne que se vendia ao público apenas por biombos de esteira. Situação idêntica podia-se observar em vendas e tavernas de ponta de rua.

O terrível surto, ora intensificando-se, ora declinando, fustigou a população de Teresina até fins de 1877, quando desapareceu de todo.

Mas não há desgraça que não traga o seu quinhão de bem. Dali por diante o povo começou a se convencer de que era do seu próprio interesse

colaborar com as autoridades na preservação do bom estado sanitário da cidade. Estas, por sua vez, chegaram à convicção de que certas liberdades devem cessar nas horas de ameaça coletiva e lhes compete a obrigação de agir energicamente coibindo abusos, para o bem de todos.

Em 1887 o inspetor de Higiene Pública, Dr. Raimundo de Arêa Leão, o prefeito e guardas armados dão combate à sujeira visitando casas de diversão, hotéis, estabelecimentos comerciais, multando os menos asseados, apreendendo e destruindo vultosas quantidades de gêneros deteriorados.

Um serviço regular de limpeza pública começou a funcionar em 1889. Foi seu primeiro contratante o capitão Joaquim Ferreira Castelo Branco. As carroças da limpeza, puxadas a boi, percorriam as ruas recebendo o lixo, de porta em porta, todos os dias, de 5,30 às 12 horas. Era do contrato que não apanhariam galhos e troncos de árvores.

Foi o governador Álvaro Lima, em 1891, quem primeiro tomou medidas oficiais para prover a população de Teresina de um serviço moderno de abastecimento d'água. Concedeu, por 50 anos, privilégios aos cidadãos Edmund Compton, Cristino Cruz, Marcos Pereira de Araújo, José Castelo Branco da Cruz e Honório Parentes para o abastecimento d'água potável, extraída do rio Parnaíba, aos habitantes da capital, por meio da canalização geral, com canos de derivação para casas particulares e chafarizes públicos. A água seria fornecida à razão de um real por litro, com abatimento de 10 a 15% em certos casos. Os contratantes se comprometiam a incorporar uma companhia para o aludido fim. Não o fizeram, porém.

Naquele mesmo ano apareceu na Assembléia um projeto de lei autorizando a Intendência a contratar e fiscalizar um abastecimento d'água moderno para a cidade; foi rejeitado em segunda discussão; a maioria dos deputados preferiu os burrinhos das ancoretas...

Voltou-se novamente ao assunto da água em 1900. O decreto nº 163, publicado em 29 de março daquele ano, concedia privilégio a José Martins Teixeira, por 60 anos, para organizar uma companhia que se encarregaria daquele abastecimento. Em fevereiro do ano seguinte o contratante ainda não havia assinado os termos do contrato: o decreto nº 206 "prorroga por mais doze meses o prazo dentro do qual o capitão José Martins Teixeira deve assinar o contrato para o abastecimento d'água potável à população desta capital". Em 1902 o problema ainda estará por resolver-se.

A população sofria terrivelmente com a sujeira das ruas, apesar do serviço de limpeza, com o sistema ronceiro de aprovisionamento d'água e com o abastecimento de leite. Em novembro de 1890 assim se queixava a imprensa: "A limpeza da cidade sofre atualmente debaixo de grandes acumulações de lixo. Alguma porcaria das ruas, que se tem removido, consta

que se tem depositado ao lado do nascente, sem a inspeção de pessoas competentes. Seria conveniente examinar se os depósitos de lixo não estão em lugar impróprio, segundo as regras da higiene pública.

A lavagem de roupa suja continua a fazer-se poucos metros acima da Barrinha, onde os cargueiros d'água começam a encher as suas ancoretas, de sorte que o povo consome, diariamente, água com barrela. O que é pior é que entre as roupas sujas há também as do Hospital Militar que fica perto do lavadouro geral.

A carne é péssima e cara, sobretudo depois que se admitiu o sistema de feira no curral do açougue, atentando-se ilegalmente contra a liberdade do comércio. O fazendeiro só pode vender o seu gado às quintas-feiras; com isso reúne-se grande quantidade nesses dias da semana e há quase sempre falta nesses outros dias; lucram os especuladores e sofrem os vendedores e consumidores.

É péssima a quantidade do leite que é fornecido a esta cidade pelos currais das fazendas vizinhas. Raramente se encontra uma garrafa que não contenha, pelo menos, a terça parte de água, e muitas vezes porções de goma de mandioca".

Em fevereiro de 1894 o intendente municipal, ten.-cel. Manoel Raimundo da Paz, deu começo ao serviço de abertura de um cano de esgoto que, partindo da avenida Frei Serafim e atravessando a Praça Aquidabã, iria despejar as águas na Rua Paissandu.

REPRESENTAÇÕES TEATRAIS

Desde os primeiros anos de sua fundação que Teresina teve o seu teatro público - o "Sta. Teresa", onde se exibiam artistas da terra e de fora.

Comumente as sessões magnas das grandes festividades cívico-patrióticas se realizavam no teatro.

Quase não se passava um ano sem que a cidade recebesse a visita de companhias dramáticas, artistas habilidosos, prestidigitadores, que divertiam o público com suas representações e suas artes.

A platéia sempre deixou muito a desejar no que diz respeito à moderação e à ordem nos espetáculos. Já em 58, por ocasião da representação de um drama levado à cena em junho daquele ano, assim se queixava a imprensa "...a platéia tornou-se insuportável praticando por duas vezes atos dignos de geral reprovação, porque, sem motivo, os gaiatos que ali se

aglomeravam interromperam a representação com vozerias extemporâneas. Alguns moços inexperientes têm o costume de munirem-se de assobios, pistolinhas, bengalinhas, etc., para fazerem barulho. Isto não pode, nem deve continuar assim".

O povo gostava, deveras, de espetáculos. Apesar de relativamente alto o preço dos ingressos, as noitadas do "Sta. Teresa" e, depois, do "Concórdia", eram mui frequentadas. Era de ver a animação que reinava nas adjacências do teatro nas noites de espetáculo: música, muita luz, grupos indo e vindo em palestras animadas pelo leito da rua. Na praça, centenas de tabuleiros de doces e bolos, com a clássica lamparina a alumiar a mercadoria, constituíam um agradável derivativo para os espectadores nos longos intervalos das cenas. Até água se vendia na porta do teatro, e cara. Em 1873 esteve em Teresina um grande prestidigitador de fama internacional - o Sr. Juan Rossi. Apareceu então na imprensa a seguinte reclamação: "Pede-se ao Sr. Juan Rossi que nas noites de seus espetáculos mande colocar alguns potes com água no salão que serve de platéia, a fim de evitar que alguns de seus admiradores se precipitem no caudaloso Parnaíba – ou passem pela decepção de cair nas garras do *Lucas* que exige nessas noites 80 réis por um copo dágua".

Faziam coisas incríveis os prestidigitadores que nos visitaram no passado. Um tal Sr. Francisco Barcia, que esteve em Teresina em 82, no espetáculo de 18 de julho, no "Concórdia", encheu de assombro os espectadores com números verdadeiramente singulares. Deixemos que falem as testemunhas da época: "Magnetizou, à distância, 7 pessoas de ambos os sexos e de todas as idades, isto é, do adulto ao infante. Com um alfinete o Sr. Barcia atravessou os braços de duas de suas vítimas à vista de todo o público e sob a imediata inspeção do nosso colega o Dr. Arêa Leão (médico), sem que os magnetizados experimentassem a menor sensação, ou deitassem da ferida sangue ou algum outro humor aquoso. Em seguida representou o quadro da seca do Ceará, em que um dos sonâmbulos é colocado sobre cadeiras com todos os requisitos cadavéricos, e os outros ao derredor choram a valer, cada qual fazendo mímicas e trejeitos diferentes, ao som de uma música fúnebre, cujo compasso obedecem como bonecos de mola. Este quadro, posto que fúnebre, é de fazer rir a bandeiras despregadas, porque o choro e os gestos dos sonâmbulos são de um efeito surpreendente. Completava este quadro, magnetizada sobre uma banca, a linda menina do nosso amigo Major João Serafim, ricamente vestida de anjo em toda a sua majestade. Depois tocou a música, uma polca, e a rapaziada adormecida dançou-a de olhos fechados, na forma do costume, inclusive o anjo, que nunca soube o que foi dançar polca, atenta sua tenra idade. Dançaram todos na área magnética, sem encontrões, fazendo a um tempo o que fazia seu terrível dominador. Parada a música, todos pararam como por encanto, permanecendo nas posições em que se achavam, sem tirar nem pôr. Dois deles brigaram e foram a um duelo, no qual um sucumbiu. O outro quis levar o cadáver ao cemitério, mas debalde o tentou porque não podia apossar-se de um cadáver que, ao ser tocado, estremecia de modo a causar pavor. Enfim, dançaram sobre ovos, dentro de barricas,

montaram cavalos bravos em uma cadeira, cantaram, tocaram viola em um talo de buriti e fizeram mil outras extravagâncias sob a ação magnética do Sr. Barcia".

Citar todas as companhias dramáticas ou circos que nos visitaram nos primeiros cinquenta anos de vida da cidade é tarefa por demais enfadonha. Basta dizer que foram muitas, algumas de grande prestígio nas platéias do sul. Citemos as mais importantes: "Companhia Helena Balsimão", "Circo Chileno", "Companhia Comendador Ernesto de Sá Acton", "Companhia Lírica", "Teatro Fantoche", "Companhia Luso-Brasileira", "Companhia Japonesa".

A "Companhia Lírica", a primeira no gênero que nos visitava, era dirigida por Afonso Vilela e tinha como primeira atriz de seu elenco a aplaudida Beatriz Rosália. O êxito dessa Companhia foi imenso.

Por volta de 1888 a imprensa começou a bater-se pela construção de um novo teatro. O "Concórdia" já não estava mais à altura da cidade. Esta campanha foi aliciando prosélitos até que, amadurecida a idéia, no dia 4 de setembro de 1889 "uma comissão de senhoras de nossa melhor sociedade dirigiu-se, pelas 7 horas da noite, ao palácio do governo, acompanhadas de muitos cavalheiros, a solicitar de S. Excia. o Sr. presidente da Província a previdente medida da construção de um teatro nesta capital pela verba – *socorros públicos*. S. Excia. o Sr. Teófilo dos Santos, previamente avisado do que ia suceder, preparou-se para receber condignamente a luzida e formosa comissão, iluminando o seu palácio, que gentilmente pôs à disposição do bando precatório o qual estava vistosamente ornado. Recebida a comissão com música e flores, falou pelas suplicantes o Sr. Francisco de Sousa Martins, a quem S. Excia. respondeu deferindo a súplica das ninfas. Perorou agradecendo em nome das mesmas o Sr. Dr. Gabriel Luís Ferreira. Ao deferimento da súplica seguiu-se uma bela soirée, dançando-se até uma hora da manhã".

Houve depois uma grande discussão pela imprensa sobre a escolha do local para a construção do novo teatro. Uns se batiam para que ele fosse edificado ao lado da Matriz do Amparo. E davam suas razões: "Ali, diziam, temos as seguintes vantagens sobre os demais locais desta cidade: fecha o quadro da grande e imponente praça da Constituição, onde se acham situados a fundição, o mercado público, o palácio do Governo, as tesourarias de fazenda geral e provincial, a câmara municipal, o Liceu, a polícia, o correio e a estação dos telégrafos, além do porto onde fundeiam os vapores e se encontra o armazém da respectiva companhia". Outros, porém, alegavam que um teatro não é uma boa vizinhança para um templo sagrado. Prevaleceram estes últimos.

Escolheu-se a Praça Aquidabã (hoje Pedro II) e ali se lançou a pedra fundamental do "4 de Setembro" no dia 21 de setembro de 1889. A edificação só estará concluída em abril de 1894.

Teresina também possuiu seus grupos de amadores do teatro, que se exibiam ora aplaudidos, ora vaiados, conforme o gosto do povo. Entre eles merece especial menção o "7 de Setembro", o "Teatro 23 de Janeiro", o "Clube Dramático Familiar", o "Clube Dramático Teresinense", o "Clube Dramático União 4 de Setembro".

A primeira projeção cinematográfica se fez em Teresina, no Theatro "4 de Setembro", no dia 29 de maio de 1901. O "curioso aparelho" pertencia ao Sr. A. F. Nauman. Percebe-se pelo noticiário dos jornais que se tratava de um aparelho de projeção fixa mui rudimentar.

VIDA CULTURAL

A luta política, nunca arrefecida, fez proliferar em Teresina o jornalismo.

Não havia na imprensa neutralidade política: escrevia-se a favor do governo ou contra ele. As descomposturas eram pesadas. Tal como hoje, não se respeitava a autoridade.

Vejamos uma pequenina amostra de como eram os ataques pessoais na imprensa daqueles tempos. O "Propagador", de 20 de novembro de 1858, traz o seguinte anúncio em negrito: Vende-se, por não se poder mais suportar, um negro velho de 50 a 60 anos, ainda robusto, alto, magro e algum tanto corcunda, pachola e cortês, com poucos mas sensíveis sinais de relho, que bem pode servir para cozinha, ou para tratar de cavalos, ou mesmo de quinta; advertindo-se, porém, que é bastante manhoso e que é *vil* e *laça* aquilo que pode... Quem o quiser contratar dirija-se a Canavieiras, onde se poderá entender com seu próprio senhor". Acontece, porém, que o *vilaça* de que fala o anúncio era nada mais nada menos que o Dr. Antônio Gomes Vilaça, Chefe de Polícia da Província naqueles dias...

Apareciam vez por outra na imprensa colaborações de interesse geral e até belíssimas páginas de real valor literário. Houve mesmo um louvável esforço de fixação de aspectos de nossa história. A Miguel Borges Leal Castelo Branco, por exemplo, deve-se uma série de artigos, verdadeiras biografias de piauienses ilustres, que muito auxiliarão os estudiosos de hoje na reconstituição histórica do passado. Merece especial menção a contribuição literária, variada e rica, de Clodoaldo Freitas à imprensa daquele tempo.

É quase inacreditável o número e variedade de jornais que se editaram na cidade naquela época, quando a arte tipográfica ainda não oferecia as facilidades de que hoje desfrutamos. Citemos os nomes de alguns paladinos da imprensa teresinense: Ordem, Propagador, Expectador, Liga e Progresso,

Imprensa, Amigo do Povo, Semanário, Lábaro, Telefone, Época, Reforma, Revista Mensal, O Piauiense, O Operário, Luta, Tribuna, Falange, Trabalho, Estado do Piauí, Democracia, Gazeta do Comércio, Primavera, Piauí, Legalidade, O Diário, O Telegrafista, Incentivo, União Postal, O Popular, Tribuna Operária, Murmúrio (2 números), Revista Piauiense, Estafeta, Notícia, República, O Povo, Bispado do Piauí. Sem contar os jornaizinhos de estudantes.

Até 1882 não encontramos referências que nos possam assegurar da existência, em Teresina, de conjuntos musicais que se dedicassem ao canto orfeônico e à música instrumental. Parece que só se cultivava esta última nos quartéis e na escola dos Educandos. Um ou outro professor de música, às vezes, anunciava na imprensa que ensinaria a domicílio determinados instrumentos. Em 1866, Teresina recebeu a visita de um pianista alemão, o Sr. G. Helmold. Ele deu um concerto a uma sociedade escolhida, no salão nobre do sobrado do Sr. Dr. Almendra, no largo da Matriz, em noite de 17 de novembro daquele ano. Mas a assistência, apesar de escolhida, não aguentou o clássico, e o pobre pianista teve que encerrar a récita tocando polcas, valsas e quadrilhas para que o seleto auditório dançasse uns pulados.

Conferências públicas eram coisa rara. Em 1866 a Câmara Municipal contratou o jornalista Davi Moreira Caldas para fazer uma série de conferências explicando ao povo o novo sistema métrico adotado pelo governo. Durante três meses, uma vez por semana, o jornalista pronunciou suas palestras, no salão da Câmara, a um número de assistentes cada vez mais reduzido a partir da segunda. E o orador era um espírito brilhante, que entendia do ofício. A primeira conferência pública estritamente literária que se pronunciou em Teresina foi a do Dr. Eugênio Teles da Silveira. Teve lugar a 20 de maio de 1877 e versou sobre o tema: "A mulher, seus direitos e seu destino social". Durou uma hora e dez minutos e foi ouvida por mais de 300 pessoas. Apesar do brilhantismo com que se houve na primeira, o Dr. Silveira não conseguiu mais interessar o público nas demais conferências que ainda pronunciou na cidade.

Em fins de 1879 apareceu em Teresina o "Almanaque Piauiense", para o ano de 1880. Foi impresso sob a orientação de Miguel Borges; apresentava 300 páginas de texto, com leitura variada e interessante e farto material informativo; era vendido a 1$000 o exemplar na Livraria Econômica. Esta publicação subsistiu ainda durante alguns anos, mas não sobreviveu ao seu benemérito fundador.

Em 1874 foi fundada uma biblioteca pública, a "Biblioteca Popular". Andou por seca e meca, ora instalada em dependência de um prédio público, ora noutra, até que se perdeu inteiramente por falta de quem zelasse por ela.

A partir de 1882 a situação cultural da cidade melhorou muito.

Além dos já existentes, foram fundados bons colégios para instruir e educar a mocidade, merecendo especial menção o Instituto de Karnak, o

Colégio São Vicente de Paulo, o Colégio Nossa Senhora das Dores, o Colégio Nossa Senhora do Carmo, o Externato Santo Antônio, o Colégio São Luís, o Colégio Nossa Senhora da Soledade.

Em 1890 organizou-se na capital a "Lira Teresinense", sociedade musical que dispunha de excelente orquestra. Era dirigida pelos jovens Agapito Alves de Barros, Leôncio Pereira de Araújo e Barnabé Pereira de Araújo. Dava concertos que eram mui apreciados, competindo com as bandas militares.

O gosto da boa música foi-se apurando de tal maneira que já em 1896 se podiam apresentar ao público concertos musicais escolhidos, como aquele que foi executado no "4 de Setembro" em a noite de 2 de junho, e que constou de:

"1ª Parte:

1) Belini – Norma – quinteto.

2) Carlos Gomes – II Guarany – para piano – por Mme. Maria José de Magalhães.

3) G. Burgmein – Tramway – para piano a 4 – por Mlle. Clotilde e Cristina Paz.

4) F. Camponesa – Non posso vivere – arecta para canto com acompanhamento de piano – por Mlle. Adélia Paz e Mme. Magalhães.

5) Joaquim Chaves – Meus Sonhos – dueto de flauta com acompanhamento de piano e violão, pelos jovens Américo Celestino, Tersandro Paz e alferes Vila-Nova.

6) G. Papini Delirio del cuore – romanza para canto com acompanhamento de violino – por Mme. Magalhães, Mlle. Clotilde Paz e Artur Pedreira.

2ª Parte:

1) Pinsutt – Libro Santo – quinteto para todos os concertantes.

2) C. Galos – Noturno para piano – por Mlle. Clotilde Paz.

3) Schubert – Serenata – para canto com acompanhamento de piano – por Artur Pedreira e Mme. Maria José Magalhães.

4) F. Mule – Lacaceia – para piano a 4 – por Mme. Magalhães e Mlle. Clotilde Paz.

5) Braga – Serenata – para canto com acompanhamento de piano e violino – por Mme. Magalhães, Mlle. Clotilde Paz e Joaquim Chaves.

6) Flatw – Marta - dueto de violino e piano – por Artur Pedreira e Mme. Magalhães".

Também se apurou o gosto das letras e o respeito popular aos cultores das mesmas. A recepção que o povo de Teresina ofereceu a Coelho Neto em 1899 foi uma consagração e uma apoteose. Nunca ninguém antes dele tivera da cidade uma acolhida tão espontânea e entusiástica.

VIDA RELIGIOSA

Teresina nasceu nos braços da Igreja Católica, isto é, na celebração de uma missa, na hora em que se lançava a pedra fundamental de sua matriz, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo.

O presidente José Antônio Saraiva veio à Vila do Poti em 1850 e aconselhou os potienses a construírem uma povoação na Chapada do Corisco, começando pela igreja. Animados com a promessa de que a nova povoação seria em breve a capital da Província, os potienses meteram mãos à obra com ardor desusado. Aos 25 de dezembro daquele ano, com grandes solenidades, lançaram a pedra fundamental da igrejinha no local escolhido pelo presidente. Construída por subscrição popular, a igreja foi inaugurada na missa de Natal de 1852. Até o Imperador D. Pedro II concorreu para a sua construção enviando do Rio, de seu próprio bolso, a importância de um conto de réis para aquele fim.

Ao redor das paredes da Igreja de Nossa Senhora do Amparo foram construídas as primeiras casas da cidade.

Aos 25 de março de 1865 foi lançada a pedra fundamental da Igreja de Nossa Senhora das Dores, no Largo do Saraiva. Inaugurada a 16 de fevereiro de 1867, esta igreja foi construída pelo governo da Província.

Aos 13 de junho de 1874, Frei Serafim de Catânia lançou a pedra fundamental da igreja de S. Benedito, no "Alto da Jurubeba". Para a construção desta igreja o benemérito frade valeu-se exclusivamente do apoio e do concurso do povo. Foi ela sagrada por S. Excia. Revma. o Sr. D. Antônio Cândido de Alvarenga aos 3 de julho de 1886.

Em 1882 havia no Largo da Misericórdia uma capelinha dedicada a S. José. Sua história é a seguinte: naquela praça funcionava o hospital. Com a trasladação deste para o Campo de Marte o velho edifício do Largo foi destruído. O contratante da demolição, o Barão de Gurguéia, homem profundamente religioso, não quis demolir o quartinho que servira de capela para os doentes do Hospital. Consertou-o e entregou-o a Felipe Santiago para que nele

funcionasse uma capela dedicada a S. José, padroeiro dos artífices. Com esmolas do povo, Felipe Santiago construiu-lhe um frontispício. A autoridade eclesiástica competente, porém, não tomou conhecimento do fato, e a capelinha desapareceu pouco depois.

Naqueles primeiros cinquenta anos o povo mantinha sua fé quase que simplesmente por obra e graça da tradição. Os padres eram poucos e ainda assim dedicavam grande parte de seu tempo à política e aos negócios particulares. Nem sempre davam bom exemplo. Quase que se preocupavam apenas com as manifestações externas do culto e a administração dos sacramentos do batismo e do matrimônio. Não havia frequência aos sacramentos da penitência e da eucaristia. Também não havia preocupação com a conservação dos templos e a substituição das alfaias imprestáveis. Isto competia ao governo.

Às vezes a falta de assistência religiosa era tamanha que chegava a se anular praticamente, como sucedeu nos últimos meses daquele ano de 1865, quando havendo um só padre na cidade e tendo sido pronunciado pelo juiz de Direito, por questões de ordem política, negava-se a oficiar, alegando estar impedido por ser funcionário público... E os doentes morriam sem assistência religiosa, e o povo vivia sem missa, sem pregação e sem sacramentos.

Para julgar os nossos padres daquela época é preciso levar em conta as circunstâncias em que eles viveram. Sua formação eclesiástica era quase nula. Limitava-se, às vezes, a um estágio de alguns meses nos seminários para um aprendizado da celebração da santa missa e a aquisição de ligeiras noções da Teologia Moral, da Liturgia, da Sagrada Escritura e do Direito da Igreja. Os conhecimentos humanísticos já se supunham adquiridos e os outros conhecimentos eclesiásticos viriam depois pelo esforço pessoal nas leituras e no estudo particular. Terminado este curto estágio, os padres eram enviados para as nossas freguesias e aqui perdiam o contato com a fiscalização episcopal. Os bispos passavam de vinte em vinte anos. Nesse intervalo tinham notícia dos padres ou por correspondência particular destes ou por cartas de denúncia que lhes chegavam às mãos versando quase sempre sobre acusações de ordem política. Além disso, a união da igreja com o Estado, como era feita naquele tempo, determinava uma influência burocrática deste último sobre a primeira. Isso tirava aos padres aquela flama de entusiasmo de quem trabalha por um ideal, e não para fazer jus a uma côngrua.

Esse estado de coisas começou a se modificar por volta de 1890, com a chegada de padres mais bem formados e com a instalação da Vigararia Forânea do Piauí, na capital.

Apesar de tudo, o povo de Teresina, de um modo geral, guardava sua fé, respeitava sua religião, batizava seus filhos e santificava a união matrimonial com as bênçãos da igreja.

Vez por outra passavam missionários pregando a palavra de Deus e avivando a fé nos corações.

Havia em Teresina três irmandades:

A do Santíssimo Sacramento, provavelmente erigida logo após a trasladação da sede da paróquia do Poti Velho para Teresina. Encarregava-se do esplendor do culto.

A de São Benedito, criada no dia 6 de janeiro de 1861 e instalada no mesmo dia sob os auspícios do mui reverendo arcipreste, vigário Mamede Antônio de Lima, na igreja matriz. Tinha por finalidade honrar e festejar São Benedito todos os anos no dia de Reis.

A de Nossa Senhora das Dores, que se encarregava da manutenção da Santa Casa de Misericórdia até o ano de 1890, quando o governo civil tomou conta da administração do hospital. Não encontramos a data de sua ereção.

Aos 9 de fevereiro de 1906, no edifício que ao depois foi o paço Episcopal, instalou-se a primeira Conferência Vicentina da capital, em a presença do Sr. Governador do Estado, Dr. Arlindo Nogueira, do Sr. vigário geral, Cônego Raimundo Gil da Silva Brito e de muitas pessoas gradas. Foi eleito presidente da Conferência o desembargador José Furtado de Mendonça. A iniciativa desta fundação deve-se ao Sr. cônego Joaquim de Oliveira Lopes.

Quase toda a população se dizia católica.

Não encontramos uma data certa sobre a organização dos primeiros grupos protestantes na cidade. O necrológio do tenente Raimundo de Freitas Almeida, falecido no Rio de Janeiro a 22 de junho de 1899, diz que ele era presbiteriano e que em companhia de Sousa Pontes abrira a primeira casa de culto em Teresina. Não dá porém a data dessa abertura. Como sabemos, porém, que o tenente Almeida fez com o 35º as campanhas do Rio Grande do Sul e de Canudos, é de se supor que a organização daquele grupo de protestantes tenha sido anterior ao ano de 1894. Naquele ano vivia em Teresina o Sr. Nabor Alves Maia Pinto, "corretor de fundos públicos e mercadorias", também protestante. Não sabemos, entretanto, a que grupo pertencia, nem se chegou a abrir alguma casa de culto.

TERESINA PITORESCA

Teresina oferece aos estudiosos de seu passado pratos verdadeiramente deliciosos ao espírito: são momentos que suavizam a aridez das pesquisas, quando se respiga aqui e ali referências a aspectos interessantes

céu a curva deixada pela passagem do meteoro, à semelhança de uma fumaça branca e densa. Esses fenômenos são constantes no Piauí, nos tempos calmosos, mas não temos idéia de um tão brilhante, tão prolongado e que deixasse em sua passagem vestígios tão duradouros. Entre as pessoas ignorantes e mais crédulas correram logo diversas versões, acreditando-se até que era algum sinal de paz, por meio de vitórias alcançadas no Paraguai pelas nossas armas. Antes fosse assim. Lamentamos não haver aqui quem possa dar uma notícia científica a respeito, tal foi a singularidade do fenômeno".

Em 1882, a partir de 15 de setembro, foi visto nos céus de Teresina um cometa aparecendo todos os dias a leste, pelas 4 horas da manhã. "A cabeleira, semelhante a de um buscapé preso, envolvia o corpo do cometa, que tinha o formato de uma estrela, parecendo dispor de luz própria. A matéria diáfana da faixa estava tão a prumo e perpendicular que parecia uma flecha esbelta partindo do olho da cana do zenite".

Originais eram os banquetes políticos da cidade. Quase sempre se iniciavam à boca da noite e terminavam altas horas, tudo por causa dos discursos que, de praxe, se pronunciavam. No banquete que aos 14 de março de 1880, na residência do capitão Mariano Gil Castelo Branco, o Partido Liberal ofereceu ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Ildefonso de Sousa Lima, foram pronunciados apenasmente trinta brindes e discursos.

Em 1899 fundou-se em Teresina uma sociedade esportiva denominada "Sport Club". Fez sua primeira demonstração em público na tarde de 29 de janeiro, no Alto da Moderação. Naquela tarde foram disputados três páreos de corrida. Ao primeiro, intitulado - *Experiência*, 500 metros a bicicleta, concorreram os Srs. alferes Raimundo Freitas e tenente Narcísio Ramos, vencendo o primeiro. O segundo páreo *A Notícia*, 300 metros a pé, foi disputado pelos Srs. alferes Costa Araújo e José Miguel, levando vantagem o primeiro. No terceiro páreo – *Belo* sexo, 500 metros a bicicleta, tomaram parte os Srs. José Furtado Beleza e João Broxado, vencendo este último.

O "sereno" dos bailes era quase uma instituição. Lá por volta de 1899 degenerou. Assim se queixava a imprensa: "Há entre nós um costume revoltante que já vai se transformando em fato digno de severa repressão. Queremos nos referir ao chamado sereno dos bailes... Palavrões indecentes que chegam, às vezes, aos ouvidos das senhoras, pilhérias apimentadas e ofensivas, ridículos baixos, apelidos torpes e repugnantes, tudo ali se vê e ouve. Em um destes últimos bailes, que assistimos, um dos apreciadores do sereno lá compareceu de *chambre*, apesar do frio excessivo que fazia e da chuva que caía na ocasião. Outros estavam de roupas às avessas e assim mesmo tinham o desplante de chamar as senhoras do baile para pedirem cognac".

Em setembro daquele ano funcionava na cidade o célebre "Batalhão Patriótico". Com este pomposo título rapazes da melhor sociedade se arvoravam em palmatória do mundo. Saíam à noite, em bandos, a policiar a cidade,

obrigando retardatários a entrarem, às pressas, para o lar; dissolviam bailes de populares, *pipirais*, como se chamavam; "faziam outras oficiosidades um pouco esquisitas"; pintavam o diabo.

Em fevereiro de 1900 foi fundado o "Clube Familiar" por distintas senhoritas da sociedade teresinense. Tinha por fim especial dotar as associadas quando se casassem. A política dos pais, dividindo as moças, deu origem ao aparecimento de uma outra sociedade com a mesma finalidade, mas com denominação diferente, a "Fraternidade das Moças". Um ano depois os rapazes se decidiram a fundar, também, a sua sociedade dotal – a "União Fraternal Beneficente", que teve por primeiro presidente o jovem Benedito Lemos.

Fases históricas na vida da cidade

PRIMEIROS PASSOS

Nada mais interessante do que a gente, da altura de cem anos, apreciar Teresina saindo do nada, por assim dizer, e crescendo vertiginosamente na Chapada do Corisco, lá por volta do ano de 1852. Com apenas seis anos de existência, adotava as tradições daqueles que a habitavam e que vinham da mais variada procedência.

Possuía, no entanto, características bem peculiares. Assim é que, conquistando ao mato, palmo a palmo, o terreno para a abertura de suas novas ruas, penetrava no habitat dos donos da Chapada – as aves e os animais de caça, que, aqui, abundavam variados. Estes não se deixaram logo intimidar: teimaram em palmilhar os mesmos caminhos, em procurar os mesmos esconderijos e pousos, ora conquistados pelo homem. E apareciam, de improviso, nas quintas, nos cercados, nos terreiros, e até cruzando pontas de rua, em loucas correrias.

Ora, é claro que isto constituía um paraíso para os caçadores citadinos. Mais felizes que os dagora, aqueles quase não precisavam de se afastar de suas casas para exercerem o esporte favorito. A caça estava ao alcance da mão.

E nos domingos e feriados o tiroteio era intenso nos arrebaldes, ameaçando a vida dos incautos transeuntes e trazendo em constante sobressalto as pobres mães de meninos irrequietos e fujões. Não raro a pontaria dos bisonhos errava o alvo prefixado e o chumbo passava "zinindo" em todas as direções, indo, por vezes, ainda quente, chamuscar a pele de algum moleque vadio que, descuidado, ajeitava o alçapão de sua gaiola na galhada de algum pau. Explodiam, então, as queixas, os protestos, as reclamações, mas tudo continuava como dantes.

E não era só isto. A cidade crescia em todos os sentidos. O Corpo de Polícia, diminuto, com a maior parte do efetivo destacado no interior, não podia exercer a necessária vigilância nos arrebaldes, que assim se tornavam o homízio fácil de criminosos e desordeiros fugitivos de outras partes. Esta circunstância por sua vez determinava uma outra anormalidade. Faltando as garantias policiais, os cidadãos se armavam para repelir possíveis agressões. O porte de armas proibidas era comum, tornando extremamente perigosas as desordens provocadas nos sambas, súcias, tambores e danças de S. Gonçalo, então frequentes em Teresina. Urgia uma medida enérgica que pusesse cobro a tantos desmandos.

Foi quando apareceu o homem que pôs ordem na cidade – o Dr. Francisco Urbano da Silva Ribeiro, Chefe da Polícia em 1859.

Em 14 de abril daquele ano fez publicar na imprensa o edital que passo a transcrever:

"O bacharel Francisco Urbano da Silva Ribeiro, Chefe de Polícia da Província do Piauí, por S. M. o Imperador que Deus guarde etc.

Faz saber para conhecimento de todos que a bem da ordem e interesse público se observarão nesta capital as seguintes medidas policiais:

1º – Fica em inteiro vigor o edital publicado por esta repartição em 26 de abril do ano passado, acerca de pessoas que derem asilo a assassinos e roubadores, os quais assim procedendo cometem o crime mencionado no artigo 6º § 2º do Código Criminal.

2º – Será plenamente executado o artigo 44 da lei provincial nº 391 de 18 de setembro de 1854, que impõe a multa de dez mil réis e três dias de prisão aos que venderem ou tiverem à venda comestíveis e outros quaisquer sólidos ou líquidos, conhecidamente corrompidos, degenerados, ou de qualquer sorte danificados.

3º – Fica proibido todo e qualquer ajuntamento ilícito, o qual será punido com as penas estabelecidas no Código Criminal, ou lei de 26 de outubro de 1831, conforme for aplicável.

4º – Fica proibido soltar-se foguete em casas particulares e mesmo na igreja, em alguma festividade, sem licença desta repartição, na qual se declarará o motivo do festejo. Os contraventores serão punidos com as penas do artigo 128 do Código Criminal.

5º – Fica proibido o uso sem licença de todo e qualquer instrumento perfurante e contundente e os contraventores serão punidos com as penas mencionadas no artigo 3º da lei de 26 de outubro de 1831.

6º – Fica proibido o exercício da caça nos subúrbios da cidade, o que todavia pode ter lugar em distância de mil braças dela, tendo os caçadores ordem desta repartição, na qual se declarará as armas de que devem usar. Os contraventores serão punidos com as penas do citado artigo 3º da lei de 26 de outubro de 1831.

7º – Ficam igualmente proibidos os sambas ou súcias, em que se compreendem as danças de S. Gonçalo, e os batuques ou tambores, nesta cidade, podendo todavia ter lugar semelhantes funções nos subúrbios da cidade e precedendo licença desta repartição. Os contraventores serão punidos com as penas de desobediência.

8º – Fica igualmente proibida a venda de aguardente e outras quaisquer bebidas alcoólicas a escravos que não apresentarem bilhete de seus

senhores para esse fim. Aos contraventores se imporá a pena de desobediência".

A pronta execução do edital se fez sentir em todos os quadrantes de Teresina, provocando descontentamento contra a autoridade que teve a coragem de coibir os abusos que se iam tornando rotina. É sempre assim. O povo não sabe ser grato aos seus verdadeiros benfeitores. O Dr. Francisco Urbano teve que lutar contra a má vontade e incompreensão de muitos. Foi curta sua gestão. Mas foi inflexível. Pouco importa que, ao se retirar de Teresina, tivesse a sua saída festejada por foguetório soltado das janelas e quintais de adversários que lhe não perdoaram a intransigência. De então por diante a capital começou a tomar feição de cidade policiada.

COLUNA DO SARAIVA

O entusiasmo dos teresinenses por sua cidade cavou fundo nos seus corações a gratidão para com aquele que a criou e elevou à categoria de Capital da Província - o Dr. José Antônio Saraiva. Não o esqueceram.

Logo de início batizaram com o seu nome a segunda praça da cidade, e então tivemos o Largo do Saraiva. Mas não ficaram contentes. Queriam mais. Era preciso que a praça principal e primeira, a Praça da Constituição, tivesse algo que lembrasse o fundador. Surgiu a idéia de se erguer, ali, um monumento, em memória do conselheiro.

Uma subscrição popular que teve logo o apoio de todos os teresinenses, sem distinção de partidos, angariou facilmente vultosa importância para tal fim. Fez-se, então, para o Rio de Janeiro, a encomenda de uma coluna de mármore, com inscrição apropriada, para coroar uma pirâmide comemorativa que seria levantada no centro da praça.

A dificuldade de transporte, porém, atrasou muito a remessa desta coluna que só veio chegar a Teresina em 19 de abril de 1859, a bordo do "Uruçuí", o primeiro vapor piauiense que sulcou as águas do Parnaíba. Desembarcada pouco depois, foi levada para o Palácio, onde aguardou que se ultimasse a construção da pirâmide que devia suportá-la.

A coluna é de mármore e tem na base as seguintes inscrições:

Em uma das faces:

Josephus Antonius Saraiva.

Hanc urbem condidit

Anno D. Ni

MDCCCLII

E na outra:

Piauhyenses

Grati hoc fecerunt

Anno D. Ni

MDCCCLVIII

Esta inscrição latina tem a seguinte tradução:

"José Antônio Saraiva fundou esta cidade no ano do Senhor de 1852.

Os Piauienses, agradecidos, levantaram-lhe este monumento no ano do Senhor de 1858".

No dia 21 de agosto de 1859 a coluna foi colocada no pedestal. Logo que ela se firmou na base, subiram ao ar girândolas de foguetes e muitos vivas foram dados ao Exmo. Sr. Conselheiro Saraiva. Assistiram ao ato o Presidente da Província, autoridades, a Comissão pro-Monumento, pessoas gradas e grande massa popular. À noite houve baile na Presidência.

Comunicado o fato ao Dr. José Antônio Saraiva, da Bahia nos veio o seu mimoso agradecimento que foi publicado na imprensa e que passo a transcrever na íntegra:

"Senhores Redatores.

O Exmo. Sr. Dr. José Mariano Lustosa do Amaral, 1º vice-presidente da Província, teve a bondade de comunicar-me estar concluído o monumento, que deve perpetuar a memória de meus pequenos serviços prestados a esta Província por ocasião da mudança de sua capital para a margem do Parnaíba.

Essa comunicação coloca-me na obrigação de renovar meus agradecimentos a todos os que concorreram para semelhante acontecimento.

Estava seguro de que os piauienses, sem exceção de um só, far-me-iam um dia a justiça de crer na sinceridade e dedicação com que promovi a realização do pensamento mais fecundo, que até hoje tem ocupado a atenção do corpo legislativo provincial, e a navegação do belo rio Parnaíba, consequência inevitável da mudança da capital, determinaria a época em que seriam bem avalizadas minhas intenções.

Não supunha, porém, que a generosidade dos piauienses fosse além de minhas esperanças, e de meus votos, e lhe tivesse de dever a honra maior

mesmo nome. Possuiria uma imagem de Nossa Senhora das Dores já naquele tempo? Será a velha imagem que ainda hoje se encontra no arquivo da catedral? Provavelmente sim. Nada, porém, de positivo encontramos para uma afirmação categórica a estas perguntas.

Nossa Senhora do Amparo, Bom Jesus dos Passos, Senhor Morto e Nossa Senhora da Soledade são, com toda a certeza, as mais antigas imagens de culto público da cidade de Teresina que ainda subsistem.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO RIO PARNAÍBA

A localização de Teresina à margem do Parnaíba, no centro por assim dizer da extensão navegável do rio, desafiou os teresinenses à exploração do mesmo por meio da navegação a vapor. Era uma necessidade imperiosa para o desenvolvimento econômico da Província, beneficiando-se, consequentemente, a capital, como cabeça deste mesmo corpo econômico.

Brota, espontâneo, o nosso entusiasmo por aqueles pioneiros do progresso que em meio a condições tão adversas meteram ombros a um empreendimento que tanto mais avulta quanto de mais longe, no tempo, o admiramos. Historiemos o fato.

Amadurecida a idéia, que já vinha de longe, em a noite de 4 de outubro de 1858, o presidente Junqueira convocou ao Palácio uma reunião de alguns principais da cidade para tratar da incorporação de uma companhia de navegação a vapor no rio Parnaíba. Era o primeiro passo. Tratou-se, na reunião, de receber assinaturas para as ações que seriam de 100$000. O resultado foi animador: foram assinadas mais de trezentas naquela noite memorável.

Um detalhe aparentemente insignificante ia inutilizando todo o plano. A luta política em Teresina, naquela época, estava muito extremada e, mui naturalmente, o presidente Junqueira achou que podia excluir os seus adversários políticos, não os convidando para a reunião.

Foi um erro. Alguns deles eram os pais da idéia, com capacidade financeira e administrativa para cooperarem valiosamente na vitória do empreendimento.

Inteligente, Junqueira reconheceu o passo errado e tratou logo de corrigi-lo. Convocou uma segunda reunião para o dia 6, à noite, desta vez estendendo o seu convite a todos os homens capazes de Teresina, sem distinção de partido. Alguns dos excluídos na primeira não quiseram comparecer; outros, porém, o fizeram e "daqueles mesmos, dois ou três mandaram-se inscrever, sendo um deles o Sr. Dr. Deolindo Mendes da Silva Moura, que se inscreveu com 50 ações, a maior assinatura da lista, que nessa noite foi elevada a 478 ou

480 ações". Ficou estabelecido o seguinte: "1º – que se criassem comissões nos municípios para agenciarem assinaturas; 2º – que devendo ser o fundo da Companhia de 150:000$000 em (1.500) ações, logo que estejam distribuídas, ou hajam assinaturas para 800 ações se deverá incorporar a Companhia; 3º – que dado este caso se reunirão os acionistas em assembléia geral para elegerem uma diretoria, e esta cuidar do contrato com a Presidência; 4º – que preliminarmente ficava estatuído ter o assinante de duas ações um voto e nesta razão até dez, não se concedendo mais de dez votos, qualquer que fosse o número de ações tomadas; 5º – que a assembléia geral se constituiria com a terça parte dos votos das ações tomadas. Este plano livraria a Companhia de beneficiar incorporadores".

Já o presidente Junqueira, antecipando-se à corporificação da idéia na Província, se havia dirigido ao Governo Imperial, pedindo-lhe apoio para a mesma. A resposta foi a ordem imperial de 15 de setembro de 1858, destinando a quantia de dois contos de réis mensais "para ocorrer às despesas com a navegação a vapor no Parnaíba, desde a cidade deste nome até esta capital, abonando-se do dia em que tiver começo a navegação, e enquanto ela se não fizer por conta da Companhia que se tem de organizar".

O movimento de assinaturas foi tão rápido que a 27 de novembro se reuniram novamente os acionistas. Estavam subscritas 800 ações, inclusive 146 tomadas pela Província. Foi então declarada incorporada a Companhia e nomeada sua primeira diretoria, em caráter provisório, ficando assim constituída: Tomás de Aquino Osório, Deolindo Mendes da Silva Moura e Simplício de Sousa Mendes.

O Governo da Província já havia encomendado ao Estaleiro da Ponta d'Areia, no Rio, a construção do primeiro vapor para a Companhia.

Convocados pela diretoria provisória, reuniram-se em assembléia geral os acionistas, na casa da Assembléia Provincial, às nove horas da manhã do dia 5 de dezembro. Tratou-se da organização dos estatutos da Companhia, que seriam submetidos à aprovação do Governo Imperial. A diretoria provisória apresentou à assembléia um projeto de estatutos, que foi discutido por títulos e aceito. Foi então eleita a mesa da Assembléia dos acionistas para gerir os negócios da Companhia. "A assembléia constituiu-se com 211 de 382 votos em 1.001 ações passadas a 101 acionistas, inclusive 22 de Oeiras. Foram eleitos: Presidente o Sr. Dr. Cândido Gil Castelo Branco, com 114 votos; Secretários o Sr. Dr. Deolindo Mendes da Silva Moura, com 179 votos, e o tenente-coronel José Maurício da Costa Pestana, com 110".

Lutando com as maiores dificuldades, a Companhia meteu mãos à obra de desobstruir alguns trechos do Parnaíba e iniciar a construção de seus escritórios e armazéns.

A assembléia geral só voltou a reunir-se em 8 de maio de 1859. Foi então eleito presidente da assembléia o Sr. capitão Lourenço Antônio Marreiros

Castelo Branco e diretores os Srs. cel. José Cândido de Aguiar, major José Araújo Costa, capitão José Ferreira de Vasconcelos, Dr. Simplício de Sousa Mendes e tenente Firmino Alves dos Santos. Esta diretoria, por sua vez, elegeu seu presidente o major Araújo Costa. No dia seguinte foi nomeado gerente da Companhia o tenente-coronel José Maurício da Costa Pestana.

Muito deveu a Companhia ao Sr. tenente-coronel Pestana. Tem que se creditar aos seus esforços a obtenção, para ela, de vantajosas concessões por parte do Governo da Província. A morte, porém, o arrebatou mui cedo aos seus trabalhos, sem que visse concretizado o seu maior ideal: a aprovação imperial aos estatutos. Esta já veio na gerência do Sr. tenente-coronel Francisco Mendes de Sousa e deve-se aos esforços do ilustre piauiense, o Sr. conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. O decreto imperial de aprovação tem o número 2.974 e é de 16 de setembro de 1862, precisamente 4 anos depois do primeiro pronunciamento imperial em favor da companhia que se ia organizar. Em reconhecimento aos esforços do Dr. Paranaguá, a Companhia de Navegação do Rio Parnaíba batizou o seu segundo vapor com o nome do ilustre conselheiro.

Em 1861 a companhia já movia um capital de mais de duzentos contos de réis.

PRIMEIRO BARCO A VAPOR

Audazes piauienses, com capital estritamente piauiense, fundaram em 1858, em Teresina, a Companhia de Navegação do Rio Parnaíba.

Prevendo esta fundação, muito antes que ela se fizesse já o Governo da Província havia encomendado, para o Rio, a construção de um vapor, que deveria ser o primeiro da Companhia, e também o primeiro vapor piauiense a sulcar as águas do majestoso Parnaíba. Tal missão foi confiada aos estaleiros navais da Ponta d'Areia.

O vapor, lançado ao mar festivamente no dia 12 de agosto de 1858, tomou o nome de "Uruçuí". Era um barco bonito, bem construído, deslocando 80 toneladas. Tinha casco de ferro, máquinas de baixa pressão, força coletiva de 24 cavalos, 126 pés ingleses de comprimento na linha d'água, 14 de boca na caverna mestra, 5 e 3 polegadas de pontal e 2 1/2 pés de calado.

Podemos aquilatar o grau de importância do acontecimento pelo fato de que o vaporzinho piauiense teve o seu lançamento assistido pelo próprio ministro da Marinha em pessoa, por muitos senadores, deputados e pessoas importantes da capital do Império.

No mesmo dia de sua queda ao mar, o Uruçuí cortou as águas tranquilas da Guanabara e fundeou no ancoradouro da Corte, para mastreação.

Em novembro iniciou a sua viagem para Teresina. Foi uma odisséia.

Apenas enfrentou mar grosso, o embate das ondas desajustou-lhe algumas máquinas, reduzindo-lhe sensivelmente a velocidade.

Fez sua primeira parada em Vitória, no Espírito Santo, para conserto. Prosseguiu depois viagem para a Bahia em cujo porto entrou aos 26 de dezembro, rebocado pela canhoneira "Itajaí", que o presidente daquela Província fizera sair em seu socorro. Lá demorou muitos dias. Somente a 17 de fevereiro de 1859 ancorou no Recife para sofrer novos reparos.

No mês de abril a cidade começou a viver horas da mais intensa expectativa. A qualquer momento poderia chegar o vapor.

Foi assim que no dia 19 de abril, às 3 horas da tarde, soltando silvos profundos e prolongados, cortando vagarosamente as águas do rio e deixando para trás uma esteira de brancas espumas, o Uruçuí aproximou-se de Teresina e, majestoso, ancorou de frente à Praça da Constituição.

Não há como descrever o frenesi que se apoderou de toda a cidade. Os sinos do Amparo batiam a rebate, foguetes estouravam por todos os lados e uma imensa mole humana corria pressurosa para o rio, descendo por todas as ruas. Até os aleijados e doentes, carregados em redes por escravos, demandavam o rio, apressados, para verem de perto aquilo que mais lhes parecia um sonho. De fato, para muitos dos espectadores aquele gigante de ferro, daquele tamanho, boiando nágua, constituía um enigma insolúvel. Era preciso ver para crer.

Não houve mais como conter a multidão. O entusiasmo apossou-se do povo, e a noite entrou sulcada de passeatas, batuques, sambas, cachaçadas e comentários de rodinhas de famílias, que se prolongaram por toda a madrugada.

E era plenamente justificável toda aquela alegria. O povo sabe sentir suas grandes horas e sabe vivê-las. Aquele barco determinaria uma sensível mudança na vida da cidade, nos hábitos da população, na própria economia da Província. Dali por diante muita coisa se faria de modo diferente.

O Uruçuí fez sua viagem de mais de dois mil quilômetros sob o comando do 1º tenente da Armada - Álvaro Augusto de Carvalho. Para homenagear o comandante, o presidente da Província, Dr. Antônio Correia de Castro, ofereceu-lhe um jantar em palácio, na tarde de 24 de abril, ao qual compareceram pessoas gradas da cidade. Levantaram-se brindes à prosperidade da Província, ao progresso da navegação no Piauí e aos Srs. conselheiros José Antônio Saraiva e João José de Oliveira Junqueira pelo empenho que tomaram em ver as águas do Parnaíba sulcadas por vapores. A festa terminou em soirée dançante, que se prolongou até as onze da noite.

A Companhia recebeu o vapor do Governo da Província no dia 15 de maio, firmando o compromisso de pagar por ele o preço do custo, 48 contos de réis, em prestações anuais de três contos.

No dia 18 o Uruçuí fez uma demonstração em frente a Teresina. Levando a bordo o presidente da Província, diretores e funcionários da Companhia, alguns convidados de importância, subiu o rio até perder de vista a cidade. O passeio fluvial durou 28 minutos subindo e apenas 8 descendo. Ambas as margens estavam apinhadas de curiosos.

No dia 24, às 10 horas da manhã, largou de Teresina para sua primeira viagem regular a Parnaíba.

Serviu nove anos ininterruptos o Uruçuí, cortando as águas do Parnaíba para o norte e para o sul, abarrotado de passageiros, rebocando barcaças pejadas de mercadorias, levando aos portos de escala suprimentos, abastança, progresso, até que em 1867 naufragou no lugar "Coroa da Aurora", uma légua abaixo da povoação de Nazaré, partindo-se-lhe o casco em três pedaços.

Antes, porém, que isto acontecesse, coube-lhe a glória de transportar para Parnaíba o 1º Corpo de Voluntários da Província, que descia para os campos de batalha do Paraguai.

PRIMEIRA VISITA PASTORAL

O ano de 1859 foi fértil em grandes acontecimentos para o povo de Teresina. Ele não terminaria sem que um grande movimento de caráter religioso empolgasse inteiramente a cidade.

Em fins de outubro começou a correr com insistência que Teresina iria receber a visita pastoral do Sr. Bispo diocesano. Era a primeira que se faria na cidade. Nunca um bispo havia pisado o solo desta terra. Compreende-se pois o interesse desusado que a notícia despertou em todas as camadas sociais.

Começou-se, logo, a distribuir afilhados e a escolher padrinhos para a recepção do Sacramento da Crisma, que ia ser ministrado não por frades missionários, mas por um legítimo sucessor dos apóstolos. Pecadores, gafados de pecados velhos, cuidaram de rememorá-los para a confissão geral que fariam diretamente ao Sr. Bispo, pois o vigário Mamede e os outros padres da cidade militavam na política; não desfrutavam mais, por conseguinte, a confiança absoluta do rebanho. E como eram poucos, difícil se tornava a escolha para os penitentes mais exigentes, que, de regra, são os mais necessitados do remédio.

Naquele tempo, o catolicismo era a religião oficial do Estado, de modo que os poderes e o povo, através de seus órgãos e associações, concertaram nas medidas para uma recepção condigna ao ilustre visitante. Nas missas das 9 horas o vigário Mamede conclamou os fiéis para os atos da

visita, mormente para as pregações pastorais. Não se esqueceu certamente de fazer uma vistoria nas alfaias da matriz e no arquivo, prevenindo possíveis admoestações canônicas no livro de tombo da paróquia.

No dia 16 de novembro, S. Excia. Revma. o Sr. D. Manoel Joaquim da Silveira, bispo diocesano do Maranhão e Piauí, viajando de Caxias, a cavalo, chegou à vila de S. José das Cajazeiras, defronte de Teresina, ao cair da tarde. Já ali o esperavam o ajudante de ordens do Sr. presidente do Piauí para, em nome do governo, lhe apresentar as boas-vindas da Província, o vigário Mamede para acertar com S. Excia. a hora exata de sua entrada, bem como pessoas gradas que atravessaram com a comitiva oficial para, logo de véspera, travarem conhecimento com o Antístite.

Tudo combinado, voltaram os de Teresina com a notícia de que o Sr. Bispo aqui chegaria no dia seguinte, precisamente às 7:30 da manhã.

O dia 17 amanheceu sob o badalar insistente dos sinos do Amparo chamando a Irmandade do Santíssimo Sacramento para, em grande uniforme e de estandarte erguido, levar o pálio ao porto. Desde muito cedo o povo estacionou em frente à rampa e suas imediações, aguardando a chegada de D. Manoel. À hora marcada S. Excia. saltou em Teresina, sendo recebido com grandes demonstrações de alegria pelo presidente da Província, autoridades eclesiásticas, civis e militares e uma grande massa de fiéis que o aclamaram entusiasticamente. Vinha acompanhado do Sr. cônego Joaquim Félix da Rocha e trazia como secretário Estêvão Alves dos Reis.

Formando-se o cortejo, o Sr. Bispo seguiu debaixo do pálio para a igreja Matriz, cujos sinos bimbalhavam festivamente. Ali se cantou solene *Te-Deum*, retirando-se depois D. Manoel para o palácio, pois era hóspede do Estado. Estava iniciada a visita. À noite a banda dos Educandos percorreu as ruas da cidade, "partindo do edifício que é destinado para a tesouraria provincial", onde ficou alojado o Sr. Bispo com sua comitiva.

Durante 21 dias a visita decorreu na mais perfeita ordem, com frutos opimos de reconciliação e salvação. Como a política estivesse muito extremada, dividindo os espíritos, S. Excia. falava de preferência sobre o grande mandamento da caridade. "Não passou a S. Excia. desapercebido o amor da Pátria. Reconhecendo a necessidade dos partidos, lastimou que nas discussões políticas e nos interesses dos mesmos partidos o rancor e o ódio tivessem tomado lugar tão eminente. A tolerância era, pois, a necessidade mais empolgante".

A imprensa descreve o Sr. Bispo como homem virtuoso, ilustrado e cortês. "Tivemos ocasião de ouvir as instruções pastorais dadas por S. Excia. Revma. a suas ovelhas na matriz desta cidade, desde 18 do pretérito. Sua linguagem chã, porém eloquente, fez-se ouvir de uma maneira convincente e

abrangeu todos os pontos da nossa religião, que era conveniente explicar aos fiéis. Praza aos céus que os votos de tão digno pastor sejam recebidos pelo Altíssimo e que possamos gozar dos frutos desta visita. S. Excia. Revma. tem acolhido com benignidade a todos os que o procuram. Muitas dispensas grátis a pessoas pobres foram dadas para casamentos que se não efetuariam em outras circunstâncias pela pobreza dos contraentes – e seu número sobe talvez a 150. Cerca de quatro mil pessoas foram crismadas".

A concorrência do povo aos atos da visita foi extraordinária. D. Manoel visitou a cadeia, o Hospital de Caridade, a Casa dos Educandos, "espalhando por toda a parte com sua santa palavra e mão benéfica o bálsamo consolador do Crucificado".

Encerrada a visita no dia 8, no dia 10 D. Manoel atravessou o rio para a vila de S. José, sendo levado novamente até o porto, em despedida, pelas autoridades e grande massa popular. Antes, porém, de deixar Teresina, "deferindo as súplicas de alguns fiéis, moradores ao sul desta cidade, permitiu que no Largo do Saraiva se edificasse uma igreja dedicada à Santíssima Virgem com a invocação de Senhora do Rosário".

ELEIÇÃO EM 1860

Se fizermos uma comparação do presente com o passado no que diz respeito a eleições, no Brasil, chegaremos a um resultado que não nos pode encher de muito otimismo. Hoje o voto é secreto, é certo, porém não podemos dizer que haja, de fato, inteira liberdade de voto para a grande massa do eleitorado nacional. Talvez será melhor dizer que os atuais processos de violentar a liberdade do eleitor sejam apenas mais sutis, mais requintados que os do passado.

Baseados em documentos da época, vamos descrever a eleição para vereadores e juiz de paz de Teresina em 1860. O leitor inteligente estabelecerá paralelo com as nossas eleições e concluirá como melhor lhe parecer.

Em 1860 digladiavam-se, aqui, dois partidos poderosos: o *Conservador*, quase sempre no governo, e o *Liberal*. Figuras de real valor e prestígio militavam nas duas hostes. O voto não era secreto. A mudança de partido era caso mui raro e quase sempre constituía labéu imperdoável. Uma relativa independência econômica era um dos requisitos para a qualificação do eleitor. Não havia eleitor miserável, que para votar precisasse da camisa. Esta lhe poderia ser dada, mas não era preciso que o fosse para ele votar.

Vamos, porém, ao nosso caso. Foi escolhido o dia da Independência para o início da eleição. Com a devida antecedência os partidos se prepararam.

Estavam mais ou menos equilibradas as forças no que diz respeito ao número de eleitores. Eram uns três mil qualificados.

Na campanha eleitoral que se feriu na cidade e no município salta, logo, aos olhos do mais desavisado observador que o partido do Governo, o Conservador, tinha belos trunfos nas mãos. Além das posições chaves, contava ainda com duas armas naquele tempo mui poderosas: uma de intimidação – o recrutamento militar, e outra de aliciamento blandicioso, explorador da vaidade matuta – a outorga de patentes da Guarda Nacional.

Era de praxe a passeata do partido nas ruas da cidade, na véspera da eleição, para alardear poderio. Os eleitores do interior chegavam com uma certa antecedência e todos se concentravam num ponto determinado, quase sempre uma das praças da cidade. À hora aprazada, precedido dos chefes, de uma banda de música, cada partido desfilava em ordem. Além da algazarra que os eleitores faziam vivando o seu partido, havia ainda a ovação dos simpatizantes nas ruas e praças por onde passavam as passeatas. Para evitar choques de consequências imprevisíveis, os partidos acordaram em que estas se deveriam realizar em horas diferentes.

Foi assim que naquele 6 de setembro de 1860 desfilaram nas ruas de Teresina, às 4 horas da tarde, os liberais, e às 5 1/2, os conservadores. Cada partido apresentou mais de mil homens. As forças estavam, portanto, mais ou menos equilibradas.

No dia 7, à hora competente, reunido o povo na igreja do Amparo, "observou-se que medidas de prevenção haviam sido tomadas.

A igreja tinha uma espécie de divisão, que lhe separava a nave principal do resto.

Entre o arco e a divisão estavam a mesa paroquial e as urnas. A entrada para esse recinto era franqueada por duas pequenas aberturas de um e outro lado da tal divisão, que era de tábuas e da altura de um homem. À exceção da porta principal, da sacristia e das do lado esquerdo, todas as mais estavam fechadas, e nas aberturas, bem como nas duas entradas da divisão, havia sentinelas de tropas de linha com suas granadeiras embaionetadas.

O Sr. chefe de Polícia com seu delegado, os 2 subdelegados da capital e alguns inspetores de quarteirões, com suas faixas, ocupavam o recinto separado da nave. O juiz de paz, eleitores e suplentes também aí se encontravam.

O partido Liberal ocupava o lado direito, cujas portas estavam fechadas, e os conservadores, o esquerdo da igreja para quem entra.

O Sr. chefe de Polícia propôs que o povo não franqueasse o recinto da nave e que apenas vinte cidadãos de cada um dos dois partidos aí

ficassem para inspecionar os trabalhos. Aceita por ambos os lados a proposta, assim se executou".

Constituída a mesa, que ficou toda nas mãos dos conservadores, começou a chamada dos votantes. Não se passou muito tempo e já choviam no recinto da igreja as reclamações, os protestos e os contra protestos de ambos os lados.

Por três dias se arrastou a eleição neste clima. Disseram os liberais que enquanto as cédulas dos conservadores, conhecidas por um sinal vermelho no fecho, eram recebidas sem qualquer dificuldade, as deles, dos liberais, passavam por um verdadeiro cadinho de purificação, para no fim, na maior parte das vezes, serem recusadas pela mesa. Os conservadores negaram o fato.

Mas o resultado da eleição foi desconcertante: o candidato mais votado dos conservadores obteve mil e cem votos, ao passo que os mil e tantos eleitores dos liberais, purificados no cadinho da mesa paroquial, ficaram reduzidos a duzentos e trinta votos.

No dia 10 os liberais interpuseram um recurso junto ao presidente da Província. Foi-lhe exarado o seguinte despacho:

"Responda a mesa paroquial. Palácio da Presidência do Piauí, em 12 de setembro de 1860. Duarte de Azevedo".

A resposta da mesa não se fez esperar, e veio então o segundo despacho:

"Vistas as informações e a disposição dos artigos 46 §1º e 104 da lei de 19 de agosto de 1846, nada há que deferir. Palácio da Presidência do Piauí, 21 de setembro de 1860. Duarte de Azevedo".

Venceram os conservadores.

QUESTÃO "CHRISTIE"

Uma barca mercante inglesa, a "Prince of Wales", naufragou nas costas do Rio Grande do Sul em 1861 e teve o seu carregamento roubado por indivíduos desconhecidos, que se internaram na Banda Oriental. William Douglas Christie, ministro inglês, protestou junto ao governo imperial exigindo indenização do prejuízo, bem como a punição dos culpados e a presença de um inglês no processo que se instaurasse contra eles. O governo brasileiro respondeu que as providências estavam sendo tomadas, mas nossa lei não admitia a presença de estrangeiros a dirigir processos.

Nesse ínterim três oficiais britânicos embriagados e a paisana, provocando distúrbios no bairro da Tijuca, foram presos pela polícia carioca. Reconhecida sua identidade, foram logo postos em liberdade.

Quando nosso governo ainda tratava de explicar este último incidente, o ministro Christie ordenou ao almirante Warren que exercesse represálias contra propriedade de súditos brasileiros. Foram, então, aprisionados cinco naviozinhos costeiros nacionais e levados para a enseada das Palmas.

Segue-se uma troca de notas diplomáticas entre os dois governos. Sob protesto, o Brasil acordou em pagar 3.200 libras pelo prejuízo do "Prince of Wales" e os navios aprisionados foram restituídos. Levada a questão à presença do rei dos belgas, ele deu ganho de causa ao Brasil. O Governo Imperial então exigiu do Governo Britânico satisfação pela captura dos navios nacionais. Não tendo sido dada satisfação pedida, o Brasil rompeu as relações diplomáticas com a Inglaterra.

A insolência dos ingleses provocou uma onda de indignação em todo o país e caro custou ao Governo garantir as pessoas e as propriedades dos súditos de S. Majestade Britânica das represálias das multidões enfurecidas.

Teresina não ficou à margem deste movimento nacional. As notícias vindas da Corte e de outros pontos do país foram inflamando os ânimos.

Ao anoitecer do dia 24 de fevereiro de 1863 o povo se concentrou, em massa, na frente da Matriz de Nossa Senhora do Amparo para a grande passeata de protesto. Duas bandas de música, a dos Educandos e a do Corpo de Guarnição, encabeçavam a multidão tocando marchas patrióticas.

Vivando o Imperador e a soberania nacional, o povo se dirigiu para o Palácio. Era presidente da Província, naquele ano, o Dr. José Fernandes Moreira. Em frente ao palácio parou a multidão e aguardou que S. Excia. assomasse a uma das janelas para ouvir os discursos.

Falou em primeiro lugar o capitão Joaquim de Lima Castro. Fez um discurso inflamado. Historiou o caso. Frisou a perfídia inglesa e terminou dizendo que esperava que "dado o sinal todos correriam às armas". O orador seguinte, Pe. Tomás de Morais Rego, foi mais longe: concitou os presentes a se alistarem, logo ali, para a imediata formação de batalhões de voluntários, que esmagariam a prepotência inglesa. Arrebatados pelas palavras do orador, alguns populares se ofereceram para o sacrifício. O presidente, porém, atalhou aquela conscrição intempestiva sugerindo que seria mais prático fazer-se o alistamento num livro que no dia seguinte estaria aberto ao voluntariado na Câmara Municipal. Em seguida falou o presidente exaltando a boa disposição dos teresinenses em servir à pátria naquela hora difícil.

A passeata prosseguiu desfilando por quase todas as ruas da cidade, parando ora aqui, ora ali, para que se fizessem ouvir novos oradores. Altas horas da noite volveu à frente da Matriz e aí se dispersou o povo na mais perfeita ordem.

Não ficou só em passeata a adesão dos teresinenses à causa nacional. A Companhia de Navegação do Parnaíba abriu uma subscrição popular para angariar dinheiro que seria posto à disposição do Governo para as emergências que surgissem do conflito. Seus acionistas assinaram os dividendos de um ano. Os funcionários públicos mandaram descontar 10% sobre os seus vencimentos pelo tempo que o Governo julgasse necessário. Os oficiais do Corpo de Guarnição descontaram o soldo de um mês para o mesmo fim.

Durante ainda várias semanas a exaltação patriótica esteve acesa com o noticiário dos jornais e os comentários dos botequins.

Felizmente não foi preciso que caíssemos "esmagados sob as rodas dos canhões de S. Majestade Britânica" para lavar a honra nacional ferida.

Também não foi em vão que se acendeu a chama patriótica dos teresinenses. Poucos anos depois ela ainda crepitava viva nos seus corações quando a Pátria fez o chamamento, desta vez efetivo, para o sacrifício de sangue, na Guerra do Paraguai.

SECA DE 1877

Muito antes do dia de S. José, naquele ano fatídico, já os cearenses haviam esmorecido e aos milhares cobriam as estradas que demandavam o Piauí por Ipu e pela serra do Araripe.

Aqui ainda se supunha que houvesse exagero da parte deles; apesar da falta de chuva, as nossas reservas alimentares estavam intactas, praticamente. Mas a coisa foi piorando, o caudal de retirantes sempre crescendo, as grandes fazendas de gado desaparecendo, as reservas d'água diminuindo, até que se chegou à conclusão de que estávamos a braços com uma autêntica calamidade pública.

Já quase no fim do ano o Governo começou a tomar as primeiras medidas de caráter oficial para enfrentar a situação. Expediu ordens para a criação de "núcleos de emigrantes", onde os mesmos seriam localizados, protegidos e aproveitado o seu trabalho. O contratante de cada núcleo se comprometia com o Governo, por escrito, a receber na sua propriedade todo flagelado que por lá aparecesse, não os deixando passar adiante. O retirante que estivesse em condição de trabalhar seria aproveitado nalgum serviço,

percebendo uma diária fixa. Os doentes e os impossibilitados de qualquer esforço, por extrema fraqueza ou velhice, como também as crianças, receberiam alimentos, roupa e remédio. Mensalmente, o Governo pagaria a cada contratante as despesas que houvesse feito com os asilados de sua propriedade. Uma severa fiscalização controlava esses serviços.

Em princípios de 78 as despesas com os emigrantes iam além de 57 contos mensalmente.

Em Teresina o serviço de assistência era prestado de dois modos. No município os retirantes foram localizados em nove núcleos organizados nos mesmos moldes dos demais da Província. Na cidade propriamente dita o cuidado deles foi confiado a comissões especiais. Teresina foi dividida em 16 distritos assim distribuídos: 1 – Largo do Quartel e subúrbios; 2 – Rua da Chapada; 3 – Rua das Flores; 4 – Rua da Estrela; 5 – Rua da Glória; 6 – Largo da Constituição; 7 – Rua Augusta; 8 – Rua da Palma; 9 – Rua Grande; 10 – Rua Bela e Largo de S. Benedito; 11 – Rua Paissandu; 12 – Largo do Saraiva e subúrbios; 13 – Rua de S. José; 14 – Rua de S. Pedro; 15 – Barrocão; 16 – Rua do Barroso.

Na capital e seu município havia 17 mil flagelados.

As orfãzinhas dos retirantes eram recebidas no "Colégio Orfanológico", especialmente criado para elas, onde se lhes dava sustento e educação.

Como as condições de vida tivessem melhorado bastante com os invernos de 78 e 79, o Governo dissolveu os núcleos de Teresina em agosto desse último ano. Os retirantes válidos que não encontraram emprego voltaram aos milhares para sua terra de origem. Ficaram os doentes. Para protegê-los, o Governo criou naquele mês e ano a grande enfermaria de "Sto. Antônio dos Morros", a duas léguas de Teresina. Fê-los transportar todos para lá. Confiou-os a dois médicos que percebiam a mensalidade de um conto de réis cada um. Contratou o serviço de manutenção da enfermaria com o major Francisco da Rocha Falcão.

O contratante se comprometeu a aceitar, ali, doentes flagelados de ambos os sexos, até o limite máximo de mil. Daria diariamente a cada um a alimentação seguinte: 250 gramas de carne, 1/2 litro de farinha, 200 gramas de arroz, 10 gramas de manteiga, sal e temperos. A comida seria preparada à sua conta e a contento dos médicos. Obrigava-se ainda a fornecer luz para as enfermarias, água, sabão, a lavagem de roupa dos doentes e os serventes necessários ao serviço. O Governo lhe pagaria 400 réis diariamente por cada doente hospitalizado. Toda a despesa com os flagelados dos núcleos e enfermarias foi paga pelo Governo Imperial. E ele soube ser generoso. Basta dizer que, somente no espaço de tempo compreendido entre os meses de fevereiro e agosto de 79, do Rio nos foi enviada a vultosa quantia de quatrocentos contos de réis.

Medidas de ordem econômica e social levaram as autoridades a fechar a enfermaria dos "Morros" em 21 de janeiro 1880. Feita a devida depuração, os doentes que ainda ficaram foram transportados para Teresina, para a enfermaria de emergência instalada numa dependência do Quartel de Polícia. Eram apenas 94.

A extinção dos núcleos e da enfermaria levou a imprensa da oposição a bradar contra o que qualificou de "desumanidade do Governo". Olhados os fatos, porém, da altura de quase oitenta anos se vê que tal grita não passou de mero recurso demagógico para efeito de eleição. Aliás, na sessão do Senado de 18 de agosto de 1879 já o conselheiro Paranaguá havia situado a questão nos seus devidos termos. Disse o ministro: "Não é possível que o socorro continue indefinidamente; é tempo de acabar com essa chaga que ameaça estabelecer o pauperismo no Império. Os indivíduos que têm ração certa não querem cuidar de adquirir, pelo trabalho, os meios de subsistência; e o Estado não tem obrigação de socorrer a quem não precisa de socorros. Os fornecedores são interessados na continuação da seca. Embora chova, embora se efetuem colheitas, querem eles por força continuar a vender por bom preço os gêneros que acumularam em seus armazéns. Daí a grita".

Tinha toda razão o conselheiro Paranaguá. Não era mais possível continuar sustentando flagelado da seca, quando já dois bons invernos haviam proporcionado abastança a toda a zona afetada pelo flagelo.

Tratou-se, então, de apagar, o mais depressa possível, os últimos vestígios de todo aquele aparato assistencial. Em fevereiro de 1880 foi extinto o "Colégio Orfanológico" e as 22 órfãs que ainda lá se encontravam foram enviadas para o Ceará, acompanhadas de sua própria diretora. Apesar de toda a generosidade dos teresinenses, aquele pugilo de meninas não pôde ser absorvido pela cidade, pois rara era a família que não criava uma ou mais daquelas desvalidas. A enfermaria do Quartel de Polícia foi fechada a 5 de maio daquele ano. Os últimos doentes foram recolhidos à Santa Casa. Finalmente, doze dias depois, a 17, foi dada ordem para "cessar qualquer despesa de socorros públicos com retirantes na Província".

TELÉGRAFO

O ano de 1882 entrou alvissareiro, prometendo aos teresinenses um grande acontecimento: a ligação telegráfica de Teresina com o país. Naturalmente que o empreendimento era de tal magnitude que se não poderia dar por terminado senão depois de muitos anos; o só começá-lo, porém, já era uma grande dádiva para um povo que ainda se não beneficiara desta grande invenção que põe os povos em comunicação quase instantânea, não obstante a distância que os separa.

Em fevereiro daquele ano chega a Teresina o Dr. Gustavo Luís Guilherme Dodt, engenheiro chefe do distrito telegráfico do norte, com sede em Fortaleza, que "vem em comissão do Governo estudar o terreno e verificar qual a melhor direção a dar-se à linha telegráfica que deverá atravessar esta Província". Entrando em comunicação com as autoridades locais são-lhe fornecidas informações detalhadas sobre a natureza do terreno para o norte, acidentes geográficos, distâncias, completando-as o Dr. Dodt com uma verificação pessoal que faz viajando para Pedro II. Na sua volta para o Ceará completa os estudos técnicos e ordena a construção das linhas ligando Teresina àquele Estado e ao Maranhão. Em junho já se trabalha abrindo a picada da serra na direção de Pedro II. Esta linha chegaria a Teresina passando por Piripiri e Campo Maior.

Quase ao mesmo tempo se abria a picada de Caxias para Teresina, sob a direção do inspetor de linhas Deusdedit Marrocos. Em 10 de setembro tem lugar a colocação do primeiro poste de ferro neste trecho. A imprensa saúda com alegria o acontecimento: "Esse dia marca uma época memorável para a Província do Piauí, pois é o precursor da breve instalação das vias de comunicação que nos têm de pôr em contacto com os principais vizinhos, com a capital do Império e com todo o mundo civilizado".

Durante todo o ano de 83 e parte de 84 trabalha-se na abertura das picadas, no levantamento dos postes e na colocação dos fios nas duas direções.

O serviço de Caxias para Teresina prossegue normalmente, sem sofrer solução de continuidade. Já não se observa o mesmo na linha do norte. Por ser mais longa, foi dividida em duas secções, cada uma entregue à direção de um engenheiro. Parece que o engenheiro de Campo Maior, de início, não ligou muita importância à missão que lhe foi confiada. Em agosto de 84 os jornais de Teresina abrem campanha contra ele alegando que naquela data o engenheiro de Pedro II já terminara sua tarefa e prosseguia com os trabalhos na direção de Campo Maior, tendo atingido mais da metade do caminho entre Piripiri e aquela vila. Ora, nada poderia justificar seu atraso visto como todo o material necessário já estava encostado em toda a extensão da picada, sujeito a extravios. Parece que a campanha surtiu efeito pois a partir de então os serviços naquele trecho se aceleram acentuadamente.

Enfim raiou 5 de novembro de 1884.

Naquele dia, às dez horas da manhã, "abriu-se à comunicação pública, com as formalidades legais, a linha de telégrafo terrestre entre esta capital e a capital do Maranhão". Foi um dia festivo para Teresina. Durante todo ele a música da Polícia tocou à porta da casa da estação "que estava convenientemente preparada, tendo à frente bandeirinhas, a bandeira nacional, arcadas de patis, etc". Foram trocados telegramas de congratulações entre os jornais de Teresina e os de S. Luís e Caxias. À noite, na própria casa da estação, improvisou-se um baile, que se prolongou até as duas da manhã seguinte.

Nos dias 13 e 14 de dezembro estabelecia-se a comunicação telegráfica com as vilas de Campo Maior, Piripiri, Pedro II e demais Províncias do Império. Nessa ocasião a Câmara Municipal de Teresina congratulou-se com S. Majestade o Imperador, recebendo em resposta o seguinte telegrama: "Presidente do Conselho – S. Majestade o Imperador ordenou-me de agradecer as congratulações da Câmara Municipal transmitida por V.S. e manifesta seu júbilo pela inauguração do serviço telegráfico entre esta e a capital desta Província". Era presidente do Conselho o Dr. Simplício Mendes.

Em abril de 1889 está novamente em Teresina o Dr. Dodt para estudar a extensão da rede telegráfica para Parnaíba, passando por União, Barras, Piracuruca, até Camocim. Em agosto já está quase concluída a abertura da picada diretriz da nova linha, no trecho compreendido entre a vila de Piracuruca e a cidade de Parnaíba. O deputado piauiense Coelho de Resende havia conseguido introduzir na lei do orçamento da agricultura uma emenda destinando 100 contos de réis para a execução deste serviço. Vêm, porém, a queda do Império, o advento da República e, como era natural que acontecesse, a mudança de regime acarreta, na primeira hora, a paralisação das obras do Governo.

Quando as coisas voltaram novamente à normalidade vamos encontrar o governador Gregório Taumaturgo de Azevedo dirigindo-se ao ministro da Agricultura em ofício de 10 abril de 1890: "Peço-vos ainda os cem contos que consigna o orçamento para a construção de uma linha telegráfica entre esta cidade e a de Parnaíba, cujos estudos já estão feitos e cujos trabalhos já tiveram começo; confiando que concedais autorização para que se una também aos pontos já determinados a vila de Batalha, que fica à pequena distância da cidade de Barras do Marataoan e é um núcleo populoso que vai se desenvolvendo".

Concedida esta verba, recomeça-se o trabalho, e no dia 5 de outubro de 1892, às dez horas da manhã, é solenemente inaugurada a comunicação telegráfica de Teresina com a vila de Livramento e as cidades de União e Parnaíba. O ato conta com a presença do governador e das demais autoridades da capital.

Agora vai chegar a vez do sul. Em maio de 1893, o chefe do Distrito, Dr. João Paulo Ferreira Dias, acompanhado do inspetor de Linhas, Dr. Carlos Mercatz, viaja entre Teresina e Amarante explorando o terreno para escolher o melhor por onde passará a linha telegráfica ligando a capital àquela cidade.

A primeira estação inaugurada nesta direção é a de Natal, aos 13 de maio de 1894.

Em agosto, a chefia distrital comunica que recebeu ordem para iniciar a exploração das futuras linhas de Amarante a Oeiras; e de Barras ao Brejo, no estado do Maranhão, passando pelas vilas de Batalha, Retiro, Porto Alegre

e S. Bernardo (esta última no Maranhão). Em setembro, o Dr. Alfredo Graça, novo chefe do Distrito, instala em Natal um aparelho telefônico e fala com Teresina. A experiência é coroada do mais completo êxito. A 14 de fevereiro de 1895 inaugura-se festivamente a estação telegráfica de Regeneração. A solenidade conta com a presença do governador que, acompanhado de luzida comitiva, para lá se dirigiu numa lancha da comissão de melhoramentos do rio Parnaíba.

Sucedem-se as inaugurações de novos trechos telegráficos. Ao completar o primeiro cinquentenário de sua fundação, Teresina fala com todas as principais cidades e vilas do Estado.

FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS PIAUIENSES

A primeira tentativa para se instalar, em Teresina, uma fábrica de tecidos de algodão foi feita em 1874. Naquele ano um tal Sr. Benaion se propôs incorporar na cidade, uma companhia de tecidos. Aos 8 de março, no palácio do Governo, em mesa redonda composta do Presidente da Província e de vários cidadãos grados fez o Sr. Benaion uma exposição detalhada de seu plano. Exigia entre outras coisas:

a) o adiantamento de cem contos de réis para compra de máquinas e mais aparelhos da fábrica, edificação de prédio etc;

b) cem contos de réis em ações para ele pessoalmente, cujos lucros, influindo sobre os dos acionistas, tenderiam a diminuí-los consideravelmente;

c) privilégio de exploração por 50 anos.

Como se vê, era um "negócio da China" para o Sr. Benaion. A proposta do espertalhão foi logo pulverizada pela palavra candente do Dr. Polidoro Burlamaqui e dos Srs. Davi Moreira Caldas e Eugênio Marques de Holanda. Falou em seu favor apenas o Dr. Newton Burlamaqui. A proposta foi rejeitada por não condizer com os interesses da Província.

Ressurge novamente a idéia catorze anos depois, em 1888. Aos 8 de junho daquele ano um grupo de comerciantes e proprietários de Teresina e Parnaíba se dirige à Assembléia Provincial solicitando-lhe isenção de direitos ou impostos provinciais e municipais em favor de uma companhia de fiação e tecidos que se propunham incorporar. Assinavam a petição os Srs. Antônio Gonçalves Pedreira Portelada, Joaquim Antônio dos Santos, Raimundo de Arêa Leão, João da Cruz e Santos, Mariano Gil Castelo Branco, Leocádio Alves dos Santos e José Alves dos Santos.

Em julho anunciou-se na imprensa que por meio de uma sociedade anônima pretendia-se montar, nesta capital, uma fábrica a vapor, de fiar e tecer algodão, com o capital de 200:000$000, divididos em 2.000 ações de 100$000 cada uma e realizáveis em prestações até 20% por chamadas feitas com intervalo não menor de 30 dias de uma para outra. Os que quisessem subscrever para dita empresa poderiam fazê-lo: em Teresina, na casa dos Srs. Antônio Gonçalves Pedreira Portelada e João da Cruz e Irmão; em Amarante, na dos Srs. José Ribeiro Gonçalves e Teodoro da Silva Ribeiro; em União, na dos Srs. Benedito José do Rego e Luís de Sousa Fortes; em Parnaíba, na casa do Sr. Joaquim Antônio dos Santos.

Em 4 de novembro, no escritório da Companhia de Vapores, reuniram-se pela primeira vez, em caráter oficial, os acionistas. Já se achando subscrito o capital de 250 ações, é incumbido o negociante Antônio Gonçalves Pedreira Portelada de receber a importância concernente à décima parte das ações subscritas, sendo para isso marcado o prazo de 60 dias. Ficaram encarregados de organizar os estatutos da Companhia os Srs. Dr. José Pereira Lopes, capitão José de Castro e ten.-cel. Manoel da Paz.

Aos treze de janeiro de 1889, no mesmo local, reúnem-se novamente os acionistas para discutir os estatutos, que são aprovados. Aos 27 do mesmo mês e ano constituiu-se com as solenidades legais a nova empresa industrial de tecidos, sendo eleitos presidente, vice-presidente e secretários os Srs. major João da C. Lima e Almeida, Dr. Cândido de H. Costa Freire, capitão Manoel Lopes Corrêa Lima e capitão Benjamim José Teixeira; diretores os Srs. cel. João da Cruz e Santos, capitão Mariano Gil Castelo Branco, major Raimundo Antônio Lopes, tenente Gil Martins Gomes Ferreira e Antônio Gonçalves Pedreira Portelada; fiscais, os Srs. Dr. Augusto Colin da Silva Rios, Dr. Collect Antônio da Fonseca e João de Morais Rêgo.

Em fevereiro já está escolhido o local para a edificação da fábrica. Aos 17 daquele mês a Companhia transfere para a Inglaterra a importância de 23 contos de réis para a compra de máquinas. Em agosto mais de 120 contos haviam seguido o mesmo destino.

Aos 30 de setembro tem lugar o lançamento da pedra fundamental do edifício da fábrica. Estavam presentes ao ato o presidente, Sr. Teófilo dos Santos, autoridades e povo. Benzeu a pedra o cônego Honório Saraiva, vigário do Amparo. Pronunciou o discurso da ocasião o Dr. Sousa Lima.

As obras marcham de início mui vagarosamente. As máquinas não chegam da Inglaterra. Grande parte do terreno da fábrica é uma lagoa e não há jeito de secá-la. Tudo isto irrita o povo que gosta de pressa no andamento das obras que o interessam. Não faltam em tais ocasiões espíritos inteligentes e ferinos que polarizam os anseios e decepções populares e os transformam em farpas venenosas que são atiradas, sob a forma de anonimato, contra os

possíveis ou imaginários responsáveis pelos desacertos administrativos. Foi o que sucedeu com a diretoria da Companhia de Fiação. Contra ela apareceram na imprensa, com o título de "Sagazes" e assinados por "Ninguém", versos e quadrinhas mordazes. Cito uns apenas para exemplo:

"Existe aqui certa empresa,
Já com grande capital,
Cujos negócios vão indo
Parece que muito mal;

Hão feito tal embrulhada
Que já se diz com razão:
– "Ninguém se pode FIAR
Nos homens da FIAÇÃO".

Em aplanar o terreno
Sem terreno ainda em PLANO
Parece que vão fazendo
Daquilo um circo romano.

E o diretor dessa obra
Já querem chamar de louco:
Descobriu a QUADRATURA
DO CIRC'LO, já não é pouco".

Mas era injustiça patente. A diretoria trabalhava com afinco para aumentar o capital a fim de fazer face aos sérios compromissos que assumira e que se agravaram com a queda brusca do câmbio. Lançou mão até de empréstimo em dinheiro para não faltar a eles. Em março de 1892 pede uma segunda emissão de 150:000$000, cabendo aos acionistas, em rateio, na forma dos estatutos, as 1.500 ações da referida emissão.

Com a chegada da maquinaria inicia-se a montagem da mesma. Aos 2 de abril a diretoria festeja a colocação da quinta e última parte da chaminé, que tem 120 palmos ingleses de altura. Em junho trabalham, em fase experimental, já seis teares. O tecido é tão bom e perfeito que comerciantes de Caxias propõem, logo, a compra de todo o produto de um semestre. As ações sobem para 140$000 e não se acha quem as queira vender.

Finalmente, a 1º de janeiro de 1893 tem lugar a inauguração oficial da "Fábrica de Fiação e Tecidos Piauiense", com grande solenidade. A cerimônia religiosa é presidida pelo cônego Honório Saraiva, acolitado pelo cônego Raimundo Gil e Pe. Germano Antenor de Araújo. A máquina motora foi benzida com o nome de "Cristino" e foram padrinhos os Srs. ten.-cel. Leocádio Santos

e Antônio Gonçalves Pedreira Portelada. Discursaram no ato o cônego Gil e o cap. Manoel Lopes. Tocaram durante a cerimônia as bandas do 35º Batalhão de Infantaria e do Corpo de Segurança, subindo ao ar, de vez em quando, muitos foguetes. Houve farta distribuição de cerveja, licores finos e outras bebidas. À noite, na residência do Barão de Uruçuí, a diretoria ofereceu aos operários da fábrica uma soirée dançante.

Mas sempre o mesquinho partidarismo político deslustrando as festas e realizações de interesse coletivo na cidade: o governador não foi convidado e não compareceu aos festejos da inauguração da fábrica.

LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS

O desbravamento da área para a construção dos primeiros edifícios de Teresina foi feito com o trabalho escravo. Eram males da época. Ainda por muitos anos a mancha da escravidão negra deslustraria a fisionomia social desta terra tão bela, tão livre e tão compassiva.

Relativamente ao número de habitantes, eram numerosos os negros escravos de Teresina na segunda década de sua fundação. Estatísticas de 1867 falam em 1.668 deles no perímetro da cidade.

Na imprensa havia uma seção especial para negros fugidos. Não eram raros os anúncios como este inserto no "Propagador", de 26 de setembro de 1858: "Fugiu ao abaixo assinado, na noite do dia 21 para 22 deste mês, o escravo Apolinário, cafuz claro, espadaúdo, com alguma barba; tem 24 anos de idade mais ou menos, boa dentadura, um tanto limada; costuma falar muito em vaqueirice, tem mui visível uma unha arrancada do dedo grande de um pé, e em o outro, entre o dedo grande e o imediato, tem um talho de machado. Tem nas costas alguns sinais de relho. Quando fugiu levou camisa de riscado, suja, chapéu de baeta, alpercata e rede. Quem o pegar e entregar ao seu senhor no seu escritório, na rua Bela, será bem gratificado. Antônio Moreira do Carmo".

De um modo geral os senhores de Teresina eram bons para seus escravos. Uma e outra exceção atraía logo sobre si a antipatia e desprezo da sociedade. A imprensa, sempre vigilante, vergastava sem piedade os maus senhores, mormente se pertenciam à facção contrária aos interesses políticos do jornal atacante. Não devia ser interessante a quem quer que fosse passar por malvado no seio de uma comunidade profundamente cristã. Apesar disso, a Prefeitura não descurou proteger os pobres negros com leis especiais, como aquela que se acha contida nos artigos 80, 81, 82 e 83 das Posturas Municipais de 1867.

Não bastava, porém, proteger os escravos; urgia reduzir-lhe o

número. Antecipando-se, de um certo modo, à lei do ventre livre, os legisladores piauienses, em sessão da Assembléia Provincial de 31 de julho de 1868, aprovaram o projeto de lei do deputado major Antônio de Holanda Costa Freire assim redigido: "Fica a presidência autorizada a despender anualmente a quantia de três contos de réis com a libertação de criancinhas escravas, não excedendo de 100$000 por cada uma".

Com o correr dos anos a idéia emancipadora vai tomando vulto em todo o país com proveitosas ressonâncias em Teresina. Assim é que na chegada dos heróis do Paraguai o Dr. Deolindo Moura lança, na igreja do Amparo, um veemente apelo ao povo para que em memória dos feitos memoráveis de nossos soldados liberte o maior número possível de escravos. Como resposta, neste mesmo dia seis deles são alforriados em Teresina pelos seus senhores, sendo três do Pe. Mamede, um do capitão José Rodrigues Ferreira e um de Da. Maria Florêncio Castelo Branco.

A partir desta data, entre os brancos senhores se introduz o salutar costume de dar cartas de alforria por ocasião de batizados, casamentos e aniversários de filhos de pessoas queridas da família.

O governo, por sua vez, emprega verbas enormes distribuídas por quota às Províncias para comprar a liberdade de muitos negros. Da quota de 69:784$520 atribuída ao Piauí em 1880 cabe a Teresina a importância de 8:894$108. Com este dinheiro o juiz de órfãos, capitão Joaquim dos Santos, em sessão pública de 10 de novembro, dá carta de alforria a 16 escravos da cidade.

É preciso saber que na compra da liberdade para escravos adultos o povo de Teresina se antecipou ao Governo. Aos 4 de novembro de 1870 fundou-se na cidade uma sociedade denominada "Sociedade Manumissora", por iniciativa do deputado geral Dr. Antônio Coelho Rodrigues, com o fim exclusivo de libertar negros; iniciando suas atividades alforriou logo dez escravos, no que despendeu a respeitável importância de 4:020$000. De então por diante quase não se passa um ano sem que muitos infelizes recebam os benefícios da sociedade.

A onda de pronunciamento em favor dos escravos vai-se avolumando cada vez mais. A resolução nº 1.075, publicada em julho de 1883, cria o pesado imposto de um conto de réis sobre qualquer escravo importado na Província. No afã de nos libertarmos o mais depressa possível da nódoa da escravidão negra, o Governo firmou a resolução nº 1.081, de 17 daquele mesmo mês e ano, extinguindo o imposto de exportação de escravos do Piauí. Era mercadoria que não mais nos interessava.

Para colaborar com a "Sociedade Manumissora", em 23 de julho de 1883 surge em Teresina uma outra sociedade – a "Libertadora Piauiense"; liberta logo dez escravos no dia de sua instalação. Em Recife, naquele mesmo

ano, estudantes piauienses da Faculdade de Direito fundam a "Sociedade Caixa Emancipadora Piauiense". Convém guardar os nomes dos que lhe compunham a diretoria: Alfredo Moreira de Barros O. Lima, Francisco José Nogueira, Luís Evandro Teixeira, Anísio Auto de Abreu, Álvaro de Sousa Mendes.

Em junho de 1884 circula em Teresina um jornalzinho, a "Luz", de distribuição gratuita, que se bate pela libertação dos escravos. Em outubro sai o "O Abolicionista" que se propõe ao mesmo fim.

Aproximando-se o dia da libertação, multiplicam-se na cidade as alforrias. A 20 de fevereiro de 1888 a Câmara Municipal de Teresina, reunindo-se extraordinariamente, institui o "Livro de Ouro" para receber as assinaturas das pessoas que quisessem concorrer para a libertação de muitos escravos do município no dia 29 de julho, aniversário de Sua Alteza Imperial Regente.

Nem foi preciso chegar àquele dia. A 13 de maio o telégrafo nos traz do Rio a notícia da assinatura da "Lei Áurea" por Sua Alteza Real a Princesa Isabel. Impossível descrever a alegria do povo de Teresina por tão auspicioso acontecimento. Passeatas, músicas, foguetes, banquetes, bailes, tudo foi pouco para traduzir o seu contentamento nos dias que se seguiram ao da libertação. As comemorações culminaram no dia 20 com a Missa de Ação de Graças, às 9 horas, celebrada na igreja de S. Benedito pelo Pe. Tomás de Morais Rego.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Nenhum movimento de preparação republicana precedeu, em Teresina, à proclamação da República. Davi Moreira Caldas, o profeta, pregou no deserto. Não fez adeptos: se os teve, guardaram tão ciosamente a idéia que só se manifestaram de público quando viram a tropa na rua, embalada, para garantir a consumação do fato.

O modo quase ridículo como se fez na cidade a mudança do regime, as primeiras aclamações, o teor das proclamações oficiais, tudo denuncia uma improvisação apressada.

Na tarde do dia 15 de novembro de 1889 chegou um aviso telegráfico urgente dirigido ao comandante da tropa de linha. Era do Dr. Quintino Bocaiúva e dizia que o povo, o exército e a armada iam instalar um governo provisório, proclamar a República e convocar uma constituinte.

Mais tarde soube-se que de fato já estava proclamada a República e o cidadão Quintino Bocaiúva era o chefe do governo. Depois se soube que o general Deodoro da Fonseca era o presidente da República. Mas ninguém se atreveu a dar um passo a favor ou contra a República, em Teresina, até o anoitecer do dia 16. Naquele dia, às 7 horas da noite, a tropa de linha saiu do

quartel e se postou em frente à casa da estação telegráfica. Ali se reuniu um pugilo de homens, entre os quais se podiam contar, pelos dedos de uma mão, os que tinham, de fato, alguma importância social ou política.

Trepado num tamborete, Francisco Pedro de Sampaio, cearense desabusado, lançou o brado republicano, pediu ao povo a deposição do presidente monárquico, comendador Lourenço Valente de Figueiredo, e propôs a aclamação de um Governo Provisório composto dos militares Nelson Pereira do Nascimento, Reginaldo Nemésio de Sá e João de Deus Moreira de Carvalho. Tudo foi aceito, e para sempre constar foi lavrada a seguinte ata:

"Aos dezesseis dias do mês de novembro de 1889, às 8 horas da noite, nesta cidade de Teresina, Estado do Piauí, na estação telegráfica, perante os cidadãos abaixo assinados, o povo e a tropa da guarnição, foi proposta e resolvida a deposição do delegado do Governo Monárquico e a aclamação de um Governo Republicano de acordo com o movimento efetuado na Capital da Nação. E depois de haver orado neste sentido o cidadão Francisco Pedro de Sampaio, foi aclamado o Governo Provisório composto dos cidadãos capitães do exército Reginaldo Nemésio de Sá, Nelson Pereira do Nascimento e alferes João de Deus de Carvalho; ato contínuo, dirigiram-se à residência do supra dito delegado da Monarquia e o declararam deposto das respectivas funções e assumiram o Governo da Província, declarando-a Estado Independente e adeso à República Federalista do Brasil, em meio das aclamações do povo e da tropa. Do que se lavrou este ato por mim escrito e assinado pelos cidadãos presentes. Eu, Antônio Joaquim Diniz, o escrevi. Capitão Nelson Pereira do Nascimento, capitão do Exército Reginaldo Nemésio de Sá, Alferes João de Deus Moreira de Carvalho, Francisco Pedro de Sampaio, Antônio Joaquim Diniz, Pe. Tomás de Morais Rego, Alferes do Exército Francisco de Moura Costa, José Pereira Lopes, Antístenes José Avelino, Joaquim Dias de Santana, Viriato Joaquim de Morais, Joaquim José Avelino, Antônio Ribeiro Soares".

No dia 18 a Junta Governativa viu-se acrescida de mais os senhores João da Cruz Santos, Joaquim Dias de Santana, Teodoro Alves Pacheco e Pe. Tomás de Morais Rego. Nesse dia o cidadão comandante da guarnição federal, alferes Galdino Evaristo da Silva Leite, dirigiu aos "cidadãos soldados" a "Ordem do dia nº 1". Começa bombástica: "Acabais de ser testemunha do fato o mais grandioso que se há realizado na existência da comunhão brasileira". Prossegue nesse tom reivindicando, para o exército só, todos os surtos de caráter nacionalista, numa visão unilateral tão estreita que faz pensar que o alferes não havia aprendido bem a História do Brasil. E continua: "nesse momento quando a nação brasileira atravessa a mais dolorosa crise, fostes vós que com vosso amor pátrio levantastes-vos em defesa das instituições, estabelecendo a nova ordem de coisas, determinando com o vosso apoio o advento das instituições republicanas tão ardentemente almejadas pelos verdadeiros patriotas brasileiros". Esta tirada republicana do alferes é incompreensível: como se pode defender as instituições derribando-as? E ele

termina a celebérrima ordem do dia tentando fazer lirismo barato: "o Governo Provisório convosco lança o mais eloquente brado que haja repercutido pelas serranias da Pátria brasileira".

No dia 20 a Assembléia oficiou ao Governo Provisório aderindo à causa republicana. Pediu-lhe, com muita insistência, que, por telegrama, desse conhecimento de sua adesão ao Governo Central. A resposta da Junta veio no dia 25, mandando fechar o edifício onde funcionava a Assembléia.

Enquanto isto, em todas as repartições públicas se processava a adesão compulsória dos funcionários. Não se admitiam tergiversações: era o "crê ou morre", pura e simplesmente. Em Teresina só um funcionário resistiu. É bom guardar-lhe o nome: Raimundo Rodrigues de Araújo Costa, secretário interino da Instrução Pública. Quando lhe foi apresentado o termo de adesão, escreveu nele que sendo monarquista não podia e não devia declarar-se adeso à República. Foi demitido sumariamente.

Não houve propriamente administração pública até a chegada, em 25 de dezembro, do primeiro governador republicano do Piauí, o Dr. Gregório Taumaturgo de Azevedo.

PRIMÍCIAS DA INTERVENÇÃO REPUBLICANA

O primeiro interventor republicano do Estado do Piauí foi o Dr. Gregório Taumaturgo de Azevedo. Apesar de republicano e positivista, ele acrescentava ao próprio nome, sempre que firmava papéis oficiais, uma verdadeira ladainha de títulos e subtítulos: "Gregório Taumaturgo de Azevedo, bacharel em matemáticas e ciências físicas, engenheiro militar, major do corpo de engenheiros, bacharel em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito de Recife, comendador da Ordem da Rosa e de Cristo, Cavaleiro de São Bento de Aviz, condecorado com a medalha de 4ª do busto do Libertador Simão Bolivar, governador do Estado do Piauí". Mesmo deixando de lado esta história de "medalha de 4ª classe do busto do Libertador Simão Bolivar", ainda fica muita coisa.

Aqui chegou o Dr. Taumaturgo em 25 de dezembro de 1889, trazendo em sua companhia o novo chefe de polícia – Dr. José Calheiros de Melo, e o secretário do governo do Estado, Dr. Clóvis Beviláqua. Empossou-se no cargo no dia seguinte, quando então dirigiu uma proclamação ao povo do Piauí. Era um homem incrivelmente dinâmico e vinha possuído de um grande desejo de prestar serviços à sua terra. Como todo ditador, vez por outra entrava na solução de problemas que não eram de sua competência. Salva-o, entretanto, a intenção de beneficiar o Estado que, parece, sempre teve em mira.

Tudo lhe foi bem até o ressurgimento dos partidos políticos. Daí por diante um deles se lhe atravessou na garganta e lhe moveu tão feroz oposição que, já muitos meses depois de sua demissão de governador do Piauí, ainda o atrapalhava, quando o pobre homem procurava se firmar politicamente no Amazonas.

A situação financeira do Estado era a pior possível quando chegou o governador. Os cofres públicos estavam emborcados. O funcionalismo, atrasado vários meses nos seus vencimentos. Muitas dívidas por pagar. Após a queda da monarquia e a consequente desorganização dos serviços públicos, quase tudo estava por fazer de novo, e o povo profundamente desconfiado do novo regime.

Mas Taumaturgo não era homem para indecisões. Meteu mãos à obra como quem queria fazer o mais possível no mais curto espaço de tempo. Previa talvez o insucesso prematuro de sua administração. Acompanhemos-lhe o jogo nos seus lances principais.

Na primeira semana de janeiro de 1890 fez uma visita ao mercado público e encontrou-o em tal desarranjo e imundície que se irritou ao extremo de fulminar o respectivo administrador com uma demissão deprimente. Esteve depois na cadeia onde tomou as primeiras providências para a instalação de suas oficinas. Ordenou ao chefe de Polícia que empregasse os sentenciados detentos no serviço de limpeza das ruas e praças da cidade.

Na organização do serviço contra incêndios determinou até o número de badaladas que os sinos das igrejas deveriam dar para o alarme.

A premente necessidade de dinheiro fê-lo oficiar em 15 de janeiro ao Barão de Uruçuí, presidente da comissão encarregada da construção do Teatro: "Tendo de ser demorada a construção do teatro, para qual a comissão de que sois presidente recebeu da Tesouraria da Fazenda, em 17 de setembro do ano findo, a quantia de 30 contos de réis, da qual estão gastos cerca de 6 contos, e convindo que a quantia restante, em vez de ficar em cofre, sem nada render, antes vença um juro que servirá para avolumá-la; e considerando que os funcionários públicos deste Estado se acham muito atrasados em seus vencimentos, causando-me profunda dor vê-los reduzidos ao estado de pedintes e sofrendo as agruras da necessidade, vos declaro, para o vosso conhecimento e fins convenientes, que façais recolher ao Tesouro deste Estado a quantia de 20 contos de réis e dele recebereis quatro letras de cinco contos cada uma, a prazo de três, seis, nove e doze meses, e a juro de 8% ao ano".

Seus amigos e admiradores da primeira hora abriram uma subscrição para lhe oferecer um baile. Arrecadada a importância suficiente, pediram-lhe que se dignasse de marcar o dia em que queria receber a manifestação. Sua resposta merece registro. Começa agradecendo, penhorado, a delicadeza dos

manifestantes, e prossegue declarando não poder aceitar aquela significativa prova de consideração por lhe dizer a consciência nada ter feito ainda digno de merecê-la. Considerando, porém, que ao lado dos ricos, dos que vivem na abastança estão as lágrimas dos desprotegidos da sorte e dos homens, convidava-os a lançarem as vistas para os alienados seminus e famintos, sujeitos às intempéries na cadeia pública desta cidade, sem um abrigo higiênico e sem um tratamento regular, por causa das condições precárias do Estado; exortava-os a que, de acordo com os subscritores, oferecessem à Santa Casa de Misericórdia o produto colhido da subscrição, para lenitivo àqueles infelizes dignos da caridade. E terminava dizendo que se a tal accedessem ser-lhes-ia eternamente grato. Só se recusaram a aplicar o dinheiro nesse fim os Srs. Antônio Martins de Oliveira e Francisco Alves Teixeira, sendo-lhes restituída sua quota.

Em 20 de janeiro dissolve as Câmaras Municipais do Estado, substituindo-as por Conselhos de Intendência Municipal. Nomeia para compor o de Teresina os Srs. Barão de Uruçuí, capitão Mariano Gil Castelo Branco, Dr. Teodoro Alves Pacheco, Dr. Simplício Coelho de Resende, cônego Tomás de Morais Rego e capitão José Antônio de Santana. Como se vê, era realmente uma elite. Daí por diante o Dr. Taumaturgo não tem mais sossego, nem dá mais trégua ao Conselho de Intendência.

Aos 30 daquele mês oficia ao Conselho: "Mandei chamar concorrência com o prazo de 10 dias para o contrato do transporte de carnes verdes. O contrato será firmado com quem mais vantagens oferecer, obrigando-se a conduzir as reses abatidas para o consumo diário não mais pelo processo atual, primitivo e prejudicial à saúde pública, porém em carroções cobertos e com venezianas lateralmente, tendo varões de ferro e ganchos para deles ficarem suspensos os quartos de reses".

Suas vistas perscrutam as mínimas infrações dos subordinados, para puni-los. Em ofício de 1º de fevereiro ao Inspetor do Tesouro do Estado determina: "À vista da comunicação que me acaba de fazer o Dr. chefe de Polícia, multai o contratante da iluminação pública por terem sido encontrados, ontem, apagados, três lampiões, um na rua Augusta, outro na dos Negros e outro na da Glória".

Aos 5 de fevereiro recusa receber os serviços de rampa e talude confiados ao Sr. José João dos Santos, por julgá-los imperfeitos. Como o contratante alegasse que as obras tinham obedecido à orientação técnica do engenheiro Antônio de Sousa Melo Neto, Taumaturgo lhe sugeriu que recolhesse ao Tesouro do Estado a importância de cinco contos de réis e a cobrasse depois do engenheiro.

A 14 daquele mês ordena o recenseamento de Teresina. Os intendentes apresentam objeções. A resposta do governador denuncia uma certa puerilidade no apresentar solução para um caso mui complexo; vejamo-la:

"A dificuldade que apresentais para a pronta e econômica execução de uma medida de tão grande alcance como é o recenseamento da população do município da capital, não me parece, como a vós, tão insuperável. Podeis nomear dois cidadãos para cada rua da capital e estes se incumbirão do recenseamento graciosa e patrioticamente. Para fora da cidade comissionareis alguns cidadãos prestimosos que vos ministrarão os arrolamentos das populações que vivem nas proximidades de sua residência".

Cônscio de que a base econômica do Estado estaria forçosamente na exploração de seu solo e subsolo, consegue do Governo Central licença para contratar técnicos estrangeiros pela verba "Colonização", para estudarem o vale do Uruçuí, que se lhe afigura uma terra de promissão. Tem em vista situar ali um ou mais núcleos coloniais, que deverão ser povoados por nacionais e estrangeiros. Os técnicos deverão se incumbir ainda do trabalho de determinação das latitudes e longitudes de todas as cidades, vilas e povoações do Piauí, do levantamento de cartas geográficas e plantas regionais, da demarcação de terrenos destinados à colonização, da exploração e desobstrução do rio Uruçuí, além dos outros serviços.

Consegue do "Banco da Lavoura e Comércio", para o Estado, um empréstimo de 500 contos de réis. Planeja a criação de um banco em Teresina para fomentar o desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio, no Estado, mas Rui Barbosa lhe nega a licença para realizar o empreendimento.

Em 2 de abril cria mesas de renda em Teresina, Parnaíba, União, Amarante, Amarração, Porto Alegre e Colônia de S. Pedro de Alcântara (hoje Floriano). Pelo mesmo decreto cria Agências Fiscais em Repartição, Miguel Alves, S. Martinho, Sto. Antônio e Queimadas.

Solicita do Governo Central que os vapores da Companhia Brasileira toquem no porto de Amarração e se propõe construir uma estrada de ferro ligando aquela vila à cidade de Parnaíba se lhe for concedido um empréstimo de 500 contos, com uma garantia de juros de 6% sobre o capital.

Para dotar o arquivo da Secretaria do Governo do Estado com os documentos antigos concernentes à historia do Piauí, pede ao ministro do Interior que mande extrair do Arquivo Público do Rio uma cópia de todos os papéis e documentos relativos ao Piauí, como sejam, leis e alvarás especiais, relatórios e informações e, principalmente, cartas régias de demarcação ou fixação dos limites da Capitania que hoje constitui o Estado.

Mandou abrir uma avenida desde a rampa do palácio, margem do Parnaíba, até a margem do rio Poti. Autorizou a extração de 15 loterias. Reformou o compromisso da Santa Casa de Misericórdia. Criou a Guarda Republicana. Reorganizou o ensino primário e secundário do Estado. Elevou algumas vilas à categoria de cidade.

Em fins de abril, porém, recrudesce a efervescência política no Estado. Gregório Taumaturgo tem pela frente o Barão de Uruçuí que lhe move ferrenha oposição. O partido do barão conta com poderosas influências no Rio e acaba conseguindo a demissão do governador em fins de maio.

GUARDA REPUBLICANA

Uma das grandes preocupações do Dr. Taumaturgo de Azevedo, como bom militar que era, foi organizar uma força de polícia a altura de seus desejos e das necessidades do Estado. Deu os primeiros passos para concretizar o plano que já tinha em mente oficiando, aos 3 de janeiro de 1890, ao chefe de Polícia:

"Comunico-vos que resolvi nomear-vos para fazer parte da comissão composta do capitão Nelson Pereira do Nascimento, alferes João de Deus Moreira de Carvalho, Francisco de Moura Costa e Dr. Francisco de Sousa Martins para confeccionar um regulamento de reorganização da companhia policial que será denominada Guarda Republicana. Bases sobre as quais deve ser organizado o aludido regulamento: o estado efetivo da Guarda Republicana deve constar de 4 companhias, contando cada uma 50 praças de pret, comandadas por um capitão, um tenente e um alferes. Lembro-vos mais:

1º) que deveis tornar obrigatória a formação do Monte Pio para oficiais e praças, aumentando razoavelmente o respectivo soldo.

2º) que as praças dessa Guarda devem ser escolhidas exclusivamente entre os cidadãos piauienses válidos e nas condições de prestar este serviço à Pátria".

A comissão desincumbiu-se galhardamente do encargo que lhe fora confiado. Em 6 de maio era publicado o decreto nº 30:

"Gregório Taumaturgo de Azevedo, etc. etc.

Considerando que a organização da atual companhia de polícia é defeituosa e não satisfaz um regime militar necessário à defesa e integridade do território do Estado, à manutenção da ordem e fiel execução das leis;

E atendendo à conveniência do serviço público em relação ao impulsionamento material das localidades, sem grande ônus para o tesouro, decreto:

Art. 1º – Fica dissolvida a companhia policial deste Estado e criada em substituição uma Guarda Republicana.

Art. 2º – A Guarda Republicana será constituída, exclusivamente,

de piauienses, se comporá de 12 oficiais e 218 praças e compreenderá um estado maior, outro menor, uma companhia de artífices e de bombeiros e duas companhias de serviço policial.

Art. 3º – O soldo, etapa, gratificação de oficiais, inferiores e praças, e mais disposições concernentes à organização e disciplina da Guarda serão de conformidade com o regulamento que a este acompanha.

Art. 4º – O comandante será sempre da imediata confiança do Governador do Estado e escolhido, com aprovação do Governo Federal, dentre os oficiais do Exército, filhos do Piauí, em serviço na Guarnição, ou por promoção entre os oficiais da própria Guarda.

Art. 5º – Os oficiais e praças da Guarda terão direito a reforma correspondente ao soldo de sua patente ou graduação, de conformidade com o decreto nº 7, de 15 de janeiro de 1890.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

Nesse mesmo dia foi nomeado o comando da Guarda Republicana que ficou assim constituído:

Ten.-cel. Comandante – Alferes do Exército João de Deus Moreira de Carvalho, Alferes Secretário – Alonso César da Morada, Alferes Quartel Mestre – Leovigildo Roberto de Carvalho.

1ª Companhia

Capitão Avelino José de Freitas, Tenente José Gentil da Silva Moura, Alferes Augusto Firmino de Souza Martins.

2ª Companhia

Capitão Ludgero Gonçalves Dias, Tenente José Carvalho de Almeida, Alferes Foncion Caldas.

3ª Companhia

Capitão Francisco Ferreira de Carvalho, tenente Polidoro José de Araújo, Alferes José Joaquim dos Santos.

O apenso nº 2 do regulamento estatuía a tabela de vencimentos de oficiais e praças. Assim é que o ten.-cel. Comandante percebia 150$000 por mês, mais uma gratificação de 50$000; um capitão vencia 80$000, mais uma gratificação de 40$000; um tenente, 70$000, mais 30$000; um alferes, 60$000 mais 20$000; um sargento ajudante (ou mestre de música) percebia uma diária de 800 réis; um sargento, uma de 600 réis; um 2º sargento (ou um músico de 1ª classe), 500 réis; um furriel (ou um músico de 2ª classe), 400 réis; o corneteiro-mor, um cabo, um músico de 3ª classe, 300 réis, um corneteiro, 250 réis, um soldado, 200 réis.

Além do soldo, as praças percebiam uma etapa diária calculada em 600 réis na média.

Os oficiais e praças da Companhia de Artífices, quando empregados em trabalhos públicos, fora da capital, perceberiam, além das vantagens da tabela, mais uma gratificação **pro labore**, igual a terça parte do respectivo soldo, e teriam, como ajuda de custo, por cada légua de viagem por terra, 300 réis os oficiais e 100 réis os praças.

Taumaturgo era exigente para com o seu batalhão; queria-o disciplinado e adestrado como força de elite. Os oficiais tudo fizeram para contentá-lo.

Infelizmente a Guarda Republicana estava fadada a terminar os seus dias num episódio grotesco. No dia 22 de maio, ao cair da tarde, o jornal da oposição – "Democracia" fez distribuir na cidade o seguinte boletim: "Está demitido de Governador do Estado, segundo telegrama que acabamos de receber, o Sr. Dr. Gregório Taumaturgo de Azevedo. Foram reintegres nos lugares de vice-governadores os nossos ilustres amigos Drs. Joaquim Nogueira Paranaguá e Teodoro Alves Pacheco, ficando assim reparada a injustiça da demissão que sofreram, obtida pelo mesmo Sr. Dr. Gregório Taumaturgo de Azevedo. Os piauienses bendizem o Governo Provisório por este ato de justiça e alevantado patriotismo".

Enquanto circulava o boletim, grupos de oposicionistas estacionavam nas esquinas e nas praças, comentando animados o acontecimento; foguetes subiam ao ar em vários pontos da cidade; em frente à casa do Barão de Uruçuí postou-se uma banda de música e, aos poucos, ali se foi ajuntando uma grande multidão.

Os partidários do governador julgaram o boletim acima transcrito "visivelmente amotinador o insidioso". Lá pelas 9 da noite o delegado de polícia e comandante da Guarda Republicana, João de Deus Moreira de Carvalho, acompanhado do Ten. Gentil da Silva Moura, dirigiu-se à casa do chefe de Polícia, na Rua São Benedito, e pediu ordens para debelar o que ele qualificou de motim perigoso para a segurança da cidade. O Dr. José Calheiros pôs um revólver no bolso e, acompanhado de dois oficiais, dirigiu-se para a Rua Bela. Passando em frente à casa do major Antônio Gentil mandou apitar chamando os soldados. Estes acorreram logo pois já estavam de prontidão desde o anoitecer. Precedida do chefe de Polícia, a força desceu a Rua Bela e fez alto a pouca distância da casa do Barão. Foi recebida debaixo de vaias pelo povo ali estacionado. Acompanhado de dois oficiais, o Dr. Calheiros deu alguns passos em direção à porta da casa, como quem queria entender-se com alguém; foram recebidos na calçada pelo ten.-cel. Antônio Ribeiro Soares, que passou uma descomunal descompostura nos oficiais que acompanhavam o chefe de Polícia. O promotor público deu voz de prisão ao Sr. Ribeiro Soares, mas não foi atendido. Esquentando-se os ânimos, o Dr. Calheiros voltou precipitadamente

para junto da força e mandou dar uma carga de baioneta. Os soldados avançaram de armas na mão, desajeitados, pois tinham ainda pouco exercício; mas o povo abriu rapidamente para os lados e eles passaram de roldão, indo algumas baionetas espetar-se, inofensivas, nas paredes da casa do Barão. Nisso ouviram-se três tiros. O chefe de Polícia, então, ou porque já estivesse mancomunado com os "Federais" ou porque temesse um conflito de consequências fatais, mandou que a força retrocedesse e se recolhesse ao quartel, o que foi feito debaixo de intensa pateada. É para admirar a disciplina daqueles homens, que podendo dissolver pelas armas aquele motim, revidando o insulto que sofreram, não o fizeram, para cumprirem a ordem do chefe de Polícia, tão desairosa para eles naquelas circunstâncias.

Retirada a força, o Dr. Calheiros entrou, sozinho, na casa do Barão para conferenciar com os próceres do partido federal, sendo ali muito bem recebido; relaxou pessoalmente a voz de prisão ao ten.-cel. Ribeiro Soares; tudo voltou à normalidade antes das 11 da noite.

A pobre Guarda não sobreviveu muito tempo àquela carga burlesca. Foi dissolvida pouco mais de um mês depois do episódio, aos 20 de junho de 1890. Como força organizada viveu apenas 44 dias.

CRISE POLÍTICO-PARTIDÁRIA DE 1890 A 1892

O primeiro interventor da República, o Dr. Gregório Taumaturgo de Azevedo, chegou a Teresina em 25 de dezembro de 1889, tomando as rédeas do Governo no dia seguinte. O intempestivo advento da República desorganizara os partidos políticos. Na primeira hora cada qual tratou de defender a pele aderindo ao novo regime e esperando que o tempo apontasse novos rumos.

Taumaturgo iniciou o governo imparcialmente, procurando aproveitar na administração os bons elementos, sem levar em conta as anteriores convicções partidárias dos mesmos. Infelizmente, porém, como não se pode apagar num dia as prevenções partidárias que dezenas de anos imprimiram nos corações dos homens, pequeninos incidentes começaram a cavar novamente abismos entre os elementos dos antigos partidos Liberal e Conservador, aproveitados no governo Taumaturgo. Em dado momento o Governador teve de escolher um dos grupos, novamente delineados, para apoio. Inclinou-se, então, para os conservadores, passando os liberais a lhe fazer acérrima campanha.

Nessa altura dos acontecimentos os partidos se reorganizaram com denominações diferentes. Assim é que em a noite de 20 de março de 1890, na residência do capitão Honório Parentes, reúnem-se os antigos liberais com

alguns elementos do Centro Conservador e fundam o Partido Republicano Federal. Assumiu-lhe a chefia o Barão de Uruçuí. A 24 era a vez de os conservadores batizarem o velho partido com o nome novo que cheirasse mais a coisa republicana. Na noite daquele dia, nos salões da extinta Assembléia Provincial, a convite do Barão de Castelo Branco, reúnem-se os conservadores de maior representação social e política da cidade. Explicando as finalidades da reunião, falaram os Srs. Coelho de Resende, Clodoaldo Freitas, Melo Rezende, Taumaturgo Vaz, Emílio Pedreira, Raimundo Borges, H. Monteiro, João Monteiro, José Gentil e tenente Lima Verde. Dessa reunião saiu fundado o Partido Democrata e aclamado o respectivo diretório, que teve por presidente o Barão de Castelo Branco.

A surda luta política que até então se alastrava como fogo em monturo lança as primeiras labaredas na imprensa partidária. O Dr. Taumaturgo, apoiado pelo Partido Democrata, é ferozmente criticado pelo Partido Republicano Federal. Aos ataques, Taumaturgo revida, hostilizando abertamente os federalistas. Em Teresina rescinde o contrato do serviço de iluminação pública com o cidadão Simplício José da Silva, passando o serviço a ser feito administrativamente pelo Governo. Era, porém, preciso atingir gente mais categorizada. O regulamento da Santa Casa, organizado e aprovado pelo próprio governador, atribuía ao hospital o serviço ativo de dois médicos efetivos. Um deles era o Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, do diretório do Partido Republicano. Taumaturgo baixa, então, uma portaria em 5 de maio, alterando o decreto nº 25, de 22 de abril. Na portaria o governador "atendendo a que com a supressão temporária do lugar de 2º médico dá-se uma economia de cem mil réis mensais para o Estado, resolve dispensar do lugar de 2º médico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia o Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, ficando-lhe, entretanto, salvo o direito de continuar a prestar os seus serviços médicos uma vez que sejam gratuitos". É claro que uma tal determinação assinada por um adversário político só pode cheirar a perseguição, tanto mais que num quadro já reduzido de funcionários de um hospital foi precisamente ele, o médico, o dispensado por motivo de economia. Vai mais longe o Dr. Taumaturgo: destituiu dos lugares de vice-governadores os Drs. Joaquim Nogueira Paranaguá e Teodoro Alves Pacheco. A esse tempo já o governador perdia prestígio junto ao Marechal Deodoro. Tanto fizeram os federalistas que conseguiram a sua demissão em fins de maio.

Assumiu o governo, substituindo-o, aos 4 de junho, o 1º vice-governador, Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá. Com ele subia ao poder, no Estado, o Partido Republicano Federal.

As demissões não se fizeram esperar: começaram pela Mesa de Rendas de Teresina com a substituição do administrador e do escrivão.

Foram nomeados interinamente, para a Secretaria do Governo, o Dr. Teodoro Alves Pacheco e para a Chefia de Polícia o Dr. Álvaro Teixeira de Sousa Mendes.

A Guarda Republicana vai dissolvida em 30 de junho, criando-se em lugar dela um corpo de 2 Companhias com a denominação de Corpo de Segurança. À parte a supressão de uma companhia, houve apenas mudança de nome e de oficiais. Todos os oficiais da Guarda foram demitidos.

Não se esqueceu o Dr. Paranaguá de fazer também a sua reformazinha na instrução. Por ato de 20 de junho, nomeou uma comissão composta dos Srs. Augusto Colin da Silva Rios, Gabriel Luís Ferreira, Teodoro Alves Pacheco e Marcos Pereira de Araújo "para apresentar as bases para novo regulamento que tem de ser confeccionado para a instrução pública". Em agosto, já por conta desta reforma, são criadas pelo vice-governador três cadeiras superiores na capital e quatro mistas para os subúrbios Barrocão, Chapada, S. Benedito e Poti. Estas cadeiras foram preenchidas por nomeação.

Em fins de agosto chegou o novo governador, o Sr. Dr. Gabino Besouro. Trazia em sua companhia o novo secretário do Governo, o Dr. Hercílio Lupércio de Sousa. Vinham próximas as eleições para senadores e deputados. O Dr. Paranaguá havia montado, peça por peça, a máquina eleitoral governamental de modo a tornar impossível a vitória dos democratas.

Gabino aguentou a mão. As eleições se realizaram a 15 de setembro. Como se esperava, venceram em toda a linha os federalistas. Vendo a inutilidade de qualquer esforço, nalgumas partes nem se apresentaram às urnas os democratas. Comentando alguns dias depois a vitória dos federalistas, assim se expressava o órgão democrata: "Venceu o Governo e, dizendo venceu o governo, dizemos venceu a força".

O Dr. Gabino, poucos dias antes das eleições, deixara bem claro o seu propósito de empregar todos os meios de intimidar os democratas. Às vésperas das eleições, num golpe espetacular, fez calar a voz da oposição amordaçando-lhe a imprensa, num gesto tão insolente quanto arbitrário. Historiemos o fato. Dirigia o órgão do Partido Democrata o Dr. Simplício Coelho de Resende. Como era natural que assim fosse, o jornal da oposição denunciava as violências e os desacertos de Gabino no Governo. No dia 12 o Dr. Resende recebeu do governador um convite para ir ao palácio entender-se pessoalmente com ele sobre assunto de seu imediato interesse. Na manhã de 13 lá se apresentou o jornalista, atendendo ao convite do Governador. Nem foi recebido por este. Na sala de espera do palácio, por ordem de Besouro, recebeu voz de prisão do Ten. Vicente Franco e foi recolhido, imediatamente, incomunicável, de sentinela à vista, ao xadrez do quartel do 35º. O fato chocou profundamente a opinião pública. Surgiram protestos veementes de todos os lados. Até partidários de Gabino, revoltados, procuraram-no para protestar contra aquela violência descabida. Mas nem ao menos foram recebidos por ele. Enquanto isso, os partidários do Dr. Resende, infrutiferamente, empregavam os meios legais para libertar o companheiro violentado. Acabaram apelando para o Rio, e foi preciso que de lá viesse uma ordem pessoal do Marechal Deodoro para

ser posto em liberdade o jornalista, o que se realizou às três horas da tarde do dia 18. Já se haviam passado as eleições e o fim colimado por Gabino, assustar os democratas, surtira o efeito desejado.

É para lastimar que nenhum juiz de Teresina se tenha pronunciado a favor do Dr. Coelho de Resende, quando se sabe que a lei de imprensa então vigente versava no seu artigo 2º: "Cabe à imprensa o direito de análise, por mais severa que seja, sobre os atos do governo, quando tem por fim denunciar, corrigir ou evitar os erros da pública administração".

Também foi essa a última violência de Besouro. Demitido, seguiu para o Rio a 19 de outubro, substituindo-o no governo o Sr. Barão de Uruçuí, até a chegada do novo governador, o Sr. Dr. Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima. Foi Oliveira Lima quem decretou a constituição do Piauí pela resolução nº 37, de janeiro de 1891.

A 27 de abril daquele ano a Câmara de Deputados fez a sua primeira sessão preparatória na sala de sessões da antiga Assembléia Provincial. Naquela reunião o Sr. Pereira Nunes propôs que os trabalhos preparatórios da Câmara obedecessem às prescrições do Regimento da Assembléia Provincial, até que a casa aprovasse o novo Regimento. Aceita a proposta, passou ele a ocupar a presidência da Câmara por ser o mais velho. Apresentaram seus diplomas os deputados Raimundo de Carvalho Palhano, Franklin Gomes Veras, Francisco Santana Castelo Branco, Simplício de Sousa Mendes, Manoel Raimundo da Paz, Raimundo Antônio de Faria, Antônio Vasconcelos de Menezes, Benedito Canário Porto, Almiro Soares do Nascimento, José Pereira Nunes, Bertolino Alves da Rocha Filho, Antônio Rodrigues Coelho, José Ribeiro Gonçalves e Raimundo Antônio Lopes. Sobre a mesa estavam os diplomas de Antônio Holanda de Castro Freire e Lisandro Francisco Nogueira. A 2ª sessão teve lugar a 28. A 30 o Dr. Álvaro Lima leu, perante os deputados presentes, a sua mensagem, de acordo com as prescrições da Constituição decretada. Esta sessão se encerrou com a aprovação de uma proposta do deputado Vasconcelos Menezes para que o congresso, incorporado, fosse ao palácio felicitar o Dr. Álvaro "pelo tino, moderação e critério com que soube gerir os negócios do Estado na última fase do período ditatorial".

No dia 1º de maio procedeu-se à eleição da mesa do Congresso e da Comissão encarregada de dar parecer sobre o novo projeto de Constituição. A 27 a Câmara promulga a nova Constituição e elege governador do Estado o Dr. Gabriel Luís Ferreira e vice-governador o Barão de Uruçuí, cel. João da Cruz e Santos. Entrava o Piauí na fase constitucional. Por muito pouco tempo, porém.

Por ter pronunciado a favor do marechal Deodoro da Fonseca, o Dr. Gabriel Ferreira foi deposto pela oficialidade do 35º de Infantaria, a 21 de dezembro de 1891, por ordem do marechal Floriano Peixoto. O Barão

de Uruçuí se recusou a assumir o governo, alegando que só o faria se o governador renunciasse. Mas o Dr. Gabriel Ferreira repeliu todas as insinuações neste sentido. Então, tomou as rédeas do governo uma junta que se intitulou "Governo Provisório do Estado", composta do comandante do 35º, ten.-cel. João Domingos Ramos, e dos Drs. Clodoaldo Freitas, José Emídio de Carvalho, Higino Cunha e o farmacêutico José Pereira Lopes. No dia 23, à tarde, o 35º e o Corpo de Segurança, tendo à sua frente a Junta do Governo Provisório, realizou uma passeata cívica em homenagem ao marechal Floriano. O povo assistiu desconfiado e friamente aquela demonstração de força disfarçada em passeata.

Como se pode ver pelos nomes que compõem a Junta, o Partido Democrata aproveitou a confusão para introduzir uma cunha no Governo. Mas foi curta a sua ilusão. Três ou quatro dias depois de organizada dissolveu-se a Junta misteriosamente. Soube-se mais tarde o motivo por um boletim do "Piauí" do dia 20. É que o marechal Floriano, não aprovando a Junta que empolgara o Governo do Estado, ordenou por telegrama, ao comandante do 35º, que a dissolvesse e, assumindo o governo, se limitasse à manutenção da ordem e aguardasse ulteriores deliberações".

A desorientação política naqueles dias era tão grande que até velhos inimigos pensaram em unir suas forças para melhor defenderem a própria pele. Constou que os Barões de Uruçuí e Castelo Branco fizeram démarches no sentido de conjugarem forças para a formação de um partido que se chamaria Partido Constitucionalista. Isto porém não se realizou.

Aos 11 de fevereiro de 1892 o ten.-cel. João Domingos Ramos passou o governo do Estado ao novo governador chegado do Rio a 25 de janeiro, o Sr. Dr. Coriolano de Carvalho e Silva.

O Dr. Coriolano governou com o Partido Republicano Federal e fez à altura dos anteriores federalistas. Habilmente preparou a sua eleição ao cargo de governador, o que se realizou em sessão da Câmara de 13 de junho de 1892.

Guerra do Paraguai

EMBARQUE DOS CORPOS DE GUARNIÇÃO E DE POLÍCIA

A falta de telégrafo ligando Teresina ao Sul do País, a morosidade no transporte das malas do correio por água e por terra contribuíram para que não tivéssemos, logo, ciência dos gravíssimos acontecimentos que se desenrolavam no Sul, em fins de 1864: o aprisionamento do navio brasileiro *Marquês de Olinda*, em águas de Assunção, em 12 de novembro, e a invasão de Mato Grosso pelo exército paraguaio, em dezembro do mesmo ano.

Derramava-se sangue brasileiro nos campos de Dourados, patrícios nossos gemiam nos calabouços de Assunção e, a muitos milhares de quilômetros para o norte, Teresina, tranquilamente ancorada na margem do Parnaíba, de nada suspeitava. Verdade é que o exército brasileiro já se batia no Uruguai. Mas isso era tão longe, as forças uruguaias tão pequenas que, certo, não seria preciso acordar o gigante para dar cabo de tarefa tão diminuta. Não sabíamos, aqui, que Francisco Solano Lopez já havia posto em marcha, contra nós, oitenta mil homens muito bem armados e adestrados.

As primeiras notícias da guerra chegaram em Teresina em fins de janeiro de 1865. O jornal "Liga e Progresso", que aqui se publicava, exarou em sua edição de 31 de janeiro o seguinte: "*PIRATARIA*. No dia 13 de novembro último foi aprisionado pelo vapor de guerra paraguaio *TACUARI* o paquete brasileiro Marquês de Olinda, que se dirigia à Província de Mato Grosso, conduzindo o presidente e comandante das armas, o Sr. coronel Carneiro de Campos! Chamamos a atenção dos nossos leitores para o artigo que encontrarão noutro lugar deste jornal, acerca deste ato de pirataria do governo do Paraguai, que, temos fé, mui caro lhe há de custar". O artigo a que se refere a notícia é uma transcrição do Diário Oficial do Rio, de 20 de dezembro de 1864, que historia o aprisionamento do Marquês de Olinda e o estado de guerra entre o Império e a República do Paraguai.

As medidas tomadas pelo governo e pelas autoridades militares da Província convenceram o povo de que a situação era, realmente, grave.

A 13 de fevereiro foi publicado o edital da presidência abrindo o voluntariado. Logo no dia seguinte o Comandante Superior da Guarda Nacional do Município de Teresina ordenava aos comandantes dos batalhões dos outros municípios que "abrissem nos respectivos corpos um alistamento de guardas nacionais que voluntariamente se quisessem inscrever para pugnarem pela desafronta da honra do Império tão insolentemente ultrajada pelas repúblicas do Uruguai e Paraguai".

Dividiu-se a Província em zonas militares, para o serviço de intensificação do recrutamento, pois o Piauí deveria entrar, logo na primeira hora, com uma quota de 1.160 guardas nacionais conforme a portaria do Ministério da Guerra. Foram nomeados comandantes para as zonas criadas.

Mas a cidade só se convenceu realmente da dura realidade quando chegou a ordem para seguir o Corpo de Guarnição. Agora, sim, a guerra nos atingia em cheio. Com o batalhão partiram as esperanças, os anseios e os cuidados de Teresina, que já se acostumara a considerá-lo coisa sua, fazendo parte integrante da sua vida. Foi, pois, com a mais viva emoção que os teresinenses assistiram aos últimos preparativos do Corpo que ia embarcar para o Sul. A cidade em peso acompanhou comovida os exercícios de fogo, os combates simulados, as marchas forçadas do batalhão que se adestrava para a guerra.

Na véspera da partida algo de indefinível pairava sobre Teresina. A tropa dormiu aquartelada. Naquela noite em muitos lares havia lugares vazios cujos donos nunca mais voltariam a preenchê-los.

Centenas de olhos não se fecharam numa vigília de ansiedade, de incerteza, de sofrimento.

Pela madrugada já a Praça da Constituição regurgitava de povo. Ninguém queria faltar àquela despedida.

Cedo, ainda, o Batalhão, precedido de sua própria banda, abalou do quartel de linha para, antes do embarque, pedir a bênção da padroeira da cidade, N. Senhora do Amparo. No patamar da igreja foi celebrado o Santo Sacrifício da Missa, a que todos assistiram com a mais viva devoção.

Terminada a missa, o Sr. Presidente, o Dr. Franklin Dória, dirigiu a palavra aos soldados, em vibrante discurso, parabenizando-os pela honra que lhes era concedida de defenderem, no campo de batalha, a dignidade da Pátria ultrajada. Em seguida a multidão abriu ala até o porto e os soldados passaram recebendo do povo a mais delicada demonstração de simpatia, de saudade, de esperanças de um breve e feliz retorno.

No porto procedeu-se ao embarque dos soldados e do armamento. Tudo pronto, o Sr. Comandante e a oficialidade apresentaram despedidas às autoridades presentes e embarcaram. As sinetas de bordo deram o sinal de partida; imediatamente os dois vapores, o "Uruçuí" e o "Paranaguá", levantaram âncoras e, lentamente, se foram afastando da cidade. Não houve gritos: milhares de lenços tremulavam no ar, em despedida, e lágrimas de comoção rolavam nas faces de muitos espectadores.

Eram 8 horas da manhã do dia 10 de março de 1865. Para nós havia começado a guerra.

O batalhão partiu sob o comando do coronel Manoel Rolemberg de Almeida e levava um efetivo de 310 praças, 20 oficiais, entre os quais se contavam 3 médicos e 1 farmacêutico. Com o Corpo de Guarnição embarcaram 35 voluntários da Pátria, inclusive o alferes reformado de 1ª linha Clementino Luís Pereira Brasil, e 16 recrutas para o exército.

Poucos dias depois, a 11 de abril, embarcava para o mesmo destino o Corpo de Polícia, composto de 80 praças e 3 oficiais, sob o comando do ten. Manoel Hilário da Rocha.

A esse tempo Teresina já estava transformada em autêntica praça de guerra, preparando febrilmente outros embarques de tropa.

O 1º DE VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

O apelo do presidente Dória aos piauienses no sentido de se apresentarem para pegar em armas em defesa da Pátria não caiu no deserto. Até 31 de março o número de voluntários, na Província, já se elevava a 133 homens, e de todos os municípios chegavam novos oferecimentos.

Cuidou, então, S. Excia. de organizar o nosso 1º Corpo de Voluntários da Pátria. Em princípios de abril nomeou-lhe o comando, que ficou assim constituído: Comandante do Corpo – Major João Fernandes de Morais Júnior; 1ª Companhia – capitão Francisco Luís Pereira de Carvalho e Silva, 2ª – capitão Alencarliense Álvares Lima; 3ª – capitão Francisco Alves do Nascimento. Todos estes eram oficiais da Guarda Nacional que se apresentaram como voluntários para a guerra.

Este comando tomou todas as medidas militares que o caso comportava, e o fez com tal rapidez e eficiência que nos primeiros dias de maio o Corpo já estava constituído e pronto para o embarque.

A 14 de maio a cidade assistiu a belíssima cerimônia da bênção da bandeira do Batalhão, que teve lugar no adro da igreja do Amparo, depois da missa oficial. Ao ato compareceram o presidente, todo o funcionalismo público da cidade e numeroso concurso de povo. A bandeira, benzida pelo vigário Mamede, passou às mãos do Dr. Dória que a entregou ao Comandante. O Corpo estava formado em frente à matriz. Na ocasião da entrega o presidente pronunciou a seguinte oração: – "Cidadãos Voluntários da Pátria.

As bênçãos da igreja acabam de santificar esta bandeira, que em boa hora vos é destinada. Sinto-me possuído do mais ardente júbilo cabendo-me a fortuna de confiá-la à vossa guarda. Contemplai-a, porém, um momento e refleti em sua sublime significação, bem como nos deveres a que ela vos liga.

Este é o símbolo de nossa nacionalidade e de nossa união. Ainda não faz meio século que o ilustre fundador do Império, de volta do Ipiranga, outorgou-o à nossa Pátria. Se falta-lhe o prestígio da antiguidade, sobra-lhe o esplendor das glórias que nele se resumem. Compreendeis, portanto, o valor do penhor que tenho de entregar-vos. Além do culto do patriotismo, comum

a todos os brasileiros, esta bandeira reclama de vós, como soldados, uma veneração especial. Sois responsáveis por ela perante o Deus dos exércitos e perante a nação inteira. Afiança-me vossa natural bravura que a defendereis no mais duro das refregas e que o inimigo não logrará arrancá-la de vossas mãos, senão depois de vos ter arrancado a vida.

Recebei-a beneméritos guerreiros! Na República do Paraguai para onde marchareis breve, na hora terrível do combate tornar-vos-eis duplamente fortes em face desta bandeira. Através do fumo da peleja e de sibilo das balas, ela, erguida no meio de vós, será como imagem saudosa da Pátria a incitar-vos a brios, avivando-vos as ofensas inauditas que ides vingar. À influência dela abandonai com seguridade a vida e o vosso futuro, e tende fé inabalável de que havei de hasteá-la orgulhosa nas ameias de Humaitá ou nos muros de Assunção. Como o lábaro dos antigos romanos, esta bandeira propícia vos há de acompanhar e proteger. Parece-me que nela também diviso, esmaltando a cruz que a adorna, a milagrosa legenda "In hoc signo vinces!" É certo. À sombra deste estandarte sempre vencereis".

Em seguida a tropa marchou para o Palácio do Governo, em frente ao qual prestou juramento à bandeira. Depois desfilou pelas principais ruas, entusiasticamente ovacionada pelo povo.

No dia 18 o Batalhão assistiu missa na igreja do Amparo e no dia 19, às 10 horas da manhã, partiu para Parnaíba, a bordo do "Uruçuí", que rebocava duas barcas.

O embarque da força expedicionária foi solene e comovente. Ela marchou do Quartel de Linha, onde estava alojada, para o porto tendo à sua frente o Presidente da Província, acompanhado do seu ajudante de ordens, do Sr. Comandante Superior da Guarda Nacional e seu estado-maior. Ali a aguardava imensa multidão. Antes do embarque discursaram o Dr. Franklin Dória, o alferes Teodoro de Carvalho, o cadete Belarmino Castelo Branco e o farmacêutico Eugênio Marques de Holanda. Após os discursos, o presidente "convidou o comandante major João Fernandes de Morais Júnior mais oficiais a que viessem à frente do Corpo, e ali, S. Excia., à sombra da respectiva bandeira, deu em cada um abraço de despedidas, lisonjeando-os com as mais afetuosas palavras".

Até o último momento da partida o Corpo não deixou de ser vitoriado pelo povo.

Em Parnaíba a ele se incorporaram mais 50 voluntários, ali aquartelados, de maneira que o 1º de Voluntários do Piauí saiu da Província com um efetivo de 337 praças e 16 oficiais.

Assim, em apenas dois meses, o Piauí já havia mandado 817 homens para os campos de batalha do Paraguai.

O 2º DE VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

A partida do 1º de Voluntários da Pátria, em 19 de maio de 1865, não arrefeceu o entusiasmo bélico dos piauienses. Enquanto nos vários municípios a Guarda Nacional e o Exército recrutavam novos elementos, lá no extremo sul da Província, um patriota, com o seu prestígio, a sua abnegação, a sua bolsa, levantou todo um batalhão para a guerra. O fato merece da história um registro todo especial.

Foi em Parnaguá, do Piauí, e o herói de tão brilhante feito o Sr. tenente-coronel José Lustosa da Cunha.

É preciso dar a medida exata das coisas para que se possa avaliar o cometimento daquele homem. Imaginemos Parnaguá, cidade perdida no sul da Província do Piauí, vivendo de seus próprios recursos, que não deviam ser grande coisa, longe, muito longe dos centros civilizados de maior importância, quase sem comunicação com os mesmos por falta de estradas. Um dia chega àquele rincão longínquo a notícia da afronta que nos fizera o Paraguai, e do apelo angustioso da Pátria, pedindo-nos nada mais nada menos que a nossa própria vida para sacrificá-la nos campos de batalha. E o ten.-cel. Lustosa, de idade para lá de madura, se inflama.

Rico, alquebrado pelas canseiras de uma vida de grande fazendeiro numa zona difícil, poderia ter feito como muitos outros fizeram: recrutar alguns pobres matutos, moradores de seus desafetos políticos, arrancá-los à força, de sua terra, de sua gente, e enviá-los, escoltados, para Teresina. Aqui o Governo que se arranjasse como pudesse.

Não fez assim o ten.-cel. Lustosa. Catequizou. Convenceu os homens de que voluntariamente se deviam apresentar para todos os sacrifícios, inclusive o da própria vida, em favor da Pátria ameaçada. E aqueles caboclos simples e rudes, aferrados ao seu pedaço de chão, abandonam tudo: a família, a gleba nativa, a enxada de agricultor, o ferrão de vaqueiro e se apresentam. Sabem que o tenente-coronel irá também com eles, e levará seus filhos, e sobrinhos, e parentes próximos; todos partilharão as mesmas agruras e vicissitudes das grandes travessias e da luta.

Tudo pronto, despedem-se dos seus e abalam, a pé e a cavalo, para Santa Filomena, em busca do rio. Ali embarcam em frágeis balsas de buriti e num bote. Durante mais de mês descem o Parnaíba e no dia 17 de julho chegam a Teresina, depois de haverem feito uma penosa viagem de mais de 300 léguas, por terra e por água. No dia 18 fazem sua entrada solene na cidade. Eram 243 homens.

Aqui receberam reforços e treinamento de ordem unida. Em fins de julho o 2º já está constituído. Foi-lhe dado o seguinte comando: Comandante do Corpo – ten.-cel. José Lustosa da Cunha. 1ª Companhia – capitão Felisberto José Nogueira, tenente Maximiano José de Sousa, alferes Antônio Nogueira Paranaguá; 2ª Companhia – capitão Gil da Cunha Lustosa, tenente Fábio da

Cunha Lustosa, alferes Cícero Lustosa da Cunha; 3ª – capitão Belisário José da Silva Conrado, tenente Alcides César Brandão, alferes Antônio Maurício Lustosa; 4ª Companhia – capitão Cassiano José Pereira, tenente Raimundo Torres Costa, alferes José Fernandes dos Santos.

No dia 10 de agosto o 2º de Voluntários embarcou para Parnaíba, com destino à Corte, a bordo dos dois vapores e algumas barcas da Companhia de Navegação. Com o Corpo embarcou também a 1ª Companhia de Guardas Nacionais Expedicionários, sob o comando do capitão Sinfrônio Olímpio de Morais.

Foi um dia de festa pública entremeada de lágrimas e saudades.

Às sete horas da manhã estavam em frente à matriz o Corpo e a Companhia para receberem as bênçãos de Deus e de N. Senhora. Foi celebrada uma missa campal e, em seguida, o vigário Mamede benzeu a bandeira da força expedicionária. O Dr. Dória, com palavras entusiásticas, entregou-a ao ten.-cel Lustosa. No lugar do embarque ainda discursaram, animando os soldados, o Sr. Presidente, o capitão Lima e Castro e o Sr. Eugênio Marques de Holanda. Grande multidão bordava as margens do rio. Todos porfiavam em demonstrar àquele pugilo de bravos as suas simpatias. Ao meio-dia deslizaram água abaixo os dois vapores "levando corações palpitantes de amor a Pátria e que deixavam saudades aos que os admiravam".

O 2º de Voluntários recebeu em Parnaíba mais 50 soldados, de modo que ao seguir para o Rio levava um efetivo de 365 praças e 20 oficiais. A 1ª Companhia de Guardas Nacionais se constituía de 97 praças e 3 oficiais. As duas forças contavam 485 homens. Assim, de março para agosto o Piauí enviava para o Sul 1.302 combatentes.

Com esta força seguiu Jovita Alves Feitosa, rapariga de 17 anos, cearense, domiciliada em Jaicós, e que se ofereceu, em Teresina, ao presidente como voluntário da Pátria. Um caso curioso o dessa moça. Quando se apresentou trajava roupas de homem, trazia os cabelos cortados à escovinha, e assim conseguiu iludir os que a aceitaram. Acontece porém que logo depois, na casa do mercado, alguns curiosos atentaram melhor para aquele rosto e desconfiaram. O estranho voluntário foi preso e levado à delegacia de polícia. Interrogado, confessou o seu disfarce. Tais foram, porém, suas lágrimas e insistência que o Presidente, penalizado, admitiu-a como voluntário, dependendo sua incorporação, porém, da decisão do ministro da Guerra. Quando Jovita partiu com o 2º trajava farda e calça branca com um saiote vermelho; ostentava as insígnias de 2º sargento, apenas para a percepção do soldo de que precisava para seu sustento. Recebeu inúmeras manifestações de apreço por onde passaram os soldados piauienses. No Rio o general Polidoro não permitiu que Jovita acompanhasse o exército como combatente. Desgostosa, vendo partirem os seus companheiros para o teatro da luta, voltou ao Piauí em dezembro daquele ano. Sendo mal recebida por sua família, regressou ao Rio e teve fim trágico algum tempo depois.

VALOR PIAUIENSE NA GUERRA

Depois da partida do 2º Corpo de Voluntários da Pátria para a guerra muitos outros contingentes piauienses seguiram o mesmo destino, saindo todos de Teresina e demandando o Sul, ora por Parnaíba, ora por S. Luís do Maranhão. Entre eles, merece especial menção o 1º Batalhão de Guardas Nacionais, de 500 homens, que saiu em 17 de novembro de 1865, sob o comando do ten.-cel. Pacífico da Silva Castelo Branco. O último contingente seguiu em 14 de março de 1868 e era composto de 60 praças. Então, mais de três mil piauienses se batiam pela Pátria no Paraguai.

Acompanhar-lhes a ação nos campos de batalha é tarefa mui difícil, visto como nas bases avançadas do Exército os soldados do Piauí eram distribuídos por diferentes corpos e batalhões. Estes, por sua vez, dizimados na luta feroz, iam sendo reconstituídos e tomando denominações diferentes.

As pesquisas que conseguimos fazer nos fornecem mui poucos dados, o suficiente, porém, para nos orgulharmos da atuação de nossos conterrâneos.

O Corpo de Guarnição de Teresina integrou o 15º de Infantaria. O 1º de Guardas Nacionais uniu-se a um contingente do Rio Grande do Norte e constituiu o 55º de Voluntários, cabendo o comando ao piauiense tenente-coronel Pacífico da Silva Castelo Branco. O 2º de Voluntários constituiu o 39º da mesma denominação, que foi dissolvido. Seus soldados engrossaram as fileiras do 24º, que fazia parte da 4ª Divisão do Exército. Era comandante do 24º o piauiense tenente-coronel José Lustosa da Cunha. O 1º de Voluntários, com os reforços de outros Estados, formou o 36º, do 2º Corpo do Exército.

Sabemos a posição exata do 24º de Voluntários em princípios de 66 por uma carta de um soldado piauiense datada do "Acampamento do Exército junto à Alagoa Brava, em 17 de janeiro de 1866". Vale a pena transcrever-lhe uns trechos:

"Até a presente data Deus nos tem concedido saúde perfeita, e o estado sanitário do Exército é lisonjeiro. O nosso acampamento é uma grande cidade volante, cidade propriamente militar onde existe, geralmente falando, a maior cordialidade. É aqui no campo o lugar onde se pode compreender quanto vale o soldado brasileiro, cuja conduta pode servir de modelo ao soldado de qualquer nação civilizada. Poucas léguas nos separam das trincheiras paraguaias; o rio cresce consideravelmente as águas, e a esquadra já pode mover-se. Ontem o exército recebeu ordem para amolar espadas, sabres e baionetas; e este aparato que denuncia prestes o momento de ajustarmos contas com o Paraguai produziu tão grande entusiasmo no exército que descrevê-lo é impossível; porque o seu efeito é tão grande e majestoso que a expressão humana não pode classificá-lo. O 2º Corpo dessa Província depois de tomar o nº 39 foi dissolvido, unindo-se ao batalhão 24º, cuja numeração

conserva, de quem é comandante o ten.-cel. Lustosa. Eu me acho neste batalhão, o qual faz parte da 4ª Divisão do Exército. No dia 1º do corrente mês ouvimos pelas 6 horas da manhã o ribombo da artilharia de Lopez salvando no Humaitá a entrada do novo ano".

Realmente a luta sangrenta estava prestes a começar para eles. Acompanhemos-lhes os passos, tanto quanto nos é possível com as escassas referências que possuímos.

Em dez de abril daquele ano (1866) cobriu-se de glória o ten. Eudoro Emiliano de Carvalho, no sangrento combate corpo a corpo que se travou na ilha da Redenção, defronte ao forte de Itapiru, quando o inimigo, em grande força, tentou retomar a ilha e foi repelido com grandes perdas. O combate se feriu dentro da madrugada. O tenente Eudoro comandava uma companhia do Batalhão de Engenheiros, que agia sob as ordens do bravo ten.-cel. Vilagran Cabrita. Foi citado na ordem do dia: "Dito (tenente) Eudoro Emiliano de Carvalho. Dirigiu a força de engenheiros. Portou-se com bravura". Nos assaltos de 16 e 18 de junho comandou uma companhia de sapadores e abriu caminho para as forças de desembarque por entre o mortífero fogo da infantaria paraguaia. Mais tarde, já no posto de capitão, foi ferido gravemente na batalha de Lomas Valentinas. Era filho do ten.-cel. Mariano de Carvalho Castelo Branco, da vila de Barras.

Na vanguarda do general Osório saltou no Passo da Pátria, em 16 de abril, o tenente Antônio Lopes Castelo Branco e Silva Sobrinho. Seguiu logo em proteção ao piquete do general que já se batia com o inimigo nos matagais fronteiriços. Coube-lhe a arriscada tarefa de, com a sua companhia, explorar uma ponta de mata onde se supunha emboscado o inimigo. De fato assim era. Durante toda a manhã o tenente Antônio Lopes tiroteou furiosamente com os paraguaios, contendo-os nas suas posições.

Quando foi rendido só lhe restavam poucos soldados. Foi citado na ordem do dia por ter "praticado atos de bravura, dirigindo na melhor ordem e com inteligência a sua companhia nas linhas de atiradores". Mais tarde foi incumbido da instrução de diversos batalhões de voluntários. Morreu na batalha de Lomas Valentinas, já no posto de capitão. Era filho do major Liberato Lopes e Silva, de Teresina.

Aos piauienses do 24º de Voluntários coube uma atuação destacada na sangrenta batalha de *Tuiuti*, em 24 de maio de 1866. A ação principiou às 11:30 da manhã no fundo do Potrero Pires. Àquela hora a brigada ligeira de cavalaria do general Sousa Neto ali se achava tranquilamente dando pasto à cavalhada quando foi inopinadamente acometida, em grande força, pelo inimigo, que avançou acobertado pela mata. A cavalaria paraguaia atacante trazia à garupa contingentes de infantaria que foram atirados imediatamente à ação sobre os nossos cavaleiros apeados. Era grande a confusão nas hostes

brasileiras, com os soldados da Brigada procurando montar, desordenadamente, já sob a pontaria certeira dos infantes inimigos, quando veio em seu socorro o 24º de Voluntários. Era comandado naquele momento pelo major João Antônio de Oliveira Valporto. O batalhão não se intimidou com a superioridade do adversário. Estendeu-se em linha de atiradores e abriu um fogo mortífero sobre as massas paraguaias que já prelibavam um triunfo certo naquele setor da batalha. Enraivecidos, os paraguaios concentraram o ataque sobre o batalhão suicida e o teriam liquidado se não fosse a pronta intervenção do 1º de Voluntários, que estava à direita, sob o comando do ten.-cel. Caetano Gonçalves da Silva. Já então a batalha rugia furiosa numa frente de vários quilômetros de extensão, com a entrada em cena de poderosas forças de ambos os lados. Terminou às 5 da tarde com a vitória dos brasileiros, mas o 24º havia sofrido pesadas baixas. Entre os mortos contava-se o jovem Alceu José da Silva Conrado, de Teresina. Saíram gravemente feridos o capitão Gil da Cunha Lustosa, o tenente Maurício Antunes de Carvalho e o alferes Antônio Nogueira Paranaguá. Foi também ferido neste combate o tenente André Monteiro da Cunha. Pertencia, no momento, ao 1º de Voluntários, que socorreu o 24º. O 24º tomou parte nos reconhecimentos que se fizeram nas defesas de Curuzu, nos dias 16 e 18 de julho. Esteve então comandado pelo tenente-coronel José Lustosa da Cunha. Foi quase aniquilado naqueles combates. Dos 242 piauienses do batalhão restaram apenas 60 homens. Entre os oficiais feridos contaram-se o capitão Fábio da Cunha Lustosa e o tenente José Messias de Araújo. Foi citado por ato de bravura naqueles dias o capitão Anfrísio Fialho, comandante de Companhia.

No combate de 2 de setembro distinguiu-se o tenente Raimundo Pereira de Carvalho, do 36º de Voluntários. Em a noite daquele dia, comandando o 7º pelotão, manteve os paraguaios à distância, protegendo os nossos sapadores que construíam uma trincheira de vital importância, nas proximidades do inimigo. No dia seguinte tomou parte no assalto a Curuzu.

Em 22 de setembro, na batalha de Curupaiti, foi mortalmente ferido o capitão Francisco Luís Pereira de Carvalho e Silva. Em consequência dos ferimentos recebidos, veio a falecer a 7 de outubro, no Hospital de Corrientes, deixando viúva e filhos em Barras. Era natural de Oeiras.

No ataque ao entrincheiramento de "Sauce", próximo a Curuzu, a 21 de março de 1868, comandando uma Companhia do 34º de Voluntários, caiu morto o capitão Canuto José da Paz, natural de Campo Maior. Partiu para a guerra da vila de Barras, como 1º sargento, e contava 25 anos quando morreu.

Na batalha de Lomas Valentinas morreram os capitães Antônio Lopes Castelo Branco Sobrinho, já citado, e Belisário de Carvalho, e saíram gravemente feridos os capitães Eudoro Emiliano de Carvalho, Antônio de Sousa Rego Caioba e o tenente João Lustosa da Cunha. Este último servia de ajudante de ordens ao general Argolo Ferrão quando o velho cabo de guerra foi ferido em Itororó. Foi promovido a capitão por atos de bravura.

O capitão Lisandro Francisco Nogueira fez toda a guerra e foi citado várias vezes por atos de bravura.

O capitão Pedro José de Moura Leal daqui seguiu com o 1º de Voluntários, no posto de alferes. Pertencia ao 34º quando foi ferido, em 3 de setembro, em Curuzu. Participou do reconhecimento às defesas externas de Humaitá, em 16 de julho. A 22 de novembro embarcou para o Chaco. Com a dissolução do 34º em 23 de dezembro de 1868 passou a pertencer ao 1º de Infantaria. Tomou parte nos reconhecimentos de Ascura e Cerro-Leon. Passou depois para o 2º Corpo de Exército. Distinguiu-se no combate de Cerro-Corá, em 1º de março de 1870, sendo citado na ordem do dia. Assistiu à morte de Solano Lopez.

Muitos outros heróis piauienses da guerra do Paraguai ficarão ainda no olvido, até que novas pesquisas nos revelem seus nomes e feitos memoráveis.

PROBLEMAS DE GUERRA

Os gravíssimos problemas criados pela guerra absorveram as atenções do Governo da Província.

É preciso fazer justiça àqueles homens, tirá-los do olvido a que a nossa incúria os deixou durante tantos anos, mostrando aos presentes como era que se governava, em época de crise, no tempo do Império, quando os governantes ainda não lutavam, como os atuais, com este excesso parasitário de funcionalismo, que drena inutilmente as rendas públicas.

Jogando com uma receita que não ia além de duzentos contos de réis por ano, o presidente Dória fez prodígios com este dinheiro. Podemos imaginar muito bem como deviam pesar nos cofres públicos o intenso serviço de recrutamento, o transporte das tropas recrutadas para a capital, a manutenção destas tropas em período de preparação, o problema do fardamento dos soldados. Tudo saiu dos cofres da Província, pois, na primeira hora, o governo imperial só deu ordens. E elas foram cumpridas, prontamente, sem reclamações nem choradeiras. Dória fez mais: cada contingente que embarcou recebeu adiantado, integralmente, o soldo de um mês; com isto os soldados ocorreram às mais urgentes necessidades de suas famílias, que ficavam.

Pois este governo assim tão assoberbado ainda achava dinheiro para pagar em dia o funcionalismo; para cuidar da instrução pública; para combater o surto de varíola que assolava a Província; para conservar os prédios públicos; para iniciar a construção da Igreja das Dores.

Vendo tanta abnegação, tanto patriotismo, tanta honestidade, o povo se dispôs a prestar ao governo toda a colaboração que estava ao seu alcance. Historiemos alguns fatos.

A partida para a guerra de muitos pais e arrimos de famílias pobres desequilibrou a situação financeira, já de si precaríssima, destas mesmas famílias, levando muitas delas à beira da miséria e da fome. Os soldos, pagos pelo governo imperial, não chegavam com regularidade. Isto se justifica. Atacado de surpresa, o país não dispunha, na primeira hora, de órgãos competentes para controlar certos serviços que só a continuação da guerra iria aperfeiçoar.

Nessa conjuntura, o povo de Teresina não cruzou os braços confiando inteiramente ao governo a solução de todos os problemas.

No dia 27 de abril de 1865 fundou-se, na cidade, uma Sociedade Beneficente intitulada "Socorro às Famílias dos Voluntários". Era uma espécie de Legião Brasileira de Assistência, no espírito em que esta última foi criada.

Propunha-se a "proporcionar às famílias dos piauienses que se alistaram voluntários da Pátria um seguro meio de subsistência garantindo-lhes o pão cotidiano". A comissão central ficou constituída de: Presidente - Major José de Araújo Costa; Secretário – Capitão Raimundo Teotônio da Morada; Tesoureiro – Antônio Gomes de Carvalho. Organizou-se uma comissão encarregada de agenciar assinaturas com os seguintes nomes: Comandante Superior Tomás de Aquino Osório, Ten.-cel. Firmino Alves dos Santos, Vigário Mamede Antônio de Lima. O exemplo de Teresina se irradiou por toda a Província, sendo criadas sociedades semelhantes em várias cidades do interior.

As oficinas de alfaiate não puderam dar conta das centenas de peças para o fardamento da soldadesca. Então, as mais ilustres damas de Teresina vieram em auxílio do governo, costurando, gratuitamente, todas as camisas dos soldados. Citemos alguns nomes: Da. Vitalina Cândida de Lima e Castro, Da. Maria José da Silva Osório, Da. Maria Henriqueta V. de Noronha, Da. Teresa Carolina de S. Freitas, Da. Úrsula Maria de Abreu, Da. Lavínia Eustáquio de Morais, Da. Santídia de Lima e Almeida e outras.

A partida dos Corpos de Guarnição e de Polícia deixou a cidade inteiramente despoliciada. Uns poucos soldados da Guarda Nacional apenas chegavam para o serviço da cidade e dos quartéis. Então organizou-se em Teresina uma coisa singular: um corpo de polícia inteiramente voluntário e gratuito, composto de cidadãos de todas as classes sociais. Eram 80 pais de família e rapazes que sacrificaram o seu bem-estar para que os outros tivessem proteção, principalmente na calada da noite. Obedeciam ao comando do tenente Antônio Alves de Almeida e prestaram serviços desde 18 de março até 23 de agosto, quando foi criada a nova companhia de polícia. Nunca a cidade esteve tão bem guardada como naqueles dias. O povo de tal sorte se

empenhou na guarda e segurança coletivas que todos se sentiam responsáveis por esta segurança. Um fato que passo a narrar muito bem salienta o espírito policial de que estavam possuídos todos os teresinenses.

Em 21 de junho dois presos saíram da cadeia acompanhados de dois guardas nacionais, para o serviço a que eram destinados nesse dia. Às 6 1/2 da tarde, quando deviam ser recolhidos, pediram aos guardas que lhes permitissem falar a uma sua parenta que morava para as partes do Barrocão. Os guardas accederam. Quando chegaram às últimas casas do bairro, investiram, inopinadamente, sobre os soldados, tomando-lhes as baionetas de que estavam armados, e trataram de fugir. Aflitos, os guardas gritaram pedindo socorro. Imediatamente acorreram ao local vários populares e iniciaram uma perseguição em regra aos fugitivos. Vendo-se acossados, os presos se entrincheiraram atrás de uns paus e reagiram a pedradas. Travou-se, então, dentro da noite, uma verdadeira batalha de pedras entre atacantes e atacados, que só terminou quando um dos fugitivos caiu morto com a cabeça esmagada por uma pedrada, e o outro, de braços erguidos, se entregava sem mais resistência.

FESTAS DA VITÓRIA

Na tarde de 11 de abril de 1868 chegou a Teresina, vindo de Caxias, o capitão Benjamim Teixeira, com a alvissareira notícia de que o Duque de Caxias, à frente das forças brasileiras, havia entrado em Assunção, a capital do inimigo. Para o povo, que de há muito ansiava pelo fim da guerra, aquilo significava a vitória completa das armas brasileiras.

A notícia se espalhou, rapidamente, pela cidade e quando, uma hora depois da chegada do capitão, o estafeta trazia a sua confirmação, pelo correio, já os céus de Teresina atroavam num foguetório verdadeiramente espetacular.

Ao cair da tarde o Palácio do Governo se iluminou todo. Diante dele uma grande massa popular se concentrou, vibrando de entusiasmo. Às 7 horas a multidão se deslocou em passeata para a casa do chefe de Polícia. Dali seguiu para a casa do juiz de Direito, Dr. Cândido Gil Castelo Branco. De lá rumou para a igreja do Amparo. Nisso começou a cair uma grande chuva e todos procuraram abrigo no templo venerando. Enquanto se esperava que o tempo melhorasse, vários oradores se fizeram ouvir dentro da igreja. Como o temporal não amainasse, a multidão resolveu prosseguir com a passeata. Abalou da igreja para o Quartel de Linha; dentro da noite chuvosa e escura só se ouviam os brados e os vivas dos homens em movimento; a música de há muito silenciara, pois lhe faltavam o bombo e a caixa, que marcam o compasso. Já depois da meia-noite, sempre debaixo de chuva, o povo se dispersou em frente à casa do cel. Firmino Santos.

No dia seguinte houve representação teatral no "Sta. Teresa". Foram levados à cena o drama "Fernão Teles" e a comédia "Roda Viva". As bandas dos Educandos e do 27º Batalhão de Guardas Nacionais tocaram o hino nacional.

A 10 de maio outra passeata, maior e mais entusiástica, percorreu novamente as ruas da cidade. Naquele dia, comemorando a vitória, repicaram festivamente os sinos do Amparo, de 4 às 6 da tarde. Às 6 horas o vapor "Paranaguá", surto no porto, salvou com três tiros de peça.

Mas tudo fora rebate falso. A vitória completa ainda nos custaria dois longos anos de luta sangrenta. Veio por fim no ano de 70. E Teresina festejou-a condignamente.

As comemorações começaram no dia 20 de março com uma grande concentração em frente ao Palácio e uma passeata. No dia 21, nova concentração, agora em frente à igreja do Amparo. Discursos, vivas, recitativos, foguetes e outra passeata às 7 da noite. No dia 22 os oficiais da Guarda Nacional promoveram uma recepção no Quartel de Linha. A 23 teve lugar a Sessão Magna da Câmara Municipal, às 4:30 da tarde, sob a presidência do Sr. Manoel Joaquim de Abreu. Nova passeata.

Para o dia 24 estava reservado um número todo especial: a passeata das senhoras. Dois dias antes foram distribuídos boletins convidando-as para uma grande concentração em frente à Assembléia, às 5 da tarde daquele dia. E assim se fez. Àquela hora, umas duas centenas de senhoras, todas vestidas de branco e ostentando faixas verde-amarelo, se concentravam no local convencionado. À chegada do Presidente da Província, saudou-o a Exma. Sra. D. Raimunda Emília César e Paiva com as seguintes palavras:

"Sr. Presidente. – Intérprete dos sentimentos dos piauienses, viemos felicitar S. Majestade o Imperador, Sua Augusta Família e seu Governo, representados por V. Excia. como seu delegado, pelo triunfo alcançado pelas armas brasileiras contra o governo da República do Paraguai. Ao coração feminil, Exmo. Sr., também são acessíveis os sentimentos patrióticos que nobilitam os cavalheiros, que nos campos de batalha souberam pugnar pela dignidade e honra de seu país; e se não os podemos imitar no ardor da peleja, sabemos entretanto conservar, no íntimo dalma, um voto de gratidão pelos seus heróicos feitos. Assim, Sr. Presidente, esperamos que V. Excia. se dignará aceitar, em nome de S. Majestade Imperial, as manifestações do nosso sincero júbilo pelo triunfo das armas brasileiras em desafronta da honra e brios nacionais e os nossos mais ardentes votos pela paz e felicidade deste belo país".

O Presidente, emocionado, agradeceu a manifestação e exaltou o ardor patriótico das damas teresinenses. Ainda falou o jornalista Davi Moreira Caldas. Em seguida, uma passeata percorreu as ruas da Glória, Barroso, Grande, Bela e Palma, recolhendo-se ao paço da Assembléia às 8 da noite. Após

dançarem duas quadrilhas ali, todas as senhoras se retiraram para a residência do Cel. João do Rêgo Monteiro, que as recepcionou com muita distinção, prolongando-se as danças até as 2 da manhã.

Nos dias 22 e 26, na Igreja do Amparo, o Pe. Mamede celebrou missas pelas almas dos piauienses mortos em combate: uma a pedido dos promotores da passeata do dia 21 e a outra a pedido dos estudantes do Liceu Piauiense.

A 26 a Câmara Municipal solicitou a colaboração dos redatores dos jornais para a programação dos festejos que se realizariam por ocasião da chegada, a Teresina, do contingente de piauienses que voltavam dos campos de batalha.

VOLTA DOS HERÓIS

No dia 18 de junho de 1870 entrou na Guanabara, procedente de Sta. Catarina, o transporte "Izabel", conduzindo a bordo o batalhão 50, cognominado "Piauí". Era composto de voluntários de várias Províncias do Norte, na maioria piauienses, e trazia um efetivo de 53 oficiais e 708 praças. Comandava-o o ten.-cel. Joaquim Cavalcante de Albuquerque Belo.

O Batalhão desembarcou no Arsenal da Marinha às 2:30 da tarde do dia seguinte. Aguardava-o, àquela hora, entusiástica multidão, em meio a qual se destacava a veneranda pessoa do Imperador. Formada a unidade em continência, D. Pedro II avançou alguns passos e abraçou o comandante Albuquerque, dirigindo-lhe e aos soldados as seguintes palavras:

"Sr. Comandante.

Aceitai este abraço para vós e vossos camaradas. A glória coroou vosso heroísmo. Vinde receber as aclamações de vossos compatriotas".

Quando Sua Majestade se calou, explodiu uma ovação demorada e calorosa.

Tomou então a palavra o Sr. conselheiro Paranaguá que, dirigindo-se aos bravos piauienses, assim falou:

"Voluntários piauienses.

Fostes dos primeiros a acudir ao reclamo da Pátria ultrajada e, depois de tê-la vingado nobremente, sois dos últimos a recolher-vos aos vossos lares. Sede bem-vindos. A nação, e com especialidade a nossa bela Província, têm razão sobeja para orgulhar-se de ver restituídos ao seu seio os poucos piauienses que, reunidos a outros voluntários da Pátria, fazem a sua entrada solene sob o comando do denodado ten.-cel. Albuquerque Belo. A Província do Piauí,

que concorreu com mais de três mil homens para a guerra, reconhece neste punhado de bravos os restos gloriosos dos batalhões que formara. Sede bem-vindos. O Brasil estremecido vos acolhe no amplexo expressivo do Imperador. E se a gratidão nacional pudesse graduar-se, os últimos seriam os primeiros".

Duas coroas foram, então, oferecidas aos voluntários piauienses por seus comprovincianos do Rio. Uma delas foi atada no topo da bandeira do Corpo por S. Majestade o Imperador e a outra por S. Alteza Real o Sr. Conde D' Eu.

Retiradas as autoridades, ouviram-se as vozes de comando dos oficiais, e o Batalhão iniciou o seu desfile triunfal. Passou na Praça Pedro II, em continência ao Imperador, e prosseguiu pelas ruas principais da cidade, sempre vitoriado e aplaudido pelo povo. Acompanhavam-no, a pé, o Sr. conselheiro Paranaguá, os Srs. deputados desembargador Sales e Coelho Rodrigues, o Sr. Dr. Gil Castelo Branco, o Dr. Pires Ferreira, o Sr. major Eudoro de Carvalho e muitos outros piauienses distintos aos quais estavam reunidos, por convite que lhes fora feito, o Sr. Conselheiro Saraiva e o Sr. Dr. Franklin Dória.

Em fins de agosto, Teresina teve a notícia oficial da próxima chegada dos nossos voluntários por uma portaria da Presidência, datada de 23 daquele mês, e dirigida à Câmara Municipal solicitando-lhe que programasse os festejos de recepção aos mesmos. Em obediência à determinação da Presidência, a Câmara publicou, no dia seguinte, o seu edital anunciando ao povo, entre outras coisas, que, na chegada dos heróis, haveria uma grande passeata cívica e seria cantado um *Te-Deum* de Ação de Graças. Pedia também ao comércio que fechasse suas portas naquele dia, e às famílias que iluminassem a frente de suas residências por três noites consecutivas, a partir do dia da recepção.

As instruções oficiais quase que ficaram apenas no papel quando se soube em Teresina que comandava o contingente o capitão João Lustosa da Cunha. Autêntico herói, ferido em combate várias vezes, o capitão Lustosa era portador de uma pecha imperdoável ao mesquinho partidarismo dos governantes da Província: era sobrinho do conselheiro Paranaguá, liberal, e o governo estava nas mãos dos conservadores.

Vejamos o que aconteceu. No dia 13 de setembro de 1870 o vapor "Piauí" que transportava o contingente encostou no porto da rampa da cidade às 8 horas da manhã. Poucas pessoas para recebê-lo. A sabotagem era patente. Por que o Governo guardara tão ciosamente a notícia da chegada dos heróis e só a comunicara ao povo quase que à última hora? Por que o vapor tivera tanta pressa e viajara toda a noite para encostar de madrugada? E por que as peças postadas na Praça Aquidabã não deram os três tiros de aviso, conforme fora combinado?

O capitão Lustosa desembarcou os seus homens e ficou aguardando os acontecimentos. O povo foi chegando logo, mas o Sr. Presidente só se dignou de comparecer ao porto às 8 horas.

O contingente se compunha de 8 oficiais, 3 cadetes, 140 praças de pret. Além desses bravos, vieram mais dois soldados inválidos e um tenente. Saltaram também 26 paraguaias e 20 menores, também paraguaios.

Apresentadas as boas-vindas, as autoridades se retiraram para o Palácio. Então o batalhão iniciou o desfile. Em frente ao Palácio prestou novas continências ao Presidente. Ali falaram saudando os nossos soldados o Sr. Dr. Manoel José Espínola Júnior, o chefe de Polícia, o Dr. Newton Burlamaqui, o Sr. Renato Pereira de Carvalho e o Sr. Davi Caldas. Daí por diante o povo tomou conta da festa.

À noite uma passeata monstro percorreu as ruas da cidade profusamente iluminadas, tanto quanto era possível fazer naquela época. Por três dias o regozijo popular se fez sentir em todos os quadrantes de Teresina.

Às 10 da manhã do dia 5, na igreja do Amparo, foi cantado solene Te Deum. Naquela ocasião o Sr. Deolindo Mendes da Silva pronunciou um belíssimo discurso, que a todos empolgou. Foi eloquentíssima a peroração quando o Dr. Deolindo, rematando, disse que aqueles heróis, em memória de seus feitos gloriosos, exigiam do Governo e do povo a libertação de muitos escravos.

O Presidente tomou então das mãos do capitão Lustosa a bandeira do Corpo e a depositou sobre o altar-mor da igreja matriz.

No dia 10 o contingente foi dissolvido. O capitão e mais alguns oficiais, deixados de lado, nem foram convidados para ficar adidos ao depósito provisório de 1ª linha, como era de esperar que se fizesse, por delicadeza, a homens tão cheios de merecimentos. A 15 ele embarcou para S. Luís com 38 praças. Não havia no porto nem ao menos o ajudante de ordens da Presidência para lhe apresentar os agradecimentos e as despedidas do Governo da Província.

35º Batalhão de Infantaria

CAMPANHA FEDERALISTA

Sempre os quartéis exerceram uma grande influência na vida da cidade. Explica-se: recrutando rapazes de diferentes categorias sociais, rara é a família que não tem os olhos e o coração voltados para eles, ora acompanhando-lhes com interesse os sofrimentos e incomodidades da preparação física nas garras de sargentos que se deliciam "amolgando a paisanada", ora vivendo com eles o drama sempre renovado da leitura dos boletins diários, umas vezes aplaudindo-os garbosos nas paradas, outras vezes rindo a bom rir das patuscadas extra-regulamentares em que sói ser fértil a vida da caserna. Teresina sempre teve predileção pelos seus soldados.

Entre os batalhões queridos da cidade merece especial menção o 35º de Infantaria. Organizado em princípios de janeiro de 1890, já no dia 28 daquele mês e ano fazia manobras, no Campo de Marte, perante o governador Taumaturgo de Azevedo.

Seu primeiro comandante, o Sr. ten.-cel. Joaquim Manoel de Medeiros, assumindo-lhe o comando aos 23 de agosto, não poupou esforços para prover o batalhão dos requisitos técnicos indispensáveis à vida normal de uma força combatente.

O primeiro problema a ser resolvido foi o do hospital. Urgia instalar a enfermaria em prédio à parte. Para esse fim foi contratado o edifício de propriedade do Barão de Gurguéia, sito à Praça Saraiva. Feitas as adaptações indispensáveis, o Hospital Militar foi solenemente inaugurado aos 30 de agosto e entregue aos cuidados médicos do Dr. Joaquim Antônio da Cruz.

Faltava agora um stand de tiro para o batalhão. Em novembro do ano seguinte apareceu na "Gazeta do Comércio" o seguinte ofício do comandante do 35º:

"Comando do 35º Batalhão de Infantaria, quartel em Teresina, 1º de outubro de 1891. À ilustrada "Gazeta do Comércio": – Peço se digne prevenir o público pela gazetilha no sentido de evitar qualquer mal que, do dia 16 de novembro vindouro, terão começo os exercícios de tiro ao alvo, das 6 às 8 da manhã, cuja linha de tiro estabeleceu-se a três quilômetros, mais ou menos, desta capital, cortando horizontalmente as duas estradas que conduzem ao Poti Velho, na direção da Lagoa das Pedras; tendo lugar a inauguração da mencionada linha no dia 15, às 4 horas da tarde. – Sou com toda consideração – Respeitador atencioso e criado. – Ten.-cel. João Domingos Ramos".

Tudo se realizou no dia e hora anunciados neste ofício. Estava criado o Stand de Tiro da Força Federal.

Enquanto estas coisas se passavam em Teresina, nuvens negras de borrasca se acumulavam nos horizontes políticos da Pátria. No sul a revolução federalista ensanguentava o solo riograndense. Em setembro de 1892 rebenta a revolução da armada, chefiada por Custódio de Melo. Em poucos meses a luta se estende aos Estados do sul. Governistas e rebelados, brasileiros se defrontam com brasileiros nos campos de batalha; cada facção combate com heroísmo, julgando servir os supremos interesses da Pátria ameaçada.

Os piauienses são também chamados ao campo da luta para pugnarem pelo Governo contra os revolucionários. O 35º embarca para o sul na manhã do dia 5 de março de 1893. Há muita gente no porto na hora da partida; muita emoção, muitas lágrimas acompanham a despedida dos soldados que, rumo a Parnaíba, descem o rio nos vapores "Amarante", "Piauí" e "Paranaguá". A força expedicionária obedece ao comando do ten.-cel. Filomeno Cunha.

No sul a marcha do 35º é uma odisséia. Palmilha extensas regiões do Paraná e do Rio Grande do Sul lutando contra os rebeldes, ora vitorioso, ora derrotado, sempre sacrificado no seu efetivo com as crescentes perdas em mortos, feridos e desaparecidos. A inclemência do clima também faz a sua colheita macabra nas hostes piauienses.

Ainda possuímos alguns dados escassos sobre a atuação do 35º naquela campanha. Em novembro de 1893 vamos encontrá-lo combatendo na "Serra do Pinhal". Uma ordem do dia 29 daquele mês e ano diz o seguinte: "Em marcha para o Pinhal encontramos no lugar denominado "Francisco Celso" uma força inimiga que, de dentro da mata, fortemente cerrada, fez-nos fogo ao passarmos em uma acanhada picada por onde apenas podiam passar as praças, de duas a duas; travou-se então com ela forte tiroteio, por espaço de 2 1/2 horas, perdendo o contingente de infantaria do 35º Batalhão de Infantaria um corneteiro atravessado por uma bala no pescoço e um anspeçada do mesmo corpo ferido gravemente por uma bala no peito..."

No dia seguinte, a vanguarda destas forças, constituída por praças do 28º de Infantaria, se viu cercada e em perigo de imediato aniquilamento. Foi o 35º que abriu o cerco salvando os seus camaradas, mas sofrendo sensíveis baixas. A 31, crescendo a superioridade do inimigo e não havendo possibilidade de receber reforços, o 35º se retira para a vila de Santa Cruz.

Aos 6 de abril de 1894 o 35º está defendendo o porto da cidade do Rio Grande, assaltada por poderosas forças de desembarque dos rebeldes. Durante três horas luta com denodo para contê-las na zona do porto e só abandona a posição quando se vê na iminência de um cerco inevitável. É nessa ocasião que se dá o fato que enche de horror e ódio os soldados piauienses em retirada. Comandando a retaguarda do batalhão, o cadete Elesbão é aprisionado e degolado à vista de seus companheiros, que nada podem fazer

para salvá-lo. O 35º retirou-se em ordem para um entrincheiramento que havia a poucos quilômetros da cidade. Ali o vai buscar o inimigo ao cair da tarde e a noite entra sulcada de fortes tiroteios. Pela madrugada chegam reforços. Os federalistas são repelidos e a cidade vai retomada na manhã seguinte.

Em fins de 1894 foi inteiramente debelada a revolução, mas o 35º só volta ao Piauí em 1896. Chegou a Teresina aos 2 de março daquele ano, sendo alvo de carinhosa e espetacular recepção.

Pouco tempo, porém, lhe seria concedido para refazer suas perdas. Alguns meses depois vamos encontrá-lo novamente em marcha, e desta vez para Canudos.

CAMPANHA DE CANUDOS

Mal cessara no sul a tormenta federalista, eis que ventos maus de revolta começam a soprar no Nordeste. No sertão da Bahia, Antônio Conselheiro, à frente de seus fanáticos, enfrenta as forças do Governo desbaratando-lhes três expedições, a última das quais mui poderosa em homens e material bélico. Este desastre repercutiu como chicotada na face da nação.

A propósito, o escrevia o jornal "República", de Teresina, em sua edição de 9 de março de 1897, o seguinte: "Uma grande e trágica catástrofe acaba de enlutar a República, vibrando em todos os corações genuinamente brasileiros com a pungente intensidade das desgraças consumadas e irreparáveis.

Os jagunços da Bahia, comandados pelo fanático Antônio Conselheiro e assalariados pelos implacáveis inimigos das instituições pátrias, alcançaram pela surpresa e pela traição o aniquilamento das forças militares que operavam em Canudos, sob a direção do glorioso Coronel Moreira César.

Sabe-se, por telegrama oficial, que este bravo e intemerato militar, tendo penetrado no antro dos bandidos à frente de seus valentes soldados, sucumbiu no dia 3 deste mês, após sanguinolenta luta. O desastre foi completo.

Além do chefe, faleceram também o coronel Tamarindo, capitães Bahia, Vilarinho e Salomão, o tenente Pires Ferreira e os alferes de Polícia Coelho, Olímpio, Tavares, Trajano, Cosme Reis e outros, subindo o número de soldados mortos a mais de duzentos.

Perderam-se igualmente as munições de infantaria e quatro canhões. O pavor apoderou-se então do resto da força, que se retirou para Queimadas.

A invencibilidade do inimigo que, de princípio, se supunha incapaz e bronco, se impõe pelo pavor que infunde às populações circunvizinhas num raio de muitas centenas de quilômetros. Até Teresina se apavora temendo uma invasão do Estado pelo sul por parte dos fanáticos. É o que se pode depreender de um tópico do referido jornal que transcrevo: "Consta-nos que o brioso Batalhão 35º já recebeu ordens superiores para seguir, mas acreditamos que não se realizará a sua partida, atenta a circunstância especialíssima de ser o Piauí limítrofe com a Bahia, necessitando por isso de forças que o protejam na eventualidade de uma possível invasão".

Pois foi neste ambiente de incerteza, de estupor e de temor generalizado que o bravo 35º de infantaria recebeu ordem de marchar para Canudos.

Como o efetivo de batalhão estivesse incompleto e não houvesse tempo de abrir o voluntariado, o governador do Estado, Dr. Raimundo Artur de Vasconcelos, comunicou ao comandante da Polícia que se houvesse algum policial que, voluntariamente, se quisesse incorporar ao 35º poderia fazê-lo. Isso se passava na véspera do embarque. Durante toda a noite dezenas de bravos policiais se apresentaram no quartel de linha para verificar praça no exército e seguir para a Bahia. Este gesto de nossos policiais mereceu um especial agradecimento do ministro da Guerra, exarado no seguinte despacho telegráfico transmitido ao governador do Piauí: "Ciente partida 35º. Ministro e eu agradecemos o contingente com que o corpo militar da polícia concorreu; e do vosso patriotismo e amor à República esperamos continueis a auxiliar-nos a preencher os claros do glorioso exército a que também pertenceis. Saudações. General Costallat, ajudante general".

No dia 15 de maio pela manhã, entre choros e aclamações, embarcou o 35º em dois vapores com destino a Parnaíba. De lá, em três pequenos transportes, rumou para Pernambuco. Seguiu sob o comando do major Olegário Sampaio. Levava um efetivo de 480 praças e 17 oficiais. Eram eles os tenentes Dr. Jacó Almendra de Sousa Gaioso, médico, Cícero Ramos, Raimundo Furtado de Almeida, Jeremias Pereira de Oliveira, Raimundo Dias de Freitas, Antônio Dias, João de Deus Moreira de Carvalho, tenente Reis e os alferes José Narcísio da Silva Ramos, João Francisco de Aquino, Antônio José Vilanova, Artur Leone, Álvaro Furtado, José Raimundo de Morais, Estevão Chaves, Félix Campos e José Rufino da Rocha.

A 1º de abril o batalhão desembarcou e aquartelou em Recife. A 12 foi incorporado à quinta brigada da 2ª coluna das forças em operações no interior do Estado da Bahia. A 15 embarcou com destino a Aracaju, ali desembarcando a 17.

Na capital de Sergipe fazia-se, naqueles dias, a grande concentração das forças que iriam constituir a coluna Savaget. Lá ficou o 35º até 15 de maio, quando então iniciou a grande marcha que o levaria a Canudos. Acompanhemo-lo.

Saindo de Aracaju pela madrugada do dia 15 de maio, chega ao anoitecer à cidade de São Cristóvão. A 22 marcha para Itapuranga, onde entra às 8 horas da manhã de 23. Levanta acampamento a 24 e atinge nesse mesmo dia o lugar denominado Sapé. Dali prossegue para Rancho Isabel, onde acampa ao anoitecer de 25. A 26 segue para Lagarto, por onde passa às 9 horas da manhã, acampando à noite no lugar denominado Boeiro. Pela madrugada de 27 levanta acampamento e marcha para a cidade de Simão Dias, que atinge antes das 8 horas da manhã. Dão-lhe um pequeno descanso. Reinicia a marcha a 2 de junho com destino à vila de Coité, onde chega no mesmo dia. A 3 prossegue para Lagoa Preta. A 4 acampa em Olho Dágua de Fora. Dali prossegue às 2 da tarde para Quixabeira. Na madrugada de 5 marcha para a fazenda da Barra. A 6 acampa em Lagoa Soturno. A 7 está em Carité e a 8 atinge Patos. A 9 acampa na Vila de Jeremoabo. Ali se faz uma ligeira parada para descanso e para uma revista que o general comandante passa em toda a coluna, no dia 15.

Quando retomam a marcha a 16 o 35º vai na vanguarda da 2ª coluna. Nesse dia, à noite, acampa junto ao vaza-barris. Pela madrugada de 17 prossegue para Barriguda. A 18 acampa em Brejinho. A 20 está em Tarraxil. Na madrugada de 22 passa por Boa-Vista e prossegue para Serra Vermelha, onde chega a 24. Por toda a parte se vêem fortes indícios da proximidade do inimigo, razão por que a vanguarda toma apertadas medidas de precaução.

Estava-se em cima da hora. O jagunço, tantas vezes afeito a surpreender o adversário, desta vez ia ser surpreendido. A coluna retoma a marcha a 25 e, precisamente ao meio-dia, a vanguarda se choca com o inimigo, fortemente entrincheirado nas vertentes de Cocorobó. Supôs-se a princípio que se tratasse apenas de um reconhecimento por parte dos jagunços, mas em breve tempo o comandante da coluna se apercebia de que tinha pela frente um baluarte formidável. Depois de 3 horas de cerrado tiroteio a coluna inteira destacara, não conseguindo avançar um palmo sequer. O 35º à frente da 5ª brigada, protegendo-se entre os ralos arbustos que revestem a margem do vaza-barris, fuzilava o inimigo que não via e que sabia presente pela chuva de balas que ele lhe atirava em cima e nos flancos, abrindo claros nas suas fileiras. Apesar disso, não recuou para melhores posições; aguentou firme, enquanto os altos chefes deliberavam o que se deveria fazer naquela conjuntura apertada. Finalmente, às 3 horas da tarde veio a ordem tão ardentemente desejada: assaltar a baioneta. Executando a parte que lhe cabe no plano geral, o batalhão assalta pelo leito do rio, no flanco esquerdo, a fim de expulsar o inimigo dos cerros e outeiros que ficavam no centro. Todos avançam a um tempo debaixo de infernal saraivada de balas. Transposto o rio, o batalhão inicia a escalada recebendo a queima-roupa descargas rolantes dos jagunços entocados. Revida com galhardia o ataque e prossegue com o avanço. Menos de uma hora depois transpõe a última passagem do desfiladeiro onde vai encontrar, numa baralhada incrível de unidades, soldados de todas as armas e de diferentes batalhões. Era a vitória. Pela primeira vez os jagunços haviam "sofrido sério revés e a denominação que ulteriormente deram de "batalhão talentoso" à

coluna que infligira, por si só o denota. Porque o combate de Cocorobó, a princípio vacilante, indeciso numa dilação de três horas de tiroteios ineficazes, e ultimando-se por uma carga de baionetas fulminantes, foi, de fato, um raro golpe de audácia apenas justificável senão pelo dispositivo das tropas que o vibraram pela sua natureza especial".

Nesse mesmo dia o 35º, sempre à frente da 5ª brigada, cava trincheiras para se abrigar, à noite, em pleno coração do território inimigo, muito além do desfiladeiro. Na madrugada de 27 a 6ª brigada passa para a vanguarda da 2ª coluna. O 35º desloca-se com a 5ª para a retaguarda, para reorganização de fileiras. Enquanto isso, o avanço prossegue. Estão à vista de Canudos; a 6ª brigada lutando, atinge-lhe as primeiras casas. Os jagunços vendem caro cada palmo de terra conquistado à "tapera monstruosa". Na tarde de 28 o 35º vai enviado, juntamente com outras unidades, para Umburanas, a fim de salvar a 5ª da Bahia, cercada, e tomar a munição da 1ª coluna que havia caído em mãos do inimigo. De volta, na madrugada de 29, vai mandado em reforço para auxiliar a 6ª brigada no assalto ao centro do arraial. Ao anoitecer vamos encontrá-lo entrincheirado nas poucas casas que conseguira tomar, em sangrento corpo a corpo, naquele setor. Na madrugada de 30 desloca-se para a Fazenda da Barra. Então se começava a esboçar o cerco que iria estrangular Canudos.

A 5 de julho está no "Alto da Favela". Prepara-se um grande assalto à cidadela dos jagunços para o dia 18. Naquele dia o 35º integra a 5ª brigada que deverá avançar pelo centro. A ação principia às 7 horas da manhã com a 1ª brigada transpondo o leito escavado do rio, galgando os barrancos da margem esquerda e caindo de chofre sobre o casario do centro. Em poucos instantes um verdadeiro inferno de descargas de fuzilaria, de fumo e de chamas se alastrava por toda a área do combate. O jagunço em contra-ataques fulminantes cortava o passo a 3.349 homens, repartidos em cinco brigadas, repelindo-os mesmo em várias partes. Ao meio-dia o 35º, lutando bravamente, consegue chegar ao dédalo de casebres ao norte e mui perto da Igreja Velha e aí estaca sem poder dar mais um passo à frente. E ali ficará, naquela paralela de morte, sempre combatendo, até princípios de setembro. Na segunda quinzena daquele mês vai deslocado para a Fazenda Velha. Então pertencia não mais à 5ª e sim à 4ª brigada.

Até 10 de agosto as perdas do 35º eram as seguintes: 4 oficiais e 91 praças feridos; 1 oficial e 22 praças mortos. Nos combates de setembro este número aumentou consideravelmente. Também a varíola fez muitas vítimas.

O batalhão participou do assalto de 1º de outubro conquistando mais algumas casas. Foi o último combate em que tomou parte em Canudos.

Finda a guerra, o 35º inicia a viagem de volta, por mar, até São Luís, e por trem para Caxias. Chega a Teresina a 21 de outubro, sob o comando do alferes Pedro Mendes, sendo alvo de carinhosa recepção por parte das

autoridades e do povo. Saúdam-no em vibrantes discursos o Dr. Areolino Auto de Abreu, em frente à Igreja do Amparo, e o Dr. Arquelau Mendes, em frente ao Quartel de Linha.

A 23, pela manhã, no adro da matriz do Amparo, o cônego Honório Saraiva celebra a Missa de Ação de Graças a que assistem o batalhão e grande massa popular. Cortava coração vê-los formados, em frente ao templo venerando, naquela tocante cerimônia. Ali estavam os restos gloriosos do que fora o 35º: 160 homens, apenas, dos 498 que haviam partido em 15 de março. À noite, no Teatro 4 de Setembro, vai levada à cena o drama – "O Guarani". Antes de ser iniciada a peça, numa apoteose aos bravos, aparece no palco a luzida oficialidade do batalhão, delirantemente aplaudida pelo povo.

Em janeiro de 1900 o 35º vai transferido para S. Luís do Maranhão e não volta nunca mais a Teresina.